



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

JORDANA RABELO DE MENEZES

LIDERANÇAS FEMININAS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SEMIÁRIDO
NORDESTE II - BAHIA



São Cristóvão/SE
2023

JORDANA RABELO DE MENEZES

**LIDERANÇAS FEMININAS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SEMIÁRIDO
NORDESTE II - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção e organização do espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos.

São Cristóvão/SE
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M543l Menezes, Jordana Rabelo de
Lideranças femininas no território de identidade semiárido
Nordeste II : Bahia / Jordana Rabelo de Menezes ;
orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE,
2023.
140 f. : il.

Dissertação (mestado em Geografia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2023.

1. Geografia econômica. 2. Desenvolvimento econômico.
3. Mulheres no desenvolvimento da comunidade. 4. Divisão
do trabalho por sexo. 5. Liderança em mulheres. 6.
Territorialidade humana. 7. Regiões áridas – Bahia. I. Santos,
Ana Rocha dos, orient. II. Título.

CDU 911.3:330.341.42(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado

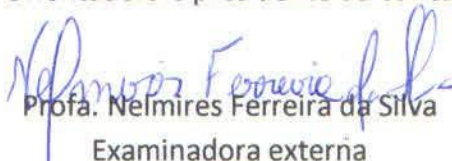
em Geografia de **Jordana Rabelo de Menezes**.

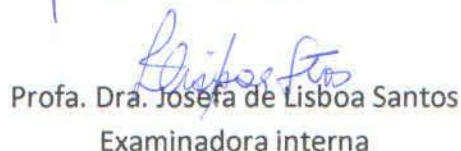
Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às quatorze horas, realizou-se no auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, localizada na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão -SE, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Jordana Rabelo de Menezes**, intitulada: "LIDERANÇAS FEMININAS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SEMIÁRIDO NORDESTE II." A defesa foi presidida pela Professora Doutora Ana Rocha dos Santos, que na qualidade de presidente, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestrandia proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelas Professoras Doutoras Nelmires Ferreira da Silva e Josefa de Lisboa Santos que arguíram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Ana Rocha dos Santos, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

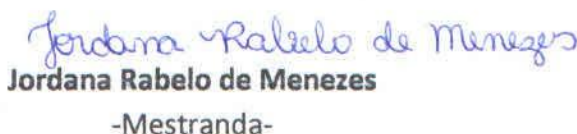
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de agosto de 2023.


Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos

Orientadora e presidente da banca


Profa. Nelmires Ferreira da Silva
Examinadora externa


Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Examinadora interna


Jordana Rabelo de Menezes
-Mestranda-

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres trabalhadoras, cujas mãos incansáveis moldam o presente e inspiram o futuro, dedico.

Vossas lutas, determinação e resiliência são um farol de esperança. Que este trabalho possa contribuir, de alguma forma, para ampliar a compreensão das desigualdades que enfrentam e para fortalecer a voz daquelas mulheres que, dentro desse sistema tão contraditório, persistem em resistir e desafiar as estruturas opressivas.

AGRADECIMENTOS

A jornada até o fechamento deste ciclo em minha trajetória acadêmica foi marcada por uma mistura de desafios e conquistas, por momentos de angústia e esforço incansável, descobertas significativas e mudanças profundas. Minhas noites foram ocupadas por uma busca incessante por crescimento e transformação pessoal.

Hoje, ao celebrar a concretização deste momento, reconheço que a realização desse sonho é resultado de um caminho trilhado com dedicação e apoio inestimável, sendo guiado por pessoas inesquecíveis, cujo olhar irradiava esperança e cujas ações exalavam bondade. Entre essas pessoas, destaco especialmente minha orientadora, uma verdadeira fonte de inspiração, que me impulsionou a seguir com determinação.

Minha sincera gratidão à minha orientadora, a Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos, pelo acolhimento e pela inestimável contribuição ao longo desta jornada. Quero expressar meu reconhecimento pelo olhar generoso que lançou sobre mim e meus objetivos, bem como pela abordagem singular de ensino que instigou o desenvolvimento do meu pensamento crítico. Sua notável competência, compreensão e a paciência que teve comigo foram verdadeiramente marcantes, especialmente nos momentos de orientação, nos quais proporcionou segurança e direcionamento na construção do conhecimento. Agradeço profundamente por acreditar em minha capacidade e por ter sido uma fonte de força nos momentos em que mais necessitei. Suas orientações e apoio foram fundamentais para o sucesso desta jornada.

Gostaria de dedicar um especial agradecimento ao meu querido esposo, Antonio Carlos, por todo o apoio, amor e compreensão. Sua presença constante e incentivo foram essenciais para que eu pudesse me dedicar aos estudos e enfrentar os desafios acadêmicos com determinação. Suas palavras de encorajamento nos momentos de dúvida e seu carinho nos momentos de cansaço foram verdadeiros bálsamos para minha jornada. Agradeço por estar ao meu lado, compartilhando as vitórias e me fortalecendo nos momentos de dificuldade. Sua presença é um verdadeiro presente em minha vida, e sou imensamente grata por ter você como meu companheiro de vida e de trajetória acadêmica.

Expresso minha profunda gratidão à minha querida família, composta por meus pais, Marlene e Edivaldo, minha irmã Ana Carla, meu cunhado Diego e minha sobrinha Ana Clara (Clarinha). O amor constante, o encorajamento incansável e a compreensão sempre presente foram elementos essenciais que me permitiram enfrentar os desafios e superar os obstáculos que surgiram no caminho. Cada um de vocês desempenhou um papel único e valioso para o meu crescimento, tanto acadêmico quanto pessoal. Compartilhar essa conquista com todos

vocês é uma grande honra. Obrigada por estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e por serem a minha base de amor.

Ao contemplar a jornada que trilhamos ao longo de todo o período do mestrado, minha alma se enche de uma profunda gratidão por ter tido ao meu lado uma amiga tão incrível e inspiradora como você, Mara Íris. Cada conversa que compartilhamos, cada troca de ideias sobre os desafios pessoais e acadêmicos que enfrentamos e até mesmo as celebrações das pequenas vitórias se transformaram em momentos preciosos, gravados eternamente em meu coração.

Essa amizade que construímos não apenas enriqueceu minha experiência ao longo de todo o percurso do mestrado, mas também me mostrou o valor inestimável de ter alguém tão especial em quem posso confiar plenamente. À medida que chegamos ao final desta etapa, olho para trás com um sorriso de gratidão, ciente de que alcancei não somente meus objetivos acadêmicos, mas também ganhei uma verdadeira amiga para toda a vida.

Quero expressar minha sincera gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Agradeço pela competência profissional exemplar, pelos ensinamentos enriquecedores e pela maneira reflexiva e instigadora de conduzir o ensino. Essa abordagem, sem dúvida, contribuiu de maneira marcante e vigorosa para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço à Profa. Dra. Nelmiere Ferreira e ao Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior por terem aceitado participar como membros da banca de qualificação, à professora Nelmiere e à Profa. Dra. Josefa Lisboa por estarem presentes na banca de defesa, contribuindo amplamente para enriquecer a finalização da minha dissertação de mestrado.

Expresso minha profunda gratidão à Coordenadora do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, Leide Correia. Sua calorosa recepção e prontidão em facilitar contatos com pessoas importantes no âmbito da minha pesquisa foram de imenso valor.

Agradeço imensamente aos entrevistados, cuja colaboração foi de importância inestimável. Generosamente, eles dedicaram seu tempo e compartilharam suas histórias, experiências e conhecimentos. Suas contribuições foram essenciais para enriquecer este estudo e em pesquisas futuras.

Por fim, agradeço ao Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-Regionais, Política e Educação (GRUPE) pela valiosa oportunidade de participar das discussões em grupo. Através dessa experiência, pude me relacionar com colegas de elevado nível teórico, enriquecendo meu conhecimento e contribuindo de forma significativa para o progresso da minha pesquisa.

EPÍGRAFE

“Only the fresh revolutionary storms were strong enough to sweep away hoary prejudices against woman and only the productive-working people is able to effect the complete equalization and liberation of woman by building a new society”

“Somente as novas tempestades revolucionárias foram fortes o suficiente para varrer preconceitos grosseiros contra a mulher e somente o povo trabalhador é capaz de efetuar a completa equalização e liberação da mulher, construindo uma nova sociedade”

- Alexandra Kollontai

RESUMO

A subordinação da mulher é uma realidade no modo de produção capitalista que utiliza do patriarcado para manutenção de uma estrutura de poder, fundamentada na desigualdade social e na dominação do homem sobre a mulher. A divisão sexual do trabalho, a economia doméstica organizada, opressão dos trabalhadores e, principalmente da mulher, são condições para a exploração da força de trabalho. A emancipação plena feminina e a liberdade efetiva se encontram dentro do movimento da contradição do capital diante de uma realidade que aponta conflitos e disputas que impõem mudanças nas relações sociais. Diante dessa realidade, o presente trabalho objetivou analisar a atuação das lideranças femininas no Território de Identidade Semiárido Nordeste II, considerando a influência que exercem sobre as decisões tomadas, assim como, o papel que representam nas instâncias deliberativas e sua função no âmbito do trabalho doméstico. Os cargos de lideranças femininas exercidos nos conselhos e colegiados da política territorial se apresentam como uma situação controversa a partir do momento em que as mulheres disputam os espaços, tradicionalmente, ocupados por homens. Para esta análise é primordial estudar a realidade em sua totalidade a partir do método Materialismo Histórico Dialético, que permite interpretar a realidade em sua essência e contradições inerentes à sociedade capitalista. Relações tradicionais como o patriarcado são preservadas, incorporando o trabalho das mulheres no âmbito da produção capitalista de modo marginal e ainda mais explorado. A análise empírica da realidade estudada foi centrada na configuração do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, com foco no Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETER) que é um espaço de planejamento de programas e projetos que integram 108 pessoas das quais 35 são mulheres. A pesquisa revelou que a busca por posições de liderança pelas mulheres enfrenta barreiras enraizadas nas estruturas de poder. A atuação das mulheres líderes na política de Desenvolvimento do Território está profundamente ligada à sua posição dentro de uma estrutura de poder e dominação em que o homem exerce papel preponderante. Para que as mudanças ocorram e seja promovida a igualdade, é necessária a luta constante pela emancipação das mulheres e pela superação da sociedade capitalista patriarcal.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Mulher; Liderança Feminina; Luta.

ABSTRACT

The subordination of women is a reality in the capitalist mode of production, which uses patriarchy to maintain a power structure based on social inequality and the domination of men over women. The sexual division of labour, the organized domestic economy and the oppression of workers, especially women, are conditions for the exploitation of the workforce. Full female emancipation and effective freedom are found within the movement of the contradiction of capital in the face of a reality that points to conflicts and disputes that impose changes in social relations. Given this reality, the aim of this study was to analyze the role of female leaders in the Semi-Arid Northeast II Identity Territory, taking into account the influence they have on decisions made, as well as the role they play in deliberative bodies and their role in domestic work. The positions of female leaders in the councils and collegiate bodies of territorial policy are a controversial situation, since women are competing for spaces traditionally occupied by men. For this analysis, it is essential to study reality in its entirety using the Dialectical Historical Materialism method, which allows us to interpret reality in its essence and the contradictions inherent in capitalist society. Traditional relations such as patriarchy are preserved, incorporating women's work into capitalist production in a marginalized and even more exploited way. The empirical analysis of the reality studied focused on the configuration of the Semi-Arid Northeast II Identity Territory, with a focus on the Territorial Sustainable Development Collegiate (CODETER), which is a space for planning programs and projects that includes 108 people, 35 of whom are women. The research revealed that women's search for leadership positions faces barriers rooted in power structures. The role of women leaders in the Territory's development policy is deeply linked to their position within a structure of power and domination in which men play a preponderant role. If changes are to take place and equality is to be promoted, there must be a constant struggle for women's emancipation and for overcoming patriarchal capitalist society.

Keywords: Territorial development; Women; Women's leadership; Struggle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Obra “A mulher que não trabalha” de Anujath Sindhu Vinaylal, 2016 (título original: “Minha mãe e as mães do meu bairro”).....	26
Figura 02 – Mulheres na passeata de 1968 durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)	46
Figura 03 – Fluxograma estrutural da Política Territorial no Estado da Bahia.....	87
Figura 04 – Cartaz Rosie the Riveter, Naomi Parker Fraley, 1943 (título original: “Cartel de propaganda de guerra criado por J. Howard Miller em 1943 para Westinghouse Electric”)	103
Figura 05 – Fluxograma estrutural do CODETER (Território de Identidade Semiárido Nordeste II).....	108
Figura 06 – Encontro Territorial de Mulheres realizado pelo Colegiado Territorial em parceria com a ARCAS.....	112
Figura 07 – Prédio da ARCAS e Sede do CODETER, Cícero Dantas, Bahia, 2022.....	114
Figura 08 – Feira Territorial da Agricultura Familiar no Município de Cícero Dantas, Bahia, 2022.....	115
Figura 09 – Mulheres do projeto ATER Mulher vendendo seus produtos na Feira Territorial da Agricultura Familiar em Cícero Dantas, Bahia, 2023.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Cícero Dantas, Bahia - Área de pesquisa, 2023.....21

Mapa 02 – Cícero Dantas, Bahia - Área de pesquisa, 2023.....22

Mapa 03 – Bahia, Territórios de Identidade, 2024.....84

Mapa 04 – Bahia - Território de Identidade Semiárido Nordeste II, 2024.....91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Brasil, Taxa de realização de afazeres domésticos, divisão por sexo (%), 2016.....	34
Gráfico 02 – Brasil, Taxa de realização de afazeres domésticos, divisão por sexo (%), 2019.....	34
Gráfico 03 – Brasil, Taxa de realização de afazeres domésticos, divisão por sexo e por nível de instrução (%), 2019.....	35
Gráfico 04 – Brasil, Número de vítimas de Feminicídio, por ano, 2016-2021.....	62
Gráfico 05 – Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II: População Total (hab.), 2010.....	92
Gráfico 06 – Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II: População Total (hab.), 2022.....	93
Gráfico 07 – Território de Identidade Semiárido Nordeste II: População por gênero, 2010.....	94
Gráfico 08 – Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II: População Urbana e Rural, 2010.....	95
Gráfico 09 – IDEB dos Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, 2021.....	96
Gráfico 10 – Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II: Porcentagem (%) dos extremamente pobres (2010).....	98
Gráfico 11 – Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II: Porcentagem (%) dos vulneráveis à pobreza (2010).....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Área (km²) do Território Semiárido Nordeste II, 2010.....89

Tabela 02 – Território de Identidade Semiárido Nordeste II, Bahia: produção dos principais cultivos e número de estabelecimentos, Censo Agropecuário 2017.....101

LISTA DE SIGLAS E NOMENCLATURAS

ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido

CEDETER - Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial

CET - Coordenação Estadual dos Territórios

CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OXFAM - Comitê de Oxford para Alívio da Fome

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PTDSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
SEÇÃO I - MULHER E CAPITALISMO.....	26
1.1. Divisão sexual do trabalho.....	28
1.2. Relações sociais sob a égide do patriarcado: Gênero e divisão de classes.....	39
1.2.1. Lutas Feministas.....	46
1.3. Estado a serviço do capital e a dominação do patriarcado.....	53
SEÇÃO II – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BAIANO.....	69
2.1. A política territorial da Bahia.....	75
2.2. Organização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II.....	88
SEÇÃO III - A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS FEMININAS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAIANO.....	103
3.1. O CODETER e a atuação das mulheres líderes.....	107
3.2. Luta das Mulheres: superação da dominação e resistência.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
APÊNDICES.....	137

INTRODUÇÃO

Para ele, ela era uma mercadoria fragmentada cujos sentimentos e escolhas raras vezes eram consideradas: sua cabeça e seu coração estavam separados de suas costas e mãos, e divididas de seu útero e vagina. Suas costas e músculos eram forçados no trabalho do campo [...], às suas mãos se exigia cuidar e nutrir o homem branco [...]. [S]ua vagina, usada para o prazer sexual dele, era a porta de acesso ao útero, lugar para os investimentos dele - o ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada. [...]

Barbara Omolade, “Heart of Darkness”, 1983.

A sociedade capitalista, tal como ela é estruturada, coloca as mulheres num contexto de subordinação em relação ao homem, pois essa mesma sociedade ainda se baseia em referências, distinções e características tidas masculinas e femininas quando se tratam das esferas de poder em diferentes espaços sociais. Parte-se do princípio que as relações de dominação e exploração delineiam a condição da mulher. Desse modo, o domínio do homem perpassa pela subjugação da mulher enquanto propriedade privada, condicionando o seu lugar nas relações de produção e reprodução da vida material.

A divisão do trabalho que, originalmente era a simples divisão sexual do trabalho, assumiu a partir da sociedade de classes, uma forma de submissão da mulher. Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, exige-se que a mulher saia da esfera privada (cuidado da casa, dos filhos e do marido), e entre na esfera pública (mercado de trabalho), em atividades ligadas ao cuidado, formação dos seres humanos, assistencialismo, educação e saúde, enquanto os homens estão ligados em maior número às atividades vinculadas ao exercício do poder por estarem associadas às características tidas como masculinas.

As relações de poder que oprimem a mulher direcionam o controle e a dominação em que o capital impõe sobre a força de trabalho, bem como ao modo opressivo em que se encontram as mulheres sob o capitalismo. Embora tenham realizados importantes avanços nos tempos modernos (como maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, poder de voto a serem eleitas em espaços de política e etc.), atrelados a uma grande mudança na sociedade a qual permite entender a ideologia do capital (que mascara a realidade a partir de seu controle), impõe-se uma falsa concepção de igualdade e liberdade das mulheres quando, na verdade, há uma fragmentação da unidade da luta para a subordinação de sua força de trabalho.

No caso da família, assim como em outras instituições (a Igreja e o Estado, por exemplo), a luta e o projeto de emancipação das mulheres se internalizam sob o domínio e autoridade do capital, e conforme Mészáros (2011):

Na causa da emancipação das mulheres, podem-se avaliar as implicações de longo alcance do questionamento direto à autoridade do capital, quando se tem em mente o fato de não se conceber que o sistema de valor estabelecido prevalecesse nas condições do presente, e menos ainda pudesse ser transmitido (e internalizado) por sucessivas gerações de indivíduos, sem o envolvimento ativo da família nuclear hierárquica, articulada em plena sintonia com o princípio antagônico que estrutura o sistema do capital. A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. Tanto isso é verdade que, quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifesta de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores – como a crescente onda de crimes, por exemplo –, os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos” (Ibid., 2011, p. 271-272).

No curso histórico, a família tradicional (monogâmica e patriarcal), sempre foi a responsável pelo sentido de propriedade privada e as mulheres, como reprodutoras da prole, visto que elas geram em seu ventre a força de trabalho que será capturada pelo capital e explorada para gerar mais lucro, e ao cuidar das crianças e da casa (trabalho doméstico), que mesmo não sendo um exercício pago, gera riqueza, torna-se mercadoria.

A figura materna, portanto, fora idealizada e romantizada em distintas épocas e espaços. A luta feminista na conquista de seus direitos foi e sempre se manteve como urgente dentro de um contexto de exploração e aumento da jornada de trabalho feminino. Ademais, para que as mulheres ocupassem espaços de decisão e disputas políticas foram necessárias as resistências e organizações coletivas, reverberando espacialmente as lutas e avanços rompendo com o sistema patriarcal, sustentado pelo Estado Capitalista.

Por este sentido, faz-se imprescindível a leitura das lideranças femininas na política, abrindo-se espaço para a participação delas enquanto um projeto social de justiça a todas as mulheres trabalhadoras do mundo. Todavia, é importante salientar o que Mészáros (2011, p. 272) apresentava: “a entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação”.

Para tanto, dentro de uma sociedade de dominação masculina, perpassando através das relações de classe no sistema capitalista que oprime e explora a mulher, a presença de mulheres em cargos de lideranças na Política de Desenvolvimento Territorial do Semiárido Baiano (Território de Identidade Semiárido Nordeste II) como recorte espacial, merece

maiores investigações dada a realidade de desigualdade de gênero.

As mulheres que compõem o Território de Identidade Semiárido Nordeste II são também agricultoras, professoras, artesãs, empresárias, funcionárias públicas, domésticas, cozinheiras, e entre outras profissões, o que ratifica, portanto, além da integração ao CODETER, o fardo das mulheres que têm uma sobrecarga em duplas e triplas jornadas de trabalho. Por meio da hierarquia e diferenciações de atividades desempenhadas por homens e mulheres dentro do modelo de sociedade atual, a figura feminina é colocada numa posição de dependência, subordinação e exploração do trabalho porque ao mesmo tempo realiza tarefas como: “a) cuidar dos filhos; b) limpar e arrumar a casa; c) preparar refeições; d) lavar a louça e roupas; e) estender a roupa no varal; f) cuidar de familiares doentes/idosos; g) ajudar nas tarefas da escola dos filhos.” (García; Monteiro, 2015, p. 329).

Segundo Saffioti (2013), a inserção da mulher na sociedade capitalista ocorreu em condições bastante adversas, mantendo-se a situação de subordinação das mulheres no âmbito doméstico como importante para a manutenção desse sistema. A relação de dependência das mulheres e o aumento de sua jornada de trabalho são emblemáticas na sociedade capitalista, que em seu cerne carrega as relações de poder. As mulheres, por sua vez, se inserem numa dinâmica conflituosa de luta contra as amarras do capital, enraizadas numa sociedade patriarcal, e tal luta adentra em espaços ainda não ocupados por mulheres ao serem ambientes cristalizados apenas para homens.

O cenário que apresenta a atuação das lideranças femininas na Política de Desenvolvimento Territorial do Semiárido Nordeste II, numa conjuntura que marca a sociedade contemporânea pela cultura patriarcal, aponta a permanência e a condição da mulher subordinada aos ditames da separação entre os gêneros e seus papéis sociais.

Mesmo com conquistas da sociedade moderna, esse contexto de subordinação da mulher não alcançou a supressão do patriarcado, pelo contrário, as relações sociais de desigualdade entre os gêneros continuaram a existir, tornando-se bases para a sustentação e desenvolvimento de novas relações de propriedade e poder, reproduzindo-se o caráter contraditório quando o assunto é a emancipação feminina e a sua liberdade efetiva.

Na problemática em torno da atuação das lideranças femininas, percebe-se dentro de um cenário em que as disputas de poder e o ambiente de trabalho são marcados pela desigualdade de gênero levando-as, na maioria das vezes, a níveis mais baixos de hierarquia profissional, e salários mais baixos que os dos homens. Esse quadro faz emergir a pertinência da mulher nos cargos de lideranças políticas, sem perder de vista as lutas históricas das mulheres na conquista de inúmeros direitos sociais, civis e políticos.

Entre o ambiente doméstico e os espaços privados de trabalho que englobam as mulheres líderes, estão inseridos os seguintes questionamentos da pesquisa: qual atuação das mulheres na Política de Desenvolvimento do Território de Identidade Semiárido Nordeste II? Qual a organização produtiva na Política de Desenvolvimento Territorial Sustentável quanto aos cargos de liderança sob a questão de gênero? Como se organiza a Política de Desenvolvimento Territorial em investigação? Em que contexto as mulheres assumem o papel de liderança na Política de Desenvolvimento do Território Nordeste II? E como as conflitualidades interferem na atuação das mulheres em seus cargos de liderança?

Como procedimento metodológico, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, através de referências que ajudaram na compreensão dos temas abordados, e pesquisa documental, realizada por meio de Artigos (Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, Semana Escolar de combate à Violência contra a Mulher, Direitos Sociais da Constituição Federal), Leis (Lei Federal Maria da Penha, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Programa Bolsa Família, Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia) e Decretos (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Territórios de Identidade).

O embasamento teórico-metodológico referente à discussão sobre a relação entre mulher e capitalismo, divisão de classes, divisão sexual do trabalho, Estado e patriarcado, e lideranças femininas foi fundamentado nos estudos de Saffioti (2004, 2013), Prado (2013), Mészáros (2011), Hirata e Kergoat (2007), Cisne (2013), Fraser (2020), Marx (2017), Engels (2014), Lener (2019), Santos (2019), Federici (2017), Harvey (2005), Ávila e Ferreira (2020), Neves (2000), Antunes (1999), Teles (2020), Mascaro (2013), Silva (2019), Santos (2008), Gonçalves (2007), Moreira (2022) e Oliveira (2015).

Para o entendimento sobre Desenvolvimento, dinâmicas territoriais, Política Territorial da Bahia, organização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), foram fundamentais os estudos de Santos (2019), Gómez (2005, 2006), Oliveira (2003), Lisboa (2007), Becker (2006), Souza (2009), Raffestin (1993), Nunes (2021), Conceição (2021), Ferreira (2012), Geraldi (2022), Corrêa (2009), Juncal e Xavier (2009), Mitidiero Jr. (2022) e de órgão públicos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Foram realizados levantamento e análise de dados a partir de fontes como IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2016; 2019), Censos Demográficos (2010; 2022), OXFAM (2020), Censo Agropecuário (2017), IDEB (2021), Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE/RN, 2016-2021), e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018). Essas informações contribuíram para

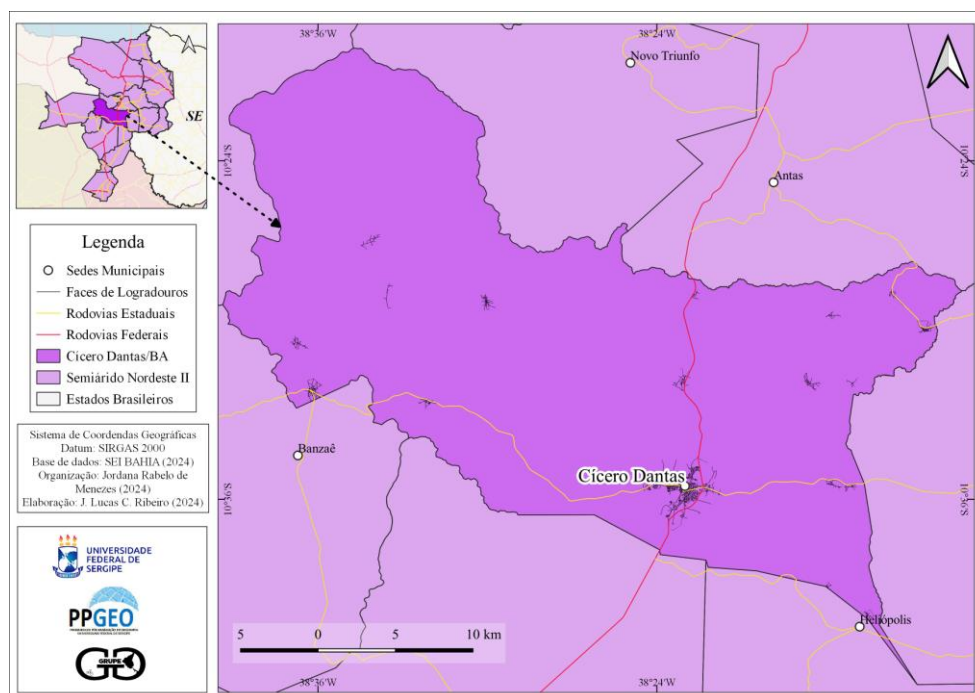
contextualizar e enriquecer as análises, oferecendo uma visão mais abrangente das condições socioeconômicas e demográficas da área de estudo.

A pesquisa de campo foi realizada no centro urbano de Cícero Dantas¹, município integrante do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. O trabalho de campo foi conduzido por meio de entrevistas permitindo uma compreensão aprofundada das percepções das/os entrevistadas/os e os registros fotográficos como materialização de suas relações.

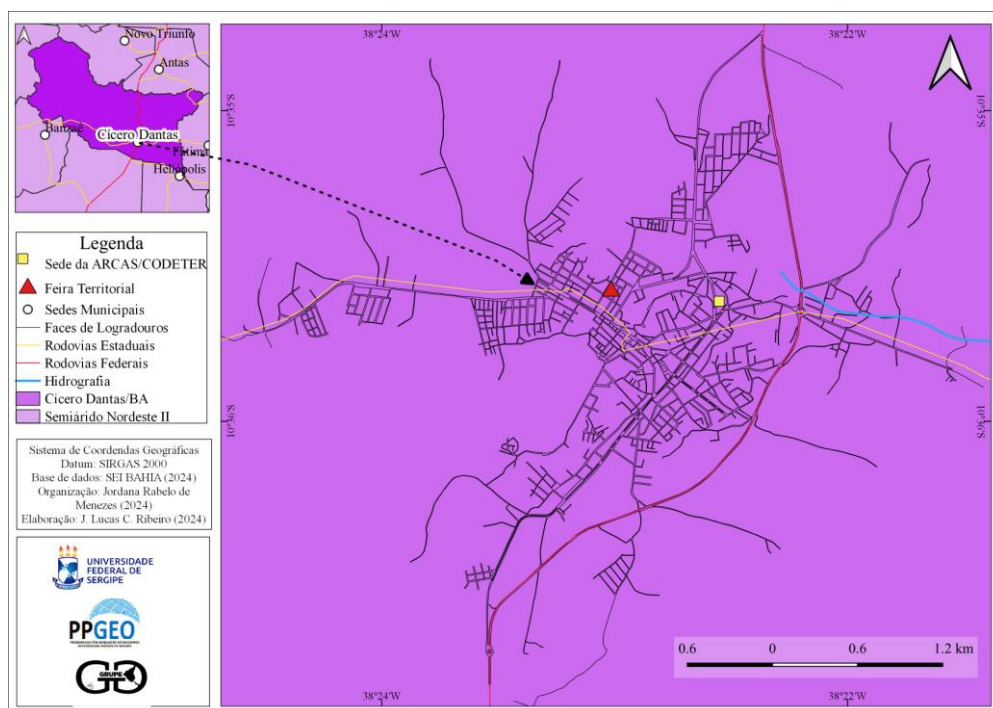
As entrevistas foram realizadas na sede do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETER) que ocupa o prédio da Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido (ARCAS), bem como os registros fotográficos na Feira Territorial organizada pela ARCAS. As entrevistas foram guiadas por um roteiro com questões semiestruturadas, abrangendo um total de 20 entrevistados, tanto homens como mulheres, que atuam no Colegiado e também representantes da sociedade civil. Para os registros fotográficos foram preservadas tanto as imagens quanto as informações particulares dos sujeitos envolvidos, garantindo assim a confidencialidade e a privacidade necessárias.

Nos Mapas 01 e 02 que se seguem estão as respectivas áreas de pesquisa:

Mapas 01 e 02 Cícero Dantas, Bahia - Área de pesquisa, 2023



¹ O município de Cícero Dantas, Bahia, foi escolhido para ser sede do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Território de Identidade Semiárido Nordeste II em razão de sua centralidade na área em questão, assim como por questões políticas e organizacionais da Política de Desenvolvimento Regional Baiano.



Fonte: SEI BAHIA, 2024

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2024

Elaboração: Ribeiro, José Lucas Costa, 2024

Para desenvolver a pesquisa sobre a atuação das mulheres na Política de Desenvolvimento do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, faz-se necessário um caminho, o método de apreensão da realidade que busque suas determinações e mediações partindo do movimento real. É importante que se perceba o caráter contraditório dos processos sociais desvelando as particularidades, contradições, historicidades e antagonismos dentro de uma sociedade capitalista que torna essencial o olhar da totalidade nos contextos históricos e sociais, como afirma Ivo Tonet (2013):

Na medida em que conhecemos as determinações gerais da realidade, o que nos é proporcionado pela ontologia do ser social, estas orientarão a descoberta daqueles aspectos ainda desconhecidos. Assim, saber que o ser social é radicalmente histórico e social, que é uma totalidade e não uma soma aleatória de partes, que é composto de essência e aparência, que é resultado da interatividade humana, que é permeado por contradições e mediações [...] (Ibid., 2013, p. 114).

Pelo método Materialismo Histórico e Dialético, a leitura e interpretação da presente pesquisa foi possível analisar a realidade e conduzir as ações e reflexões que permearam o trabalho. Entende-se que este método permite pensar o concreto em movimento, revelando assim, contradições que devem ser analisadas de forma crítica, pois como afirma José Paulo

Netto (2011, p. 53): “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. O mesmo autor ainda ressalta a importância das contradições e sua relação com a totalidade, pois sem elas a realidade seria inerte (Paulo Netto, 2011).

O Materialismo Histórico Dialético permite apreender a historicidade e crítica ao sistema patriarcal, pois impulsiona a discussão da desigualdade entre homens e mulheres no seu contexto histórico, além de estabelecer a relação com o capitalismo. Através da análise do concreto real, desvela o movimento contraditório das relações sociais desse sistema já formado e que é pautado na produção e reprodução das desigualdades. Esse método instiga o pensamento e a alteração da figura feminina de forma fixa como puramente essência biológica (fecundidade e condições que definem a reprodução de novas vidas e formação da classe trabalhadora), já que ele se baseia na história como movimento dialético do tempo.

Na perspectiva materialista, as relações sociais de sexo são relações estruturais de exploração e dominação, ou seja, uma opressão articulada com a totalidade social e relações sociais de classe, pois não se pode pensar na separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista, como afirmam Ávila e Ferreira (2020, p. 114): “Relações sociais de sexo, raça, e relações sociais de classe se produzem e reproduzem de maneira coextensiva e imbricada no processo histórico e na dinâmica de organização da vida social”. Partindo desse conceito teórico materialista, entende-se que o patriarcado está interligado ao processo histórico de formação social do capitalismo, que se desenvolveu dentro de um contexto caracterizado como um sistema de poder econômico, político e social.

Outrossim, a pesquisa partindo de uma abordagem qualitativa, “se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados” (Deslandes, 1994, p. 24). Como as relações entre sujeito e objeto são inseparáveis, do mesmo modo que se constitui a compreensão da realidade em movimento, aponta-se a necessidade da abstração enquanto “capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo” (Paulo Netto, 2011, p. 44) sem perder de vista o olhar crítico do sujeito investigador.

Desse modo, a investigação foi permeada pela observação e busca de informações que fundamentaram e analisou-se criticamente a realidade das mulheres líderes do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. De acordo com o autor:

Uma compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser natural, orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias (Ibid., 1985, p. 16).

No movimento da realidade, as determinações sociais se constituem fundamentais no desvelamento das contradições da sociedade. Com isso, o real concreto é compreendido pela concreticidade enquanto totalidade dos fatos, e nessa circunstância, a realidade investigada é mediada por sujeitos sociais. Se isto se alcança, ficará no plano da realidade concreta a leitura dinâmica, integrada e em constante transformação sobre o objeto de estudo em investigação. Além disso, segundo Tonet (2013), nenhum objeto de estudo é puramente singular e absolutamente desconhecido, e por essa razão o autor considera:

Todo objeto é, ao mesmo tempo, singular, particular e universal. A própria natureza nos mostra isso. Não há nenhuma folha de árvore que seja absolutamente idêntica a outra. Cada folha é única, portanto diferente de todas as outras. Apesar disso, nenhuma folha é absolutamente diferente das outras. **O próprio fato de denominarmos todas as folhas “folha” implica que todas elas tem algo que as identifique. São idênticas, mas, ao mesmo tempo, diferentes.** E se agregarmos a isso o fato de serem folhas de determinado tipo de árvore, digamos de coqueiro, então teremos a particularidade que as une. Isto indica que o caminho que nos leva do desconhecido ao conhecido não é absolutamente desprovido de qualquer indicação. Ele é batizado por **elementos genéricos (abstratos, gerais) que vão se tornando menos genéricos (abstratos) na medida em que se aproximam do objeto específico.** Assim, **se soubermos que algo está articulado com todos os outros elementos, isto é, que faz parte de uma totalidade maior, e, portanto, não é uma partícula sem conexão alguma, isto nos permitirá buscar quais são essas conexões e quais os outros elementos com os quais está conectado.** Deste modo, aqueles elementos genéricos servirão, de algum modo, de orientação quanto ao caminho a ser seguido (Ibid., 2013, p. 113-114, grifos nossos).

Para alcançar as questões apontadas, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação da liderança feminina na Política de Desenvolvimento do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. Os objetivos específicos pretenderam identificar a participação das mulheres na Política de Desenvolvimento do Território Semiárido Nordeste II, investigar as ações de liderança exercidas por mulheres no Território de Identidade Nordeste II, analisar as concepções de gênero das mulheres líderes do território em investigação, explicar a Política de Desenvolvimento Territorial sob a perspectiva da liderança feminina e, analisar os conflitos ou disputas de poder existentes no Território de Identidade e sua relação com a atuação da liderança feminina.

Desse modo, a dissertação se encontra organizada em três seções, além de introdução, considerações finais, referências e apêndices. A primeira seção: **MULHER E CAPITALISMO**, versa a respeito de como o sistema capitalista captura a força de trabalho feminina através da divisão sexual do trabalho, apropriando-se de sua força para a manutenção e estruturação de um sistema que cada vez mais aprofunda não só as desigualdades entre homens e mulheres, assim como de toda a classe trabalhadora. Historicamente, observa-se o acirramento das contradições capitalistas e como o patriarcado ganha forma dominando a sociedade cada vez mais desigual.

A segunda seção se intitula **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BAIANO**, na qual apresenta a realidade da Política de Desenvolvimento Territorial da Bahia, ou seja, como ocorre sua organização e funcionamento, e como ela está relacionada à atuação das lideranças femininas. A concepção de desenvolvimento e a leitura acerca do desenvolvimento regional e local foram primordiais para entender a dinâmica do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, assim como a análise crítica acerca da categoria território e da Política de Desenvolvimento Territorial.

A terceira e última seção intitula-se **A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS FEMININAS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAIANO**, apresentando a discussão a partir da análise dos conflitos e disputas de poder existentes no Território de Identidade Semiárido Nordeste II, que estabelece uma relação com a atuação das lideranças femininas no Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), bem como a centralidade da resistência das mulheres na contramão da dominação capitalista. A realidade evidencia que somente através da luta, as mulheres da classe trabalhadora irão alcançar a superação do patriarcado em busca de sua emancipação plena.

SEÇÃO I – MULHER E CAPITALISMO

**Figura 01 – Obra “A mulher que não trabalha” de Anujath Sindhu Vinaylal, 2016
(título original: “Minha mãe e as mães do meu bairro”)**



Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Educacao-Comportamento/noticia/2020/10/menino-faz-desenho-para-homenagear-trabalho-nao-remunerado-exercido-pelas-mulheres-e-ganha-reconhecimento-do-governo.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

O desenho da obra: “A mulher que não trabalha” de Anujath Sindhu Vinaylal, menino indiano de 10 anos de idade, teve como inspiração o trabalho doméstico de sua mãe. A pintura que possuía o título original: “Minha mãe e as mães do meu bairro” feita em 2016, demonstrava o dia a dia também das mulheres que ele conhecia realizando atividades que não

são consideradas como trabalho formal dentro da sociedade capitalista.

Como a obra mostra atividades de rotina no ambiente do lar e por esse trabalho ser realizado por mulheres, a ideia presente na sociedade é de que “elas não trabalham” e que só “ficam em casa”, denotando um pensamento sobre o trabalho doméstico invisibilizado e que atende aos interesses do capital, já que é bastante necessário para a reprodução da força de trabalho considerada barata e altamente lucrativa ao sistema.

A imagem que se constrói da mulher é de ser dotada de habilidades específicas femininas consideradas como “dons” naturais. Arelada a essa concepção ocorre a desvalorização do seu trabalho e a responsabilização aos cuidados da casa, filhos e marido.

Estando a mulher nesse espaço privado, o regime patriarcal presente na sociedade, potencializa a determinação de sexo ao tornar papel feminino as atividades ligadas ao lar, que por sua vez, reproduzem a força de trabalho tão essencial para a acumulação capitalista. Essa organização da sociedade provoca distinções femininas e masculinas, distancia a mulher do homem (também presente na esfera social) e se sustenta na lógica de uma economia doméstica organizada pelo ser feminino, visto que ela é um importante sujeito nesse processo de reprodução da mão de obra.

Dentro dessas relações sociais que são produzidas e reproduzidas no contexto do desenvolvimento do capitalismo, demanda-se uma força de trabalho subsidiária. Assim, começa a existir a necessidade da mulher no mercado de trabalho como se ela em casa (no trabalho doméstico), não tivesse nenhum valor ou importância social. Ao sair do espaço doméstico sob o controle masculino, e que para algumas mulheres tenha sido possível a sua inserção no mercado de trabalho, isso não se traduziu em sua emancipação. Pelo contrário, além da redução do salário (e este ser considerado complementar ao do homem), sua responsabilidade pelas atividades domésticas permaneceu. A dupla jornada de trabalho continuou sendo mais um fator preponderante da opressão e exploração feminina.

Esse regime de dominação e subordinação provocado pelo patriarcado dentro do modelo de produção capitalista colocou o homem numa posição central da família, visto como o provedor, o patriarca e o que trabalha no espaço público. Nessa dinâmica que se encontra a divisão sexual do trabalho, uma fração da classe social dominante é privilegiada enquanto grande parcela da classe trabalhadora, e nesta fração, as mulheres se encontram desprovidas e submetidas à exploração capitalista.

A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres intensificou as desigualdades entre os sujeitos sociais, bem como promoveu e reproduziu a cisão entre os trabalhadores das suas condições (livres) de trabalho. Conquanto essa divisão tornou-se cada vez mais aguda, as

disparidades entre homens e mulheres se tornaram e ainda são exorbitantes.

De acordo com Mészáros (2011), acerca da sujeição das mulheres ao sistema do capital:

É da maior importância que o relacionamento do capital com as mulheres também se caracterize pela extralimitação no que se refere à mulher. [...]. Esta extralimitação do capital por si mesmo em relação às mulheres traz para a força de trabalho um número cada vez maior delas, sob o inexorável impulso expansionista do sistema: uma alteração que não pode se completar sem que se levante a questão da igualdade das mulheres, eliminando no processo alguns tabus e barreiras anteriormente existentes. Este movimento – que surge do indispensável impulso do capital para a expansão lucrativa e não da mais leve inclinação a uma esclarecida preocupação emancipadora em relação às mulheres – erra o tiro no momento oportuno. Não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional das ocupações mais inseguras e mais mal pagas no mercado de trabalho e estejam na péssima situação de representar 70 por cento dos pobres do mundo (Mészáros, 2011, p. 304-305).

Nesse contexto de expansão e consolidação do capital para fins de alcançar sua lucratividade, a mulher é sujeitada à superexploração capitalista levando-as, em sua grande maioria, a setores de menor remuneração no mercado de trabalho. O que se faz necessário frisar, é que a exploração da mulher também está atrelada à autoridade masculina no interior da família, ou seja, de todo modo ela está submetida a uma dupla exploração.

No seio da sociedade, a mulher aparece como o ser mais oprimido, explorado e humilhado, ela é, segundo Machel (1976, p. 18): “explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono”, ou seja, a mulher é também um sujeito trabalhador assim como o homem, porém com características particulares e com maior grau de opressão em diversos aspectos. A opressão e exploração da mulher, seja pelo capitalista ou pela autoridade da família no lar, é produto de formações sociais e históricas e por isso não são naturais, pelo contrário, são construções no interior da sociedade permeada pela divisão social e sexual do trabalho.

1.1. Divisão sexual do trabalho

Desde o período posterior à selvageria, a barbárie se caracterizou pela domesticação de animais e o cultivo de plantas, uma prática que favoreceu não só a construção de instrumentos como foi o ponto de partida para a dominação da natureza e a realização de atividades como caça, pesca e arte. Foi naquele momento que a civilização a que a sociedade se firmava foi aos poucos crescendo, modificando-se, e a relação da família com o patriarcado foi se

estabelecendo paulatinamente evidenciando a separação entre os sexos através da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, Danda Prado (2013) afirma que

Engels descreve essa passagem de um matriarcado para o patriarcado atribuindo-a a novas formas e modos de produção, decorrentes de inovações tecnológicas. Segundo ele, esse movimento situa-se na Pré-História, na Era Neolítica, caracterizada pela invenção da agricultura e da criação de animais. Nessa fase, a humanidade, em vez de apropriar-se das plantas selvagens e da caça de animais, começa a plantar em certas áreas e a criar animais junto a seu local de residência (Ibid., 2013, p. 61).

A mulher ficava responsável pelo cuidado da casa enquanto o homem se voltava à caça e às guerras, mas a partir do momento em que houve a institucionalização dessas relações, originaram-se a opressão e a invisibilidade sobre a figura feminina alicerçada na sua dependência econômica inclusive no seio familiar. Como afirmava Engels (2014, p. 74): “portanto, à medida que se multiplicavam, as riquezas, por um lado, proporcionavam ao homem uma posição mais importante do que a da mulher na família [...]”. Ainda segundo o mesmo autor

De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso. Consequentemente, ele era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação, levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos. Assim, segundo o costume daquela sociedade, o homem era igualmente proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante, do novo instrumento de trabalho, o escravo (Engels, 2014, p. 66).

Família, expressão criada pelos romanos para retratar o surgimento de um organismo social novo e que aparece a primeira forma de propriedade, “onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (Marx; Engels, 1998, p. 27), e como chefe, ele teria até mesmo direito de vida ou de morte sobre eles, originou o que Engels (2014, p. 70) tratava como “pátrio poder romano” devido às características históricas e espaciais da então sociedade a que se referia. De tal modo, Prado (2013) conceitua:

O termo família origina-se do latim *famulus*, que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados linha dependentes, inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus flâmulos: esposa, filhos, servos livres e escravos (Prado, 2013, p. 56).

No entanto, nem sempre o modelo de família foi esse, pois ao longo do processo de desenvolvimento humano, houve diferentes formas de matrimônio e sistemas de parentesco com suas características próprias que fizeram a família passar por fases que modificaram sua organização e estrutura. Engels (2014) citando Morgan afirma que:

[...] A família, diz Morgan, é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente (Ibid., 2014, p. 36-37).

Na família Consanguínea considerada primeira etapa, irmãos e irmãs são marido e mulher, ou seja, a reprodução da família acontecia por meio de relações carnavais no próprio seio familiar agrupado por gerações, sendo assim, configurava-se marido e mulher também os avós e avôs, bem como os pais e as mães. Na família Panaluana se exclui a relação entre irmãos a partir do surgimento das categorias sobrinhos (as) e primos (as). Por fim, na família Sindiásmica, a ordem é o matrimônio por pares com exigência de fidelidade somente para as mulheres, foi esse tipo de família que permitiu o desenvolvimento da família monogâmica (Engels, 2014).

A partir do desenvolvimento das condições econômicas, as relações sociais sofreram alterações devido às mudanças do seu caráter primitivo. O que existia antes era a aceitação das mulheres em estabelecer matrimônio por grupo garantindo o direito materno (caso houvesse separação conjugal), agora a determinação é que ela se case com um só homem, uma opressão e exigência rigorosa de fidelidade para o surgimento do verdadeiro pai e marido.

Como a monogamia só foi exigida para as mulheres, essa construção de modelo familiar sustentada no patriarcado visava garantir direito hereditário paterno e legítimo para que os homens, com o aumento de suas riquezas e prestígio, garantissem força de trabalho e total controle sobre sua prole. Engels (2014) afirmava que

A monogamia não aparece na história, portanto, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (Ibid., 2014, p. 79).

A monogamia não é fruto de amor individual e sim de uma vitória da propriedade privada sobre a propriedade primitiva, o que leva ao entendimento de que o conflito e antagonismo entre os sexos tem origem no domínio do homem sobre a mulher, movimentando assim a sociedade já dividida em classes. Considerada um progresso histórico, o surgimento e a consolidação da monogamia também carregaram o marco de ser um retrocesso assim como a propriedade privada, como discute Saffioti (2013):

O casamento conjugal foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da propriedade privada, esta época que se prolonga até nossos dias e na qual cada progresso é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, visto que o bem-estar e o desenvolvimento de uns são obtidos pelo sofrimento e pelo recalçamento de outros. O casamento conjugal é a forma-célula da sociedade civilizada, forma na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e contradições que nela se desenvolverão, plenamente (Ibid., 2013, p. 120).

A família é uma importante chave para a compreensão no que diz respeito à exploração e opressão da mulher e de suas condições de subordinação ao longo da história. A família é legitimadora da subordinação da mulher em uma estrutura de sociedade marcada por hierarquias e funções desiguais entre os gêneros sociais.

Outrossim, “todas as transformações internas da família na história ocorreram na ampla estrutura da divisão hierárquico-social inevitavelmente iníqua do trabalho e teve de incorporar as suas exigências gerais, em qualquer nível de civilização.” (Mészáros, 2011, p. 289). Com o excedente do trabalho sendo apropriado por poucos indivíduos, o modelo fundamental capitalista teve como principal característica o desenvolvimento da propriedade privada. Conforme Prado (2013):

No início da humanidade, o comunismo primitivo, sinônimo de ausência da propriedade privada, constituía um estado social no qual inúmeros casais coexistiam com seus filhos no seio de um lar “comunitário”. Esse lar, cuja direção era garantida pelas mulheres, constituía também uma atividade pública de produção, socialmente necessária (em consequência das atividades exercidas pelas mulheres: tecelagem, cerâmica etc.), assim como o abastecimento de víveres buscados pelos homens com a caça e a pesca (Ibid., 2013, p. 63).

O sistema familiar passou a ser um meio fundamental para a reprodução de novos trabalhadores oferecendo para a classe dominante a forma mais barata para a reposição dessa massa, como também o baixo custo por meio da divisão sexual do trabalho. A mulher, responsável pelo trabalho do lar, não remunerado, é de muita importância para que as

necessidades dos membros da família sejam atendidas.

Ainda de acordo com Prado (2013):

Foi com a família patriarcal (ou individual, composta em torno de um só indivíduo), contemporânea do desenvolvimento da propriedade privada, que a chefia do lar perdeu seu caráter público e se transformou em prestação, pela mulher, de serviços privados para o homem. A mulher tornou-se sua primeira servente, afastada da participação de produção social, ainda segundo Engels (Ibid., 2013, p. 64).

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é base dentro da exploração provocada pelo sistema capitalista, que sob o alicerce do patriarcado, libera os homens para comprometer-se no trabalho remunerado, enquanto as mulheres, gratuitamente, estão envolvidas na criação dos filhos e nas atividades domésticas, ou seja, ao trabalho não remunerado.

Esse trabalho gratuito das mulheres é caracterizado como não produtivo, pois serve apenas ao casamento, porém é de fundamental importância para a manutenção do sistema.

É nesse sentido que a divisão sexual do trabalho possui duas concepções, segundo Hirata e Kergoat (2007), são elas:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. [...] E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (Hirata; Kergoat, 2007, p. 596).

A divisão sexual do trabalho sofre adaptação a cada sociedade e ao longo da história, possui a característica de destinar prioritariamente às mulheres a esfera reprodutiva enquanto aos homens, a produtiva, e nesse espectro, colocam-os desigualmente em posições políticas, militares, religiosas, dentre outras, às quais se agregam forte valor social.

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho traduz não apenas uma reciprocidade ou mutualidade de tarefas, como também se constitui uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.

De acordo com dados da Oxfam, em relatório de janeiro de 2020, o ano de 2019 revelou que a desigualdade econômica apresentava-se como incontrolável, visto que 2.153

bilionários concentravam mais riqueza social do que 4,6 bilhões de pessoas no mundo (OXFAM, 2020). Esse fosso é mais preocupante quando desvelou, em escala mundial, que o sistema político-econômico é sexista e violento, desmascarando o privilégio de grupos minoritários, constituídos na sua maioria por homens, dependentes do trabalho “invisível” e mal pago de milhares de meninas e mulheres exploradas.

A desigual e a violenta responsabilidade por esse trabalho de cuidado (o trabalho doméstico) perpetuam as discrepâncias de gênero e das condições sociais da classe trabalhadora.

Nesse íterim, a dura realidade de sustentação do sistema capitalista graças ao trabalho “invisível” reafirma o que o relatório desvelou sobre o trabalho precário: “mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado – uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global – mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo”. (OXFAM, 2020).

Por conseguinte, na desigualdade econômica que existe em torno da mulher, notadamente nos últimos decênios no Brasil, é identificada a opressão de gênero dentro desse processo de exploração que distingue homens e mulheres na esfera do trabalho.

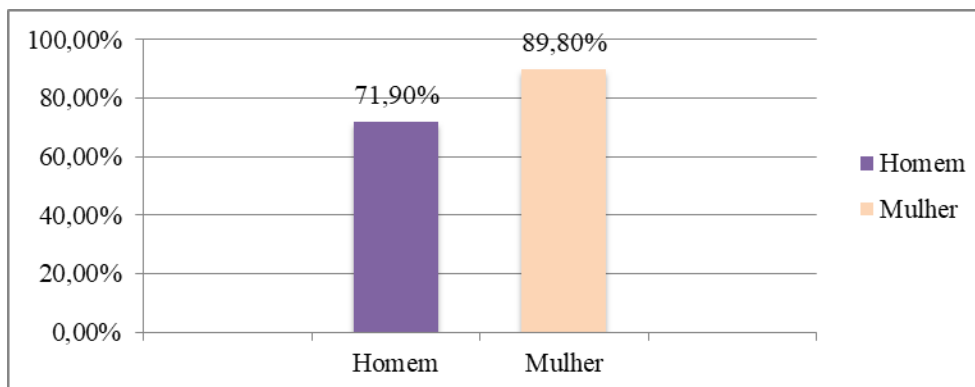
Ocorre também com a expropriação do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico e que é realizado principalmente pelas mulheres, a forma capitalista só é possível quando ocorre a exploração da mão de obra através do mecanismo de mais-valia (no âmbito produtivo), também presente na expropriação do trabalho executado pelas mulheres na esfera privada.

Nas últimas décadas, observa-se que a divisão dos afazeres domésticos por sexo (homem e mulher), fora se modificando na sociedade brasileira tendo em vista diferentes motivos (entrada das mulheres no mercado de trabalho, mudanças nas relações empregatícias e familiares e etc.), o que repercutiu na própria atualização da divisão sexual do trabalho.

Segundo mapeamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD – IBGE), no ano de 2016 as mulheres ocupavam 89,80% da taxa de realização de atividades domésticas, e em valor menor, os homens apresentavam 71,90% dessas atividades (Gráfico 01), ratificando a predominância da responsabilidade das mulheres no seio familiar.

É importante sinalizar que essa taxa é uma média da população analisada seguindo critérios estatísticos, e que se contrapõe diretamente à realidade das famílias brasileiras. No caso dos homens, o ano de 2016 foi a menor taxa de realização de afazeres domésticos em comparação aos anos consecutivos até 2019.

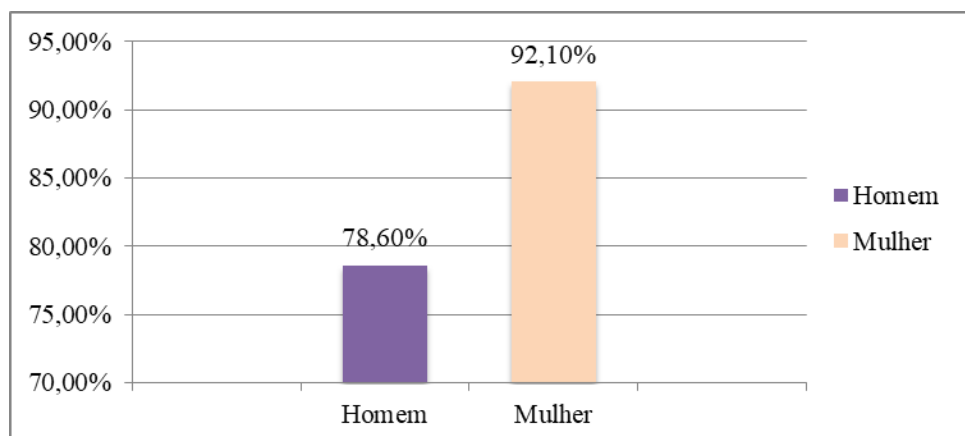
Gráfico 01
Brasil
– Taxa de realização de afazeres domésticos, divisão por sexo (%) 2016



Fonte: IBGE, PNAD, 2016
Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2022

Três anos depois (Gráfico 02), as mulheres tiveram um aumento na taxa de realização de afazeres domésticos em 92,10%, enquanto os homens passaram a aumentar a sua taxa de realização dessas atividades em 78,60%. Isso se deve, em grosso modo, a uma média geral acerca das mudanças no mundo do trabalho (incluindo o grau de desemprego entre esses sujeitos), com certo “avanço” na participação de homens em atividades domésticas que são predominantes entre as mulheres, mas que não suprimiram as relações de desigualdades de gênero e as discrepâncias socioeconômicas entre os milhares de trabalhadores do país.

Gráfico 02
Brasil
Taxa de realização de afazeres domésticos, divisão por sexo (%), 2019

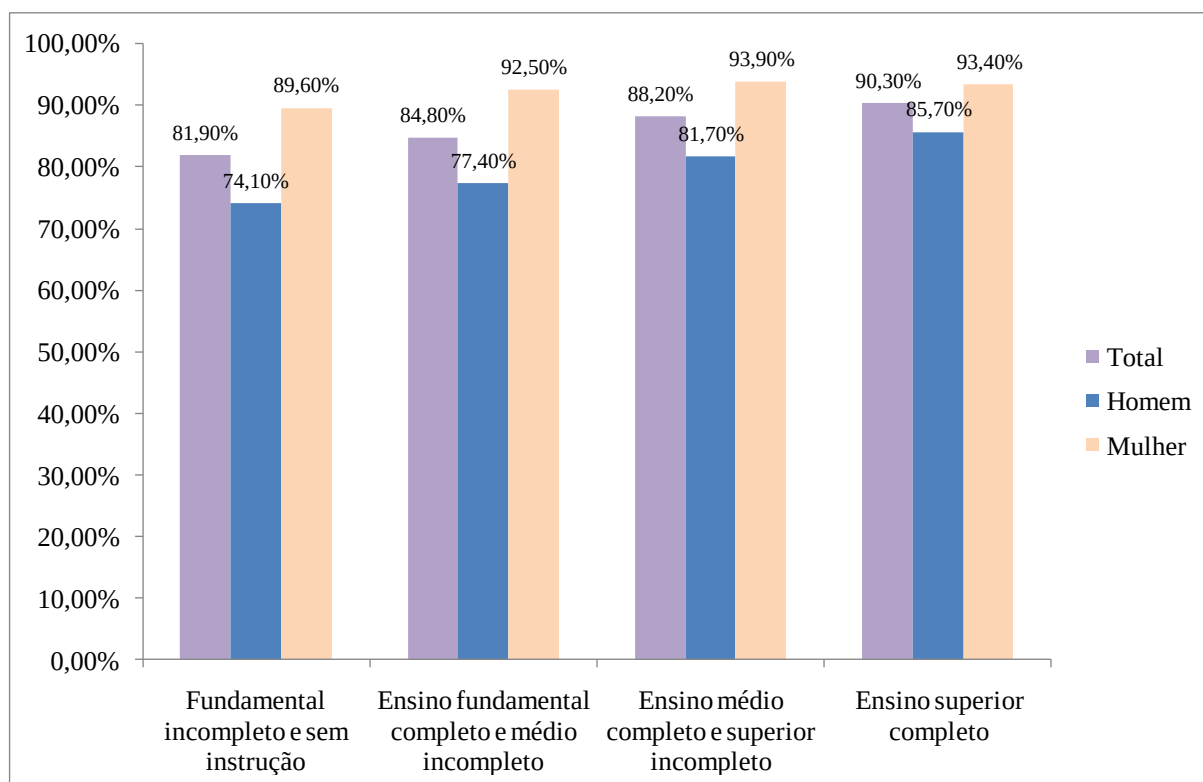


Fonte: IBGE, PNAD, 2019
Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2022

Ademais, a realidade também aponta para a situação de escolaridade/instrução entre as mulheres e os homens da classe trabalhadora, que por sua vez, encontram-se mais submetidos à lógica do aumento da jornada de trabalho tanto no espaço doméstico, quanto na esfera pública. No ano de 2019, ainda conforme o PNAD (IBGE), homens e mulheres obtiveram altos níveis de realização dos afazeres domésticos (Gráfico 03), independente de escolaridade.

No entanto, ainda se sobressai a participação das mulheres nestas atividades, pois segundo dados da (OXFAM, 2020) “no Brasil, as mulheres dedicam, em média, 10,4 horas a mais por semana do que os homens nas tarefas de casa, um trabalho que vale 11% do PIB do país”. Além do cuidado com a casa, filhos, familiares (incluindo pessoas enfermas e idosas) e marido, as mulheres possuem duplas ou triplas jornadas de trabalho, implicando numa maior exploração da figura feminina.

Gráfico 03
Brasil
Taxa de realização de afazeres domésticos, divisão por sexo e por nível de instrução (%), 2019



Fonte: IBGE, PNAD, 2019

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2022

Ao entender que o movimento da realidade incide nas relações sociais e de trabalho entre os sexos, é importante frisar que as atividades domésticas não possuem características estritamente de recorte social (níveis de classe social por renda) e/ou por diferentes formações educativas. Como se vislumbra nos dados, o trabalho doméstico se apresenta pequena variação em todos os níveis de divisão da própria sociedade brasileira (no recorte de gênero, bem como nos diferentes graus de instrução), o que acrescenta ainda a necessidade de problematizar e entender os dados para além de sua aparência, e o que há por trás na essência da questão: quem se beneficia com o trabalho doméstico?

Por a sociedade naturalizar a subordinação das mulheres e impor-lhes esses papéis tidos como “essencialmente femininos”, a análise referente à divisão sexual do trabalho se faz muito necessária justamente porque as diferentes faces da exploração capitalista, em sua grande maioria, passam despercebidas.

Ademais, Hirata e Kergoat (2007, p. 597) sobre a invisibilidade e a exaustão do tempo de trabalho, além de outras atribuições e exigências para as mulheres, consideravam que: “torna-se então coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, [...], que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”. Nesse sentido, é preciso problematizar a divisão sexual do trabalho enxergando dentro do contexto histórico e social as nuances atrelada à exploração e opressão da mulher que possui nítida relação com o caráter econômico e de classe inscrita na sociedade.

Nessa divisão sexual do trabalho operada pelo capital, as atividades dotadas de menor qualificação em que a exploração da mão de obra é maior, são destinadas às mulheres, bem como a outros setores também oprimidos na sociedade (crianças, homens imigrantes e negros). A divisão capitalista do trabalho usurpou não somente o tempo livre de tais sujeitos, mas também o próprio trabalho no ambiente doméstico, conforme as necessidades da família e da própria engrenagem do modo de produção capitalista – ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família, há, no movimento da acumulação do capital, a desvalorização da força de trabalho e a própria corrupção moral decorrente da exploração (Marx, 2017).

Nesse processo de submissão e dinâmica da divisão sexual do trabalho aos quais as mulheres estão inseridas, Toledo (s.d.) é cirúrgica ao esclarecer que:

O capital qualifica a classe trabalhadora de acordo com seus interesses e suas necessidades, a cada momento, não de acordo com os interesses do trabalhador. Este se desemprega conforme sua força de trabalho atenda ou não ao interesse do capital naquele momento, conforme o mercado o absorva

ou o descarte. O que é trabalho “feminino” e “masculino” é definido a partir da necessidade do capital de auferir mais lucro e se utiliza da força de trabalho disponível, utilizando-se inclusive de suas diferenciações internas (entre sexo, idade, cor etc) para este ou aquele emprego, aumentando seu rendimento. A opressão da mulher, do negro, do imigrante tem a ver, portanto, com uma lógica superior, que determina todas as demais: a necessidade do capital de reproduzir-se continuamente. O emprego de novas tecnologias serve aos interesses do capital nessa empreitada, e não para aliviar a exploração da classe trabalhadora de conjunto. Os trabalhadores não detêm o controle sobre seu uso, e quanto mais elas são empregadas, mais agravam a falta de controle que ele tem sobre sua própria força de trabalho. Por isso, aprofundam a exploração e a divisão sexual do trabalho (Toledo, s.d., p. 17).

Por conseguinte, as mulheres trabalhadoras são “presas” fáceis da superexploração capitalista devido às condições precárias que vivenciam e também porque a grande maioria se insere em setores informais do trabalho, portanto vulneráveis e sem controle sobre sua própria força produtiva. A essa desigualdade existente em torno da figura feminina, soma-se ao aprofundamento das mazelas sociais, da pobreza e da relação de dependência ainda enfrentadas na sociedade moderna.

A superexploração das atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres acontece tanto na esfera pública quanto na esfera privada, porque no primeiro, a desvalorização vem por meio dos baixos salários e desprestígio nesse universo produtivo, enquanto que no segundo, ocorre por meio da utilização da mulher para fins de garantia e manutenção da produção num custo baixo, responsabilizando-a pela reprodução social.

Segundo Neves (2000):

De fato, a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos a domicílio, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis, ocasionando intensificação do ritmo de trabalho e pela perda de direitos legais (Neves, 2000, p. 182).

Com a perda dos direitos, aumento da precarização do trabalho feminino na sociedade capitalista, estende-se a esta realidade a incorporação em massa de mulheres na informalidade e no trabalho doméstico. Essa ampliação se deve, sobretudo, ao entender que tanto o trabalho produtivo quanto o trabalho “não-produtivo”, estão alinhados à lógica de acumulação do capital e, desse modo, é o grau de exploração de força de trabalho que importa ao capitalismo,

desconsiderando as contradições internas da sociedade moderna.

Cisne (2013, p. 133) disserta que “o trabalho reprodutivo não remunerado garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza”. É esse trabalho reprodutivo que garante a diminuição dos custos e consequentemente os lucros para o capital como afirma Fraser (2020):

A atividade reprodutiva é absolutamente necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo como tal. Afinal, **o trabalhador assalariado não poderia existir nem ser explorado na ausência do trabalho doméstico**, da criação das crianças, da formação escolar, do cuidado afetivo e de um conjunto de outras atividades que produzem novas gerações de trabalhadores, repõem as gerações existentes e mantêm vínculos sociais e compreensões compartilhadas. Assim como a “acumulação original”, portanto, **a reprodução social é condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista** (Ibid., 2020, p. 46, grifos nossos).

Nessa tensão estrutural da sociedade, as mulheres, diferentemente dos homens, ficam na angústia de “dar conta” do trabalho doméstico e também do trabalho remunerado que se encontra fora do lar, mantendo assim uma dedicação que se torna um tanto parcial e precarizada por assumirem duas atividades ao mesmo tempo.

De acordo com Marx (2017), o trabalho feminino é central à venda de sua força de trabalho como condição de lançamento no mercado todos os membros da família, incluindo a mulher. Para o autor, nas observações iniciais sobre a apropriação das forças de trabalho subsidiárias ao capital: trabalho feminino e infantil, “à medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade” (Marx, 2017, p. 468).

Ademais, Marx (2017) assevera:

Para que uma família possa viver, agora são quatro pessoas que têm de fornecer ao capital não só trabalho, mas mais-trabalho. [...]. Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos (Ibid., 2017, p. 468-469).

Ao adentrar no espaço público do trabalho, a conquista é do capital, pois as novas exigências do mundo do trabalho circundam e se aproveitam da organização e do pensamento patriarcal - de que a mulher é inferior ao homem e capaz de dar conta de várias atividades

num mesmo período, ou seja, ela é necessária por suas “habilidades versáteis” e que agradam os ditames do mundo produtivo. Se não houver o enfrentamento ao capital, bem como ao modelo de sociedade patriarcal, o papel tradicionalmente destinado à figura feminina pelo modo de produção capitalista não mudará, pelo contrário, continuará como segundo plano quando o assunto é referente à sua autonomia.

1.2. Relações sociais sob a égide do patriarcado: Gênero e divisão de classes

O patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo (Saffioti, 2004), no entanto, as relações de exploração e dominação continuaram mantidas mesmo no modo de produção capitalista. De acordo com a mesma autora (1992, p. 194): “o patriarcado pode ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo”. Ele é resultado de um processo histórico, sua consolidação se associa ao surgimento da propriedade privada o que garantiu não só controlar como manter sua estrutura.

Esse sistema patriarcal, historicamente, valoriza o masculino em detrimento do feminino fomentando assim as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Ele carrega as contradições de gênero e de classe, por isso faz-se necessário perceber a totalidade da realidade social presente no modelo capitalista de acúmulo de riqueza, e de poder que se utilizam do patriarcado para a manutenção e reprodução de sua estrutura.

Por o patriarcado manter sua estrutura alicerçada na apropriação e sujeição das mulheres, sua base advém da dominação masculina e da opressão, ou seja, homens detêm o poder. Para Chistine Delphy (2009, p. 174), o patriarcado “vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando)”, portanto é a autoridade do pai que sobressai os demais membros da casa e que perpassa pela filiação biológica, o que nesse sentido, remete-se a um domínio que seria presente no interior da família.

A produção de excedente econômico e o controle do homem eram imprescindíveis para gerar uma nova vida, porque se atribuía esse fenômeno a um poder divino ligado às mulheres que eram consideradas “seres mágicos” nas sociedades de caça e coleta, foram esses fatos históricos que marcaram as bases que constituíram o patriarcado (Saffioti, 2004).

Antes do surgimento da propriedade privada, muitas sociedades tinham uma organização de característica denominada matrilinear, ou seja, só a ascendência materna era levada em conta (Engels, 2014). Posterior à propriedade privada, as formações sociais tornaram-se patriarcais alicerçadas no direito do homem sobre os filhos (as), à mulher e aos

bens materiais (que incluía a posse e a propriedade de escravos), ou seja, o que se estabeleceu nesse âmbito foi a superioridade masculina. Dessa maneira, Cisne (2013, p. 122) evidenciava que “se não temos dados históricos com os quais podemos provar que é com a propriedade privada que ocorre a origem da subordinação da mulher, não temos dúvida que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural”.

Com o surgimento da propriedade privada, sob o alicerce do sistema patriarcal de relações sociais, a mulher passa a ter papel e função de reprodutora submissa ao poder do pai e depois ao marido numa equivalência de propriedade ao ser objeto que pertence ao homem. E se o espaço restrito à esfera doméstica do cuidado e educação é da mulher, qual o espaço masculino? Ao homem é destinado o espaço público por ele ser considerado o provedor da família, enquanto trabalhador que fica no campo da produção, bem como expõe Engels (2014):

Em Eurípedes, a mulher é chamada de oikurema, coisa destinada a prover a casa (o Gênero da palavra é neutro), e, excetuando a atividade de procriação, para os atenienses ela não passava da principal serva doméstica. O homem tinha seus exercícios de ginástica, seus negócios públicos, dos quais a mulher estava excluída (Engels, 2014, p. 83).

Assegurando que suas propriedades fossem passadas aos seus filhos em forma de herança e tendo controle sobre a prole, os homens garantiam maior riqueza e força de trabalho (já que eram detentores da propriedade privada), por isso que controlar o corpo e consequentemente a vida das mulheres nessa opressão e apropriação, possibilitou ao patriarcado o atendimento de seus interesses. Danda Prado (2013, p. 61) situava ainda que: “no patriarcado, há uma apropriação do corpo feminino pelo poder masculino. Um homem pode impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão de obra abundante em seu próprio benefício. O inverso não é factível”.

Apesar das conquistas, a subordinação da mulher pelo homem toma novas formas e ainda perdura na sociedade capitalista. E se essa inferioridade de um gênero sobre outro se encontra sob o alicerce de uma sociedade dividida em classes. A superação dessa estrutura e organização da sociedade só sofreria alteração se não mais existissem a propriedade privada e a separação entre as classes sociais (Engels, 2014).

Também nesse sentido, Tonet (1997) afirmava que:

Assim, como na sociedade capitalista na qual o ato fundante é a compra e venda da força de trabalho, na sociedade emancipada, o ato ontológico-

primário terá que ser o trabalho associado, uma forma de trabalho que abole o trabalho assalariado, a propriedade privada e o capital, com todos os seus corolários (Tonet, 1997, p. 174-175).

O autor apresenta a contraposição entre as estruturas de duas sociedades. Na sociedade capitalista, o ato central é a troca da força de trabalho por dinheiro, ou seja, a compra e venda de trabalho assalariado. Por outro lado, na sociedade emancipada, a base fundamental será o trabalho associado, um tipo de trabalho cooperativo que elimina o sistema de trabalho assalariado, a propriedade privada e o capital, bem como todas as suas implicações e consequências.

O patriarcado surge como um fio condutor que entrelaça essas sociedades, revelando sua profundidade nas estruturas de controle. Esse controle, muitas vezes denominado paternalista, enraíza-se na relação entre grupos dominantes e subjugados. Nesse sentido, é a figura feminina que está subordinada aos homens no decorrer de sua vida, pois conforme Gerda Lener (2019):

O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “responsabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem. Por quase quatro mil anos, as mulheres moldaram sua vida e agiram sob o “guarda-chuva” do patriarcado, em particular, uma forma do patriarcado mais bem descrito como dominação paternalista (Lener, 2019, p. 297).

As mulheres ao viverem dentro de uma organização social patriarcal, sofrem a influência de uma ideologia que expressa ideias, valores, normas e regras de conduta que indicam como elas devam se comportar, sentir e o que podem ou não fazer. Muitas delas consentem essa subordinação devido à ideologia já estabelecida o que produz a internalização de que é algo “natural” desde o seu nascimento. Algumas se sentem “beneficiadas pelo patriarcado” e desejam manter esse “privilégio”, mesmo sendo oprimidas pelo machismo, outras não conseguem enxergar esse domínio patriarcal por que ao serem criadas a partir de ideários conservadores familiar, religiosos, entre outros, possuem conceitos e visões deturpadas da realidade social.

Essa relação hierárquica de um ser sobre o outro e estendida pelo patriarcado não é natural, e também não possui um determinismo biológico, pois corresponde a uma criação histórica, tendo a família como unidade básica, conforme Lener (2019, p. 289): “a princípio, o

patriarcado apareceu como Estado arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores”. Sendo assim, o patriarcado pode ser contestado e derrubado pelo que Cisne (2013, p. 126) apontava: “não há, portanto, no uso da categoria patriarcado a impossibilidade de pensarmos a transformação deste sistema (...)”.

Quando se situa a discussão do patriarcado, não se tem dúvida da existência da desigualdade, subjugação, dependência e exploração que perpassam em torno da vida das mulheres na sociedade dividida em classes. Para tanto, Cisne (2013, p. 127) considerava que o patriarcado “[...] explicita especificamente o vetor dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, portanto, possui desdobramentos políticos mais diretos ao denunciar claramente as desigualdades entre os sexos”. Além do entendimento de que o patriarcado está associado diretamente à subordinação, ele é também concebido como um sistema que possui base econômica fundada no trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres no espaço doméstico como também fora dele.

No entanto, com a perspectiva de vender sua força de trabalho, junto a essa organização também se fez presente a exploração de uma classe sobre a outra. É nessa constituição de classes sociais antagônicas, que a inferiorização social da mulher contribuiu positivamente para a consolidação de uma sociedade competitiva e demarcada pela abertura do mercado gradativamente.

As mulheres da classe trabalhadora sofreram e sofrem com a discriminação entre classes numa relação desigual, comparando-se às mulheres burguesas, por exemplo. Mesmo as trabalhadoras conseguindo adentrar no setor considerado hegemônico, suas atividades são exercidas em condições subalternas se comparado às masculinas, já que recebem salários mais baixos e realizam tarefas mais desqualificadas, além de estarem presentes em postos inferiores quando se analisa a hierarquia do trabalho. Desse modo, Antunes (1999) ressalta que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (Antunes, 1999, p. 109).

De tal modo, as crianças também são ensinadas a aceitar as estruturas na qual se assenta a sociedade de classe, uma vez que no interior da família patriarcal existe a premissa do conservadorismo que ajuda a internalizar valores que em sua grande maioria trazem as

características de hierarquia, desigualdade, preconceito, competitividade e dentre outros.

A opressão das mulheres reflete a exploração de classe na sociedade capitalista, e um dos instrumentos utilizados para conduzir a força de trabalho é por meio da produção e reprodução das diferenças. A maioria dos homens não consegue perceber que tanto a situação feminina como a sua é determinada pela totalidade histórica e que, nesse sentido, quando eles se pautam na concepção de que elas são suas concorrentes deixam de estabelecer o entendimento de que libertar a mulher, como diz Saffioti (2013), de uma “conjuntura alienante” significa também libertá-los. A mesma autora acrescenta:

O homem desempenhou e ainda desempenha, portanto, papel relevante na dupla determinação de que é alvo a mulher enquanto membro de uma classe e enquanto pertencente a uma categoria de sexo. Se ela é duplamente determinada, a consciência do homem é duplamente contraditória. Na medida em que justifica e auxilia a promover a expulsão da mulher da estrutura de classes em virtude de seu sexo, reforça sua própria determinação enquanto membro de uma totalidade parcial oposta a outra e oculta essa determinação de si próprio na manutenção de estruturas parciais em que reina como soberano (família, por instância). A retenção, por parte do homem, do domínio no grupo familiar faz da família uma estrutura obstrutora da expansão econômica da sociedade, quando, na verdade, ela apenas medeia e camufla as relações de produção (Saffioti, 2013, p. 77).

A ideologia dominante, ao se disseminar a toda sociedade, não só é assimilada pelos integrantes das classes dominadas como estes adotam como sendo também as suas ideias. Por essa discussão, entende-se que tanto homens como mulheres estão submetidos à uma alienação que consegue legitimar a ordem estabelecida por meio de uma adesão ativa ou passiva com valores e padrões de comportamento.

No caso dos homens, por força do patriarcado, assumem uma postura e um comportamento de dominação para com as mulheres o que lhes tornam alheios aos interesses de autonomia feminina e se tornando reprodutores dessa ideologia de um grupo poder reprimir um outro.

A sociedade de classes em seu modelo de produção capitalista vai exigindo diferentes trabalhos femininos em períodos distintos de transformação social, mesmo sendo desprestigiados, esses trabalhos (produtivos e/ou reprodutivos), contribuem para um equilíbrio imprescindível na conservação desse sistema.

Além do social, o fator natural que circunda o universo feminino é utilizado como justificativa para o desmerecimento da atividade profissional da mulher quando ela precisa reduzir suas atividades logo após o parto, por exemplo, o que “justifica” sua subordinação por

parte não só do empregador como também da sociedade de modo geral.

Diante de fatores de ordem social que rodeiam a condição da mulher, eles contribuem para sua inferioridade perante a sociedade de classes. Segundo Saffioti (2013):

Pesquisas realizadas evidenciam que a mulher tem mais necessidade que o homem de se ausentar do trabalho por motivos de doenças leves. Para agravar este problema, quando o homem adoece, a mulher também não comparece ao local de trabalho, pois se espera que permaneça no lar cuidando do marido, o mesmo ocorrendo quando adoecem os filhos (Ibid., 2013, p. 87).

Nesse sentido, a ideia do cuidado (lar, marido e filhos), coloca a mulher numa perspectiva de que sua missão é o casamento, um pensamento de ordem patriarcal que estabelece um destino determinado com base em seu sexo. Seu papel na família passa então a ser muito necessário para a manutenção das sociedades capitalistas, pois sua força de trabalho ora se constitui como mercadoria, ora é valor de uso quando fica no lar.

É essa sociedade de classes alimentada pelo patriarcado que coloca homens e mulheres em posição estrutural antagônica, construindo e adaptando sempre o ser feminino aos papéis subalternos.

Ao impor e gerar suas regras, a família patriarcal sob o comando do chefe (o homem), que possuía controle sobre sua (as) mulher (res) e filhos era muito importante para a existência do modelo de sociedade vigente, já que não só era o espelho como a educação das crianças se voltava para reforçar e seguir essa organização social (Lener, 2019).

A dinâmica da sociedade atual mesmo modificando a forma, produziu novas expressões do poderio patriarcal sobre o ser feminino (condições precárias, insalubres e aumento na jornada de trabalho, perda de direitos trabalhistas e previdenciários, assim como a problemática de afastamento das mulheres em períodos de pré-gestação, puerpério e etc.), porque nesse processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista ele se ampliou e estabeleceu as bases de exploração não só dos povos como dos seus territórios e da força de trabalho.

Antigas expressões de dominação e subjugação das mulheres ao patriarcado (sustentando pelo Estado e reproduzido pelo capital), dentro de um sistema de valores construídos historicamente, são discutidos por Mészáros (2011) quando o autor considera:

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do

capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por “comportamento não conformista”. [...]. A existência de um tipo de família que permitisse à geração mais jovem pensar em seu papel futuro na vida em termos de um sistema de valores alternativo – realmente igualitário –, cultivando o espírito de rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação, seria uma completa infâmia do ponto de vista do capital (Mészáros, 2011, p. 271).

Como há uma perpetuação dos valores construídos no seio da família e, portanto, na própria sociedade capitalista, há uma internalização de tais valores (como a separação entre os sexos no âmbito doméstico e o espaço público entre homens e mulheres, desigualdades salariais e etc.) como expressão da dominação do capital, que a partir do momento que separa os sujeitos incide o movimento da alienação e a não contestação do sistema de acumulação.

Nesse sentido, a família é a expressão mais apropriada pelo capitalismo onde se institui as formas de obediência e seguimento dos padrões aceitáveis na sociedade (dentro do modelo de sociedade patriarcal e monogâmico).

Ademais, como Mészáros (2011) assevera que é impossível alterar esse quadro de dominação do capital (sob a égide do capital e do sistema de valores internalizados), pois o modelo de família circunscrito na sociedade é funcional ao sistema capitalista, logo, uma nova geração só poderia reverter tal situação se não mais existissem a propriedade privada e as relações atuais de controle e domínio entre os sujeitos sociais, homens e mulheres.

Debater a relação entre capitalismo e patriarcado é complexo, haja vista que se discutem abordagens carregadas não só de reflexões herdadas do passado como pouca elaboração teórica, como mostram Ávila e Ferreira (2020, p. 116): “deve-se considerar que é só a partir da reemergência do movimento feminista no final dos anos 1960 que a questão do patriarcado/capitalismo começou a ser enfrentada como uma questão política e teórica”.

O caráter problemático da situação da mulher nas sociedades de classes não é ocorrência passageira, pelo contrário, é uma tensão que se apresenta firme por ser causada pela própria estrutura social, o que introduz uma série de obstáculos para as condições de mudança da realidade. A história não é um ciclo, portanto não é linear, o que significa dizer que a condição material é importante para compreender essa estrutura de sociedade.

Se o objetivo é uma intervenção racional dessa forma de organização da sociedade que busque resolver os problemas, então será necessário enfrentar essas apreensões que envolvem o ser feminino provocado pela própria dinâmica social. É mais que preponderante a mudança de sociabilidade existente, pois no modo de produção capitalista não existe a liberdade efetiva, pelo contrário, a liberdade existente sob o capitalismo expressa a concepção de

domínio do capital que aliena e explora paulatinamente toda a classe trabalhadora.

A partir disso urge uma questão: como o homem, enquanto sujeito social, conseguirá a transformação dessa realidade e, a partir daí, se mobilizará para alcançar uma nova existência e modelo mais justo de sociedade? Para resolver essa questão se faz urgente a mudança na consciência dos homens para assim pensar em uma sociabilidade possível e alcançar a emancipação humana.

1.2.1. Lutas Feministas

Para se apresentar como sujeito político, pelo direito de representação tendo participação ativa na vida pública² e também quanto aos direitos no campo do trabalho, as mulheres se organizaram em movimentos feministas travando verdadeiras batalhas ao longo da história.

Figura 02 – Mulheres na passeata de 1968 durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)



Fonte: Agência Patrícia Galvão, 1968

Mesmo com o tempo reduzido (devido suas responsabilidades com o lar dentro de uma

² “Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?” (Floresta, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989).

sociedade patriarcal), dificultando ainda mais sua participação em atividades políticas, muitas das mulheres se mantiveram resistentes durante a transição e consolidação da sociedade moderna capitalista, tornando-se fortes ameaças para a ordem burguesa. Reivindicações que buscavam a mudança estrutural de um sistema que oprime e explora esse ser feminino, têm apresentado um diálogo expressivo com a história do feminismo, já que o ponto de unificação são as lutas estratégicas que possuem o objetivo de promover a transformação das relações sociais em sua totalidade.

A adequação das mulheres aos limites do privado (doméstico), como historicamente fora determinado, reafirmou a hierarquia patriarcal presente na família tomando-a como referência e base para a manutenção da ordem e da organização da sociedade, por isso que a posição ao longo da história era também de impedir o direito ao livre amor e ao divórcio tão reclamado por elas. Nesse sentido, as lutas feministas se voltavam, além dos direitos políticos e ao trabalho, também às reivindicações no âmbito dos direitos civis, e nesse ínterim, à busca e luta por igualdade e liberdade para todas.

A desigualdade enraizada no patriarcado leva a luta feminina que se dá diante do modo de produção, mas também contra a propriedade privada, o Estado, a opressão e a violência que se dá em todas as esferas, inclusive dentro de suas próprias casas com seus companheiros (Santos, L.; Santos J., 2017, p. 202).

No decorrer da história, ao buscarem adentrar em espaços que até então eram compostos predominantemente por homens e lutar por melhores condições de trabalho, as mulheres foram perseguidas e sofreram diversos tipos de violência, como, por exemplo, o incêndio da Triangle Shirtwaist Company³ em que operárias morreram durante uma greve.

O fato de muitas não terem acesso à educação, não terem seus direitos sociais respeitados e garantidos, a não valorização no trabalho em que muitas acabavam não se percebendo como trabalhadoras, e a tentativa de construir uma identidade de classe social, impediam ou dificultavam a participação na política e em movimentos importantes de revolução. Moraes (2020) traz algumas informações históricas quando coloca:

No século XVIII o Iluminismo exerceu uma influência teórica e política sem precedentes na Europa. A Revolução Francesa, com suas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade impulsionou o movimento abolicionista e abriu um espaço para as mulheres reivindicarem também seus direitos de cidadania.

³ Esse acontecimento ocorreu em Nova York em 1911 e vitimou 129 mulheres e 17 homens que morreram na conflagração, que eram em sua maioria jovens imigrantes europeus. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Josephine-Clara-Goldmark>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Mas foi preciso o desenvolvimento do capitalismo e o rompimento com as antigas formas de produzir para que milhares de pessoas fossem transformadas em força de trabalho a ser vendida no mercado. Homens, mulheres e crianças eram explorados de uma maneira brutal em ambientes de trabalho insalubres, jornadas de trabalho de 16 horas ou mais, salários miseráveis (Moraes, 2020, p. 129).

A Conferência Internacional das Mulheres Socialistas (1910) marcou um reconhecimento da luta histórica travada por mulheres que, sob as condições precárias no trabalho, se organizaram na busca por seus direitos. Clara Zetkin, militante na luta pelos direitos das trabalhadoras com foco na educação das mulheres operárias, apresentou uma proposta para a criação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora que só foi reconhecida mediante insistência e discussões dos movimentos feministas.

Após intensificação da jornada de trabalho e essas condições inseguras do trabalho, as lutas e resistências se constituíram fundamentais na contraposição ao sistema capitalista. Todavia, parte-se que a realidade concreta apresenta contradições em seu movimento, pois mesmo que a luta seja uma questão importante na emancipação das mulheres, desde as décadas de 1960 e 1970, os coletivos feministas se fizeram estratégicos, mas de acordo com os limites estruturais e o próprio sistema sociometabólico do capital, como afirma Mészáros (2011) se tornou, portanto,

[...] inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital. Nessas condições, tornam-se mais pronunciadas as dissensões no próprio movimento feminista em relação aos anos 60 e 70, o que é muito compreensível, pois, devido à redução das margens, muita coisa depende de as estratégias defendidas para assegurar o avanço da emancipação das mulheres se dispuserem ou não a questionar os *limites estruturais* impostos pelos parâmetros do próprio sistema do capital. Em outras palavras, é preciso enfrentar a questão do *tipo de igualdade* viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam redistribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição (Mészáros, 2011, p. 273).

Para tanto, as lutas feministas que se fundamentaram sob a lógica do modo de produção capitalista estão associadas ao histórico de dominação das mulheres e procuraram não só denunciar a opressão, como ter uma compreensão crítica da sociedade. As estratégias de luta ferem aos interesses do capital porque o objetivo é convulsionar não só a sua estrutura

como também a ideologia conservadora-burguesa.

Ao confrontar as instituições que reproduzem a ideologia como mascaramento da realidade (Chauí, 2008) no que diz respeito à exploração da mulher, a luta feminista adquire uma característica revolucionária ao se articular à luta de classes. Ao envolver diversos setores da sociedade por meio de mobilizações como método de luta não se ignora e ao mesmo tempo abrem questionamentos a respeito da dominação e exploração que se tem sobre a vida dessas mulheres numa profunda luta no espaço social do capitalismo. Com esse intuito, Mészáros (2011, p. 307) ressalta que a “causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica”.

Por mais que as mulheres consigam adentrar em espaços nunca antes alcançados, essas conquistas são passageiras se o sistema que alimenta esses conflitos não for derrubado. Numa sociedade em que existem dominantes e dominados, a mulher se encontra no campo tanto social quanto econômico do ser dominado, ela sofre imposições por ser membro de uma classe e por fazer parte da categoria sexo feminino.

Mesmo que a figura feminina sofra, de um modo geral, as amarras da opressão em diferentes ordens do capitalismo e também existindo sob o jugo da distinção quanto à classe social (a que pertence a mulher proletária *versus* burguesa), a saída sempre será pelo caminho da coletividade. Nesse sentido, os movimentos sociais das mulheres ao fazer frequentes alianças sejam temporárias ou permanentes, precisam atuar também com homens em diferentes espaços políticos em defesa dos direitos humanos e em particular, dos direitos de justiça social para as mulheres. Ao considerar a existência da opressão a todas elas, o sentido dessa articulação se faz na atuação contra as diversas formas que a exploração assume.

Logo, o feminismo sendo um movimento protagonizado pelas mulheres e apoiadores para compreender a situação de opressão que estas sofrem na sociedade (e também para construir uma perspectiva de superação desse domínio), tem a necessidade de apreender a realidade criticamente perante o mundo e contestar o sistema tal como ele se apresenta.

A luta contra a desvalorização da mulher e precarização no mundo do trabalho, à divisão sexual do trabalho no âmbito produtivo e também ao reprodutivo, requer um caráter estratégico ao enfrentamento do sistema capitalista e todas as formas de dominação. Os movimentos feministas em suas diversas formas de organização independem de onde estão localizados, são forças que se tornam imprescindíveis nessa longa empreitada.

A desigualdade é fruto dessa estrutura social que impõe condições de superioridade de um grupo ou classe social sobre o outro, sendo assim, as lutas femininas para afugentar essa desigualdade social também perpassam pelas diferenças que cada ser social possui. Como

bem ressalva Teles (2020):

O feminismo incomoda, o que dizer, então, do feminismo marxista, enovelado com o patriarcado, as classes sociais e o racismo? Por ser contrário a todas as opressões, enfrenta muitos obstáculos. As mulheres são oprimidas, mas são desiguais entre si. Há mulheres que exploram e dominam outras mulheres. No entanto, são oprimidas por serem do sexo feminino (Ibid., 2020, p. 103).

Mais do que nunca, as lutas feministas evidenciam que na atualidade, e em diversas partes do mundo, a reprodução do sistema patriarcal capitalista anda em conjunto com o fundamentalismo altamente conservador, com características fascistas, e que por meio da superexploração do trabalho, violência, controle da sexualidade e do corpo da mulher, busca criar barreiras para a liberdade e emancipação delas, bem como da classe trabalhadora que sofre devido às desigualdades históricas que também se apresentam na atual conjuntura.

No Brasil, o feminismo se intensificou enquanto movimento, dentro das lutas contra a Ditadura Militar (1964-1985), nesse período, as reivindicações pela liberdade de expressão, direitos e organização política, dentre outros, fizeram com que as feministas militassem em várias frentes em prol dessas, até então chamadas, “liberdades democráticas”. No entanto, quando suas reivindicações eram pautas específicas, como exemplo, o direito de decidir sobre o próprio corpo, elas não tinham muito apoio, visto que o conservadorismo presente na sociedade (além de outras questões) visava arrefecer a autonomia feminina.

A partir da criação do Jornal Brasil Mulher⁴ e do primeiro grupo que se assumiu feminista (o Nós Mulheres), as feministas brasileiras começaram não só a se encontrar com maior frequência e com um número cada vez maior de mulheres, como também passaram a atuar publicamente. Sobre esse novo cenário do Brasil, Moraes (2020) apresenta:

As feministas assumiram a liderança do movimento de mulheres, propondo reuniões, congressos e manifestações de rua. Havia uma enorme solidariedade e o apoio de artistas e intelectuais. Assim, Elis Regina ajudou a financiar o primeiro número do Nós Mulheres e Ruth Escobar, além de abrir as portas de seu teatro para as nossas manifestações, foi a idealizadora de várias intervenções performáticas. Por ocasião do julgamento do assassinato da Ângela Diniz (1976), as manifestantes foram vestidas de preto com matracas. Em 1978, o Primeiro Congresso da Mulher Paulista, realizado no teatro Ruth Escobar, reuniu mais de mil mulheres. E quando se tratou das eleições de 1982, as feministas participaram ativamente, tanto na campanha de André Franco Montoro, que venceu, como na de Lula, no recém-criado

⁴ Jornal criado com a prioridade de divulgação de matérias e notícias sobre as relações de trabalho das mulheres, rompendo com a lógica patriarcal e dos veículos de mídia dominante. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Partido dos Trabalhadores (Ibid., 2020, p. 133).

Ainda falando do Brasil, as feministas se fizeram presentes ao lutarem por mudanças na legislação brasileira, como por exemplo, a construção de emenda parlamentar para mudar o Código da Família já que o anterior era incompatível com a realidade e mais ainda, não tinha sido colocado em prática. Tal Código, Moraes (2020) afirma que:

Na família o homem é o chefe e a mulher sua melhor auxiliar. O homem decidia tudo. A mulher não podia nem mesmo manter seu nome de solteira. E, apesar dessas conquistas, somente com a aprovação em 13 4 2006 do novo Código de Direito Civil foi abolida essa aberração, que era o direito do homem de devolver a mulher, até dez dias depois do casamento, se descobrir que ela não era mais virgem (Ibid., 2020, p. 133-134).

As mulheres brasileiras tiveram que lutar pelo direito ao voto, declarando suas insatisfações quanto aos papéis tradicionais a elas designados. Um direito muito importante da democracia que estava restrito a pequenos grupos masculinos dos quais elas não pertenciam. A resistência em conceder esse direito ao ser feminino era muito grande, mesmo assim a luta para equiparar os seus direitos aos dos homens movia essas mulheres a esforços em prol de conquistas em espaços até mesmo na política.

O direito ao voto não foi a única pauta feminista, porém era uma demanda que se interligava a outros movimentos como às questões dos direitos trabalhistas, por exemplo. Ocupando espaços fora do lar sendo estudantes, professoras, trabalhadoras, entre outros, as mulheres se viam no direito de votar, o que favoreceu um feminismo revolucionário e organizado que pudesse criar forças suficientes para a ampliação dos direitos das mulheres em todas as regiões do Brasil.

Sobre a conquista do direito ao voto, Santos (2019) ressalta que:

A luta das sufragistas pressionou o governo e, em fevereiro de 1932, Getúlio Vargas assinou o direito ao voto facultativo, permitindo que no ano seguinte as brasileiras pudessem participar da escolha dos candidatos para a Assembleia Constituinte em todo o país. Somente com a promulgação da Nova Carta Magna de 1934, o direito feminino de votar foi transformado em dever (Ibid., 2019, p. 93).

Mesmo após grandes conquistas jurídicas e avanços como o direito ao voto, direito de propriedade e de exercer determinadas profissões, os ataques às mulheres continuaram. Ainda hoje a estrutura social (e o sistema) tem a necessidade de impor a precarização da vida para a

grande maioria, enquanto os outros, a minoria, acumula ainda mais riqueza social numa quantidade cada vez maior.

O ataque sobre as mulheres ganha cada dia mais adeptos, que juntos e em ações coordenadas, combinam estratégias através de condutas conservadoras e antifeministas com o intuito de enfraquecer a luta das mulheres. Esses ataques acontecem desde o período da “caça às bruxas” que já possuíam o objetivo de, segundo Federici (2017, p. 334): “degradá-las, demonizá-las e destruir seu poder social”, por que a “bruxa” ao ser uma mulher revolucionária, representava, já no período, um grande perigo para os ideais burgueses. Segundo a autora:

A bruxa era também a mulher rebelde que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura. Aqui, a expressão “rebelde” não se refere necessariamente a nenhuma atividade subversiva específica na qual pode estar envolvida uma mulher. Pelo contrário, descreve a personalidade feminina que se havia desenvolvido, especialmente entre o campesinato, no contexto da luta contra o poder feudal, quando as mulheres atuaram à frente dos movimentos heréticos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja. As descrições das bruxas nos lembram as mulheres tal como eram representadas nos autos de moralidade medievais e nos fabliaux: prontas para tomar a iniciativa, tão agressivas e vigorosas quanto os homens, vestindo roupas masculinas ou montando com orgulho nas costas dos seus maridos segurando um chicote (Ibid., 2017, p. 333).

Esse acometimento às “bruxas” ampliou-se de tal modo que na contemporaneidade continuou existindo essa regulação da vida das mulheres, seus corpos e suas relações. Portanto, a consciência desse cenário de dominação a que as mulheres estão submetidas, é de extrema importância para o papel das militantes nas resistências. A luta é de todo dia e em todo lugar, o caminho é a organização política, pois por meio desse arranjo, é possível buscar a transformação social ao confrontar e enfrentar esse sistema que já está posto.

Ao dar visibilidade às lutas das mulheres que se apresentam para a sociedade de forma organizada, é um caminho de referência que já se inicia pelo debate, até mesmo porque são elas que enfrentam a realidade e os desafios das contradições dessas lutas em prol de sua liberdade e emancipação. É por meio da construção de alianças e articulações políticas que se fortalecem as organizações dessas mulheres, que, aliás, vêm se destacando nos últimos anos por estarem na linha de frente na luta contra tudo aquilo que possa significar em retrocesso.

Não obstante, as lutas do movimento das mulheres são urgentes dentro de um modelo de sociedade patriarcal, que atende não só à acumulação capitalista (por meio da captura da força de trabalho nos espaços produtivos e reprodutivos), mas também alicerçadas sob a

hegemonia do Estado (que não é neutro e está a serviço do capital).

Entende-se que toda contraposição feminina à divisão sexual e social do trabalho, às retaliações e violências presentes na sociedade se efetiva na luta da classe trabalhadora, bem como na sua unidade e resistência contra todo tipo de ordem social, dominação e subordinação estruturais.

1.3. Estado a serviço do capital e a dominação do patriarcado

A organização atual da sociedade é baseada na exploração do trabalho pelo capital. Nessa formação social em que o modo de produção capitalista é dominante, as classes sociais se apresentam em posições antagônicas. Uma classe tem a propriedade dos meios de produção (a burguesia), enquanto a classe dominada (os trabalhadores) vende a sua força de trabalho.

Nesse âmbito divergente entre as classes, o Estado é uma estrutura de comando hierárquica, colocado como um poder “neutro” com forma independente, necessário à classe dominante para que os conflitos sociais sejam mantidos dentro dos limites e não prejudiquem a organização do capitalismo.

Engels (2014) enfatizava que o Estado era produto da sociedade dividida em classes:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro. Tampouco é “a realidade da ideia moral” nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É, antes, um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e que se distancia cada vez mais, é o Estado (Ibid., 2014, p. 208).

Ao surgir da contradição, segundo Harvey (2005, p. 80) “entre os interesses particulares e os da comunidade”, o Estado assume o objetivo de não só persistir com uma sociedade dividida, bem como assegurar que a estrutura de dominação e superioridade de uma classe perante outra permaneça. Neste ínterim,

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente

dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (Engels, 2014, p. 211).

Conforme o autor (Ibid., 2014), o Estado é a representação da classe capitalista que reafirma o seu poder no controle econômico e, sobretudo no político. Assim, os interesses da classe dominante, sob a sua tutela, transformam-se em confrontos à classe trabalhadora oprimida, uma vez que, a ideologia burguesa mascara a realidade e impõe uma falsa concepção de bem estar coletivo. A classe dominante universaliza suas ideias de modo a gerenciar o modo de vida de toda a classe trabalhadora.

A busca por direitos é apresentada como se tivesse um surgimento independente e nenhuma relação com os interesses da classe burguesa. Por esse sentido, Harvey (2005, p. 82) sinaliza que: “As conexões entre a formação da ideologia dominante, a definição do “interesse comum ilusório” na forma do Estado, e os interesses específicos reais da(s) classe(s) dirigente(s) são tão sutis como complexos”. Essencialmente, o poder estatal é utilizado para controlar conceitos, princípios e informações que possam frear os constantes enfrentamentos por parte dos sujeitos explorados.

O Estado como instituição capitalista, quando necessário, utiliza seu poder de persuasão e coerção para favorecer a estabilidade dessa ordem. Como ele é consequência da divisão social do trabalho que dividiu a sociedade em classes sociais, também se configura como um sistema de poder classista, legitimando a propriedade privada dos meios de produção e, sobretudo, o alcance do lucro pela exploração dos trabalhadores. Como bem coloca Mascaro (2013, p. 15): “O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada”.

O poder do Estado nasce de um corpo social em que as pessoas interagem culturalmente, politicamente e economicamente, coloca-se superior a essa estrutura sob forma institucional numa relação de forças. Pela arrecadação de impostos, organiza-se como poder público, autoritário ou representativo, de todo modo o Estado desempenha funções e se transforma em instrumento a serviço do capital. Como Harvey (2005, p. 79) nos apresenta: “não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia”.

Através dos seus instrumentos de regulação e um poder estruturalmente organizado, o Estado deve parecer autônomo em seu funcionamento, inclusive os funcionários públicos

também se apresentam como entidades distantes da sociedade. A aparência de autoridade independente esconde a relação entre ideias, valores e moralidades a proveito do grupo social dominante.

A história da sociedade é marcada por movimentos de lutas, conquistas e também de retrocessos. Os movimentos sociais e sindicatos que vão surgindo impulsionaram através das pressões, a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada um marco importante no Brasil, símbolo de progresso e garantia de direitos. No entanto, essa Constituição harmoniza diferentes interesses ao incorporar ganhos para as classes dominadas evitando uma rebeldia que ponha em risco a alteração da forma social e jurídica vigente.

A pressão e luta dos trabalhadores para que as políticas econômicas e sociais os favorecessem se fortaleceram a partir de uma maior organização dos movimentos sociais e sindicatos. As conquistas e ganhos da classe trabalhadora se revestem de um campo de disputa de interesses antagônicos, muitas vezes, amenizam as tensões sociais, já que causa uma falsa impressão de que pode haver igualdade social dentro desse sistema econômico, mas o que acontece de fato é o aprisionamento do trabalhador ainda mais na lógica da exploração. Conforme Harvey (2005) expõe:

Essencialmente, o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho. Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. (...) Claro que as políticas que, simultaneamente, apóiam a ideologia dominante e proporcionam benefícios materiais são duplamente apropriadas (Harvey, 2005, p.87-88).

Como mostra o autor (Ibid., 2005), a atuação do Estado permanece atrelada de forma contínua às diretrizes das classes hegemônicas. Dentro desse movimento contraditório, o Estado limita os trabalhadores por meio de ações que contribuem para a legitimação e aprofundamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas, escancarando sua face mais perversa.

O poder do Estado reitera a dependência da classe trabalhadora ao capital, e nesta, as mulheres subordinadas ao patriarcado, já que as relações patriarcais e a sua estrutura hierárquica fortalecem a opressão contra elas.

Nesse sentido, a intrínseca relação entre Estado, capitalismo e patriarcado se torna ainda mais evidente. É o Estado que regula o controle social, através da subordinação das

mulheres no ambiente do trabalho (produtivo e reprodutivo), na política e também em sua vida sexual. A instituição Estado é, na verdade, capitalista-patriarcal, expressão de exploração e aprisionamento das mulheres na sociedade de classes.

O controle sobre a reprodução e sexualidade das mulheres pelo Estado se desenvolveu fortemente na Europa no período da caça às bruxas. Sobre isso, Federici (2017) ressalta:

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal na qual os corpos das mulheres, seu trabalho, seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (Ibid., 2017, p. 305).

A repressão social e política através da acusação de bruxaria permitiu que as mulheres se tornassem alvos da tentativa de conter mudanças e conflitos sociais. Foi um ataque à resistência feminina para frear possível instabilidade do Estado, ou seja, da ordem vigente.

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, subverter a ordem construída (Ibid., 2017, p. 314).

O papel que esse movimento de caça às bruxas representou na instauração e desenvolvimento da sociedade capitalista foi muito importante, pois ao suscitar esse terror contra as mulheres, o controle do Estado se amplia em aspectos também da vida social. Ajustar a vida das mulheres a uma disciplina capitalista voltada para o trabalho, reprodução e obediência, proporcionou a organização do mundo burguês em que este não estaria ameaçado e com medo do poder das mulheres.

A caça às bruxas na Europa foi um ataque, como afirma a autora (Ibid., 2017, p. 305): “à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e ao poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, seu controle sobre a reprodução e sua capacidade de cura”. Nesse curso histórico, a divisão entre homens e mulheres ficou ainda mais aprofundada, ao mesmo tempo em que o silenciamento da força feminina permitiria que a reprodução social seguisse seu curso sem eventuais lutas e rebeldia.

Um outro fator importante a ser discutido quando se fala das mulheres corajosas, inteligentes, revolucionárias e não conformistas, como a exemplo no tempo histórico da inquisição, é que a luta travada de início com a igreja se transformava também em luta contra o Estado já que existia a colaboração e cooperação entre essas instituições. Conforme Federici (2017, p. 302): “a inquisição sempre dependeu da cooperação do Estado para levar adiante as execuções, já que o clero queria evitar a vergonha do derramamento de sangue”.

No Brasil, por exemplo, as disparidades sociais entre homens e mulheres se tornaram ainda maiores após a industrialização, um fenômeno que gerou profundas transformações na estrutura econômica e social do país. A inserção da mulher no mercado de trabalho muitas vezes não resultou em uma equidade efetiva, mas sim em novas formas de exploração, reforçadas por um sistema capitalista que tende a perpetuar as desigualdades. Essa dinâmica complexa foi mediada pelo Estado, que desempenhou um papel ambivalente ao mesmo tempo em que implementava políticas e leis voltadas para a igualdade de gênero, também acabava reproduzindo padrões estruturais que perpetuavam a subordinação feminina.

Nesse ínterim, Matos e Paradis (2014) esclarecem que,

O processo de modernização brasileiro, portanto, inaugura de modo transformador uma nova modalidade de patriarcado. A concepção de uma família patriarcal, agora burguesa, permitiu explicar porque o desenvolvimento capitalista e a industrialização geraram iniquidades de gênero que o próprio Estado sustentava e reforçava (Ibid., 2014, p. 85).

O desenvolvimento capitalista e a industrialização no Brasil evidenciaram a grande contradição em torno da condição feminina com a inclusão simultânea em duas esferas, indivíduo para o mercado de trabalho e mulher para a reprodução. Em ambos campos, a divisão sexual do trabalho teve corroboração do Estado que serviu como sustentação de hierarquia dentro da nova forma de família: a patriarcal burguesa.

A formação histórica, social e política do Brasil, advém da estrutura colonial racista, patriarcal e capitalista. Nesse sentido, o Estado patriarcal brasileiro acaba legitimando a exploração dos corpos e da vida das mulheres a partir de uma relação intrínseca com o capitalismo e a opressão.

A naturalização das relações de exploração, dominação patriarcal, políticas sociais sem efetivação, sucateamento, precarização e fim de políticas públicas, intensificam ainda mais a problemática da desigualdade e violência em torno da figura feminina.

Um Estado sustentado no patriarcado e que naturaliza a desigualdade, desenvolve políticas embasadas em discursos e ideologias opressivas e de dominação. Quando os

mecanismos estatais buscam o controle da sociedade, as mulheres são as mais afetadas. Em contraponto, as políticas públicas são consideradas possibilidades de enfrentamento às desigualdades entre homens e mulheres porque a perspectiva é de que, através do acesso aos direitos, se estabeleça o combate contra essa hierarquização.

Partindo do pressuposto de que o Estado deve garantir direitos sociais por meio das políticas públicas e dessa forma suscitar a igualdade de gênero, as ações para as mulheres deveriam ser pensadas visando transformações sociais que se traduzam em emancipação feminina. No entanto, as políticas para as mulheres podem não se efetivar necessariamente em mudanças porque elas precisam ocorrer também nas estruturas desiguais e contraditórias da sociedade e do Estado.

Boneti (2017) conceitua políticas públicas como sendo:

(...) as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa” (Ibid., 2017, p. 13, tradução nossa).

Conforme o autor, as políticas públicas se originam a partir do desejo das classes que solicitam a intervenção do Estado para atender suas demandas sociais. E sendo assim, são resultado da dinâmica das relações de poder entre classes sociais, grupos econômicos e políticos com seus interesses antagônicos na preparação e execução das políticas públicas.

Os movimentos feministas no Brasil foram influenciados por uma crescente conscientização mundial sobre a necessidade da criação de políticas públicas destinadas às mulheres. Através de mecanismos institucionais o debate se pautava na melhoria das condições de vida do ser feminino em todo o mundo. Uma nova versão da mulher brasileira surgiu a partir do momento que grupos foram às ruas em busca de igualdade, direitos e respeito, ou seja, exigindo respostas do Estado às demandas historicamente invisibilizadas, o que configurou um marco importante no Brasil.

Essa organização dos movimentos feministas no território brasileiro propiciou a implementação de políticas de enfrentamento às situações de violência contra as mulheres especialmente no âmbito da violência doméstica. Somente em 1985 essas reivindicações foram atendidas com a implementação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que conforme o Art.1º do Regimento Interno:

O conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura básica da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, instituído com a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, criado pela Lei nº. 7.353, de 29 de agosto de 1985, e regulamentado pelo Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, rege-se, na forma de seu artigo 11, parágrafo 1º e por este Regimento Interno (BRASIL, 1985).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado sob forte mobilização dos movimentos feministas que lutavam pela democracia logo após a Ditadura Militar. As militantes visavam a criação de um órgão em esfera nacional que promovesse políticas para as mulheres que assegurasse a participação em atividades no âmbito da política, economia e cultura.

Inicialmente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi vinculado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criado em 2003. Em posição de ministério, a Secretaria desenvolveu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, voltado ao enfrentamento das desigualdades entre o ser masculino e feminino, colocando o Estado com um papel indispensável no combate a estas e outras discrepâncias sociais através de ações e políticas públicas. Segundo Silva (2019):

Podemos destacar, dentre os ganhos, a criação da SPM/PR (Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres) com status de ministério em 2003, as políticas de enfrentamento a violência ganharam proporções nacionais; a central de atendimento – ligue 180 inaugurada em 2005 foi um ponto forte que contribuiu para que as mulheres pudessem comunicar de forma mais acessível a denúncia da violência (Ibid., 2019, p. 04).

Após as eleições de 2019, ocorreu uma reorganização de ministérios, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher passaram a fazer parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Esse ministério adotou uma política conservadora, destituindo o caráter democrático e retrocedendo as conquistas até então, já efetivadas.

Ao incluir as políticas para as mulheres em um ministério que também abarca a família e os direitos humanos, essa reorganização ministerial trouxe consigo o risco de diluição da questão das desigualdades de gênero em uma abordagem mais específica e desvincular de suas raízes estruturais e econômicas. Isso impactou sobre as lutas femininas ao introduzir uma perspectiva mais genérica e ampla, negligenciando, assim as especificidades

cruciais das batalhas das mulheres.

Existem variadas formas de violência presentes diariamente na vida das mulheres que são praticadas pelo “chefe” familiar. A ordem patriarcal dispõe da presença física dos homens para seu funcionamento, por isso que situações como abuso de poder e sexual, dominação e violência corporal se fazem presentes na relação intrafamiliar. A Lei Maria da Penha (Lei Federal Nº. 11.340/2006), identifica as seguintes formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p. 14).

Qualquer ação contra a mulher que cause morte, lesão, dano moral ou patrimonial, sofrimento de ordem sexual, físico ou psicológico, caracteriza-se como violência doméstica ou familiar (BRASIL, 2006).

Portanto, o entendimento de que a violência contra as mulheres também se configura como uma violação aos direitos humanos propiciou a necessidade de assegurar devida proteção às vítimas por meio da ampliação das redes de atendimento. Ainda sobre violência, Silva (2019) destaca:

Em 2007, o Governo Federal lançou o Pacto Nacional pelo enfrentamento a violência contra a mulher, que marcou o importantes conquistas civilizatórias para a atuação nacional articulada com estados e municípios,

em uma compreensão de que as políticas de prevenção e punição da violência contra a mulher não passam somente pela área da justiça e segurança pública. A Lei Maria da Penha, conquista das mulheres no Governo Lula, é considerada uma das melhores leis neste campo.

Nesse âmbito, outras ações de políticas públicas no combate à violência foram criadas e entendidas como conquistas sociais. Tem-se como exemplos: as casas de abrigo que ofertam serviços de acolhimento para vítimas de violência familiar (indivíduos que são ou se consideram aparentados) e doméstica (convívio de pessoas com ou sem vínculo familiar), serviço de atendimento e defensorias às mulheres vítimas de violência, assim como serviço de responsabilização do agressor e a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas nos serviços de saúde.

Mesmo com as ações para a mudança do cenário da realidade brasileira, o número de vítimas de feminicídio (Gráfico 04) é alto no Brasil. Nos últimos dois anos, segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2.695 mulheres foram mortas pela condição de serem mulheres.

Infelizmente, os índices alarmantes de violência contra as mulheres não são um fenômeno recente, mas têm raízes profundas que remontam a um longo período de tempo. Esses padrões perturbadores persistem nos dias atuais, revelando uma realidade em que as transformações cruciais para eliminar a violência de gênero ainda não foram plenamente alcançadas.

Como nos mostra Silva (2019):

Nas raízes históricas do Brasil, verificam-se as reproduções de relações machistas e segregadoras da mulher e, na atual conjuntura registram assustadoras estatísticas da violência, abusos, discriminação preconceitos. No centro das expressões da questão social, as relações de gênero encontram-se ainda mais acirradas frente à ofensiva de retóricas e narrativas ultraconservadoras num quadro de intensificação dos desempregos e das desigualdades sociais na cidade e no campo (Ibid., 2019, p. 04).

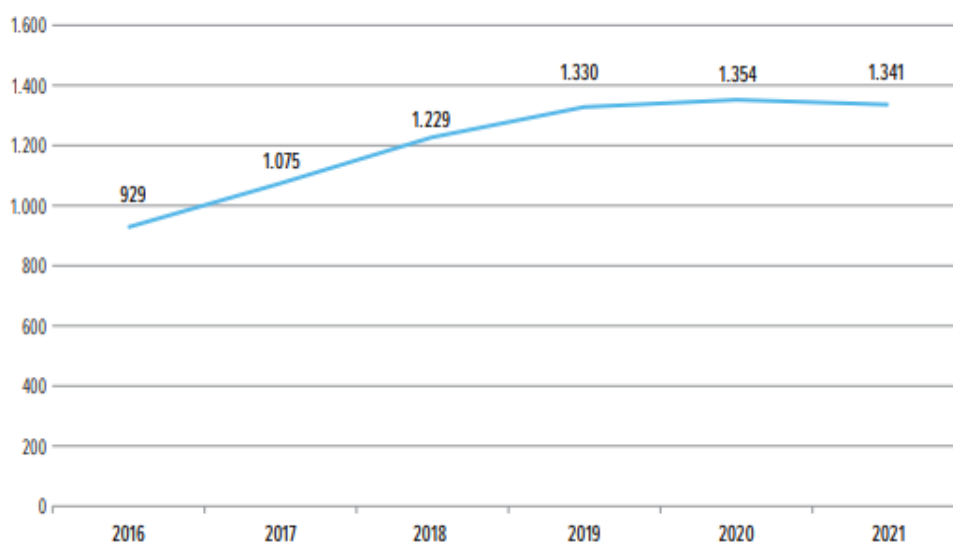
A autora descreve a persistência das desigualdades de gênero ao longo da história do Brasil, onde as relações machistas e discriminatórias contra as mulheres têm sido reiteradas. Na contemporaneidade, os dados alarmantes sobre violência, abusos, discriminação e preconceitos corroboram essa realidade.

No centro das questões sociais, as interações de gênero estão ainda mais intensificadas, lidando com a dificuldade extra de uma perspectiva conservadora que se manifesta em discursos e narrativas ultrarreacionárias. Esse cenário se desenvolve em um

ambiente de aumento das dificuldades relacionadas ao desemprego estrutural e as disparidades sociais, tanto em espaços urbanos quanto em espaços rurais.

O gráfico a seguir nos mostra os dados sobre as vítimas de feminicídio no Brasil:

Gráfico 04
Brasil
– Número de vítimas de Feminicídio, por ano, 2016-2021



Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais – COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar de ter ocorrido uma queda entre os anos de 2020 e 2021 no número de homicídios femininos, os indicadores da violência contra as mulheres apresentaram crescimento no último ano, segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 07), “houve um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça, e crescimento 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica entre 2020 e 2021”. É importante ressaltar a existência de outros tipos de violência contra as mulheres como exemplo dos registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual que segundo o mesmo Anuário, “cresceram 6,6% e 17,8% respectivamente”, além da perseguição e violência psicológica.

Ao se identificar outros tipos de violência contra as mulheres e percebendo a complexidade do problema, é necessário a adoção de medidas inteligentes como possibilidade de enfrentamento. Uma proposta de mudança nos currículos escolares ocorreu, em junho de 2021. Uma nova redação ao §9º do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.394/96) foi substituída pela Lei no.14.164 para inclusão de conteúdo sobre

a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica.

O Art. 2º estabelece:

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (BRASIL, 2021, p. 03).

Conforme a Lei nº 14.164/21, que criou a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, é determinada a produção e distribuição de material didático, a criação de conteúdos sobre Direitos Humanos e prevenção de qualquer forma de violência contra a mulher. Essas ações possuem o objetivo de contribuir para a reflexão de professores e alunos sobre o tema e dar visibilidade à situação das mulheres vítimas da violência doméstica.

Vale ressaltar que a Lei anterior n.13.010/14 não incluía a prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, restringindo-se apenas à violência contra crianças e adolescentes, como apresentado a seguir:

Art. 3º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.' (NR)" (BRASIL, 2014)

Essa lei prevê que os currículos da educação infantil do ensino fundamental e do ensino

médio devem incluir, como temas transversais, os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente, observadas as diretrizes da legislação correspondente. Além disso, a lei determina a produção e distribuição de material didático apropriado a cada nível de ensino, de forma a atender às especificidades de cada faixa etária.

Nesse cenário, o destaque nos currículos escolares desde a educação infantil até o ensino médio para conteúdos e ações preventivas relativos à equidade de gênero e ao problema da violência contra a mulher se torna muito importante para a comunidade escolar tão diversificada. Saffioti (1987) destaca a importância de grupos heterogêneos no ambiente escolar para a troca de experiências ao ressaltar:

Isto equivale a dizer que dentre os docentes, assim como dentre os estudantes, não há homogeneidade de experiências, não havendo, por conseguinte, homogeneidade de pontos de vista, de perspectivas de análise de um mesmo fato, enfim, de metas a serem atingidas. Ora, não existe melhor ambiente para a discussão do que o heterogêneo. Cada um, lançando mão de suas próprias vivências, pode contribuir para uma melhor compreensão da sociedade em que vivem todos (Saffioti, 1987, p. 106).

A autora reconhece que tanto os professores quanto os alunos têm experiências diferentes. Isso leva a diferentes maneiras de ver as coisas e analisar situações. Não há um único ponto de vista ou metas iguais para todos. No entanto, essa diversidade é boa para as discussões. Quando cada pessoa traz suas próprias experiências para a conversa, isso ajuda a entender melhor a sociedade em que todos vivem. Portanto, o ambiente escolar é lugar para a interação, abordagem crítica e compreensão da nossa realidade. Isso é importante para construir a capacidade de análise e questionamento, especialmente no que diz respeito às questões das mulheres.

Considerando a importância desse ambiente educacional como um espaço propício para a formação de uma consciência democrática, torna-se evidente que nesse ambiente também deve existir a discussão sobre políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero e ao combate à violência contra a mulher. A valorização da educação crítica nas escolas possibilita uma discussão mais realista sobre a formulação de estratégias governamentais direcionadas ao ser feminino.

Diante de dados alarmantes sobre violência, a sociedade e os movimentos feministas intensificam seus questionamentos sobre o aumento da violência contra o ser feminino. Nesse contexto os governos pressionados pelo que está registrado na Constituição, sentem a pressão

para implementar políticas públicas e criar benefícios para as mulheres dentro das políticas sociais que abrangem áreas como educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, entre outros. O que consta no Capítulo II, no item dos Direitos Sociais da Constituição Federal de 1988 é que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

Essa lei representa um conjunto de direitos fundamentais conhecidos como direitos sociais, que incluem áreas essenciais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e proteção à maternidade e à infância. Esses direitos são de extrema importância para garantir a qualidade de vida das pessoas, com destaque especial para as mulheres. A inclusão da proteção à maternidade e à infância, bem como a assistência aos desamparados, reconhece as necessidades específicas das mulheres em diferentes fases de suas vidas.

Alguns governos buscam assegurar esses direitos sociais por meio de programas que visam atender uma parcela desprotegida da sociedade, com o objetivo de reduzir as carências enfrentadas por essas pessoas. No caso das mulheres, alguns desses programas sociais têm uma relevância significativa, uma vez que oferecem suporte específico para atender a algumas de suas necessidades e demandas particulares, contribuindo para enfrentar as desigualdades que têm impacto tão substancial na vida dessas mulheres.

O Bolsa Família, por exemplo, programa social de transferência direta de renda criado pela Lei nº10.836, de 09 de janeiro de 2004, destina-se a unidades familiares que estão em situação de pobreza. Contudo, a Lei define que as mulheres devem ser titulares preferenciais do benefício, como consta no Art. 2º, § 14: “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento” (BRASIL, 2004). Isto é, elas devem ter o cartão do programa em seu nome para que possam serem responsáveis pelo saque do benefício.

Essa política pública de assistência social desempenha um papel significativo ao conceder uma certa autonomia ao ser feminino. Ao direcionar a distribuição preferencial dos benefícios do Bolsa Família às mulheres, ela contribui para criar um ambiente propício onde as mulheres podem ser mais ativas em questões econômicas. No entanto, é importante observar que essa política não resolve completamente a posição de desigualdade em que as

mulheres ainda se encontram. Segundo Santos (2008, p. 66), essas políticas sociais são formuladas “como alívio das tensões sociais e direcionadas a grupos específicos, inicialmente trabalhadores tornados indisponíveis para o trabalho, como idosos, jovens, mulheres.” A mesma autora ainda pontua:

As políticas sociais guardam estreita relação com a sociedade de classes na qual a riqueza produzida socialmente é desigualmente apropriada, o que a torna necessária para estabelecer o controle das desigualdades. Sempre elaboradas pelo Estado, estão na confrontação dos interesses opostos das classes sociais e se caracterizam pela sua subordinação às políticas econômicas (Ibid., 2008, p. 64).

A autora destaca a interconexão entre as políticas sociais e a estrutura de classes na sociedade. Ela observa que as políticas sociais surgem como uma resposta à desigual distribuição da riqueza produzida coletivamente, buscando controlar essas disparidades. O Estado é o responsável pela formulação dessas políticas, que frequentemente entram em choque devido aos interesses contraditórios das diferentes classes sociais. Além disso, a autora enfatiza que as políticas sociais são frequentemente subordinadas às políticas econômicas, demonstrando uma relação intrínseca entre ambas.

Historicamente, o Brasil tem enfrentado desafios significativos relacionados à distribuição desigual de renda, resultando em um baixo índice de desenvolvimento social. Isso tem causado uma série de questões sociais complexas, como desemprego, analfabetismo, miséria e outras adversidades. São frequentemente as mulheres que sofrem ainda mais com essa desigualdade na alocação de recursos.

De acordo com Santos (2008, p. 69), as “políticas sociais se apresentam como instrumento de igualdade social e de melhoria da parcela da população menos favorecida. Logo, entende-se que sua existência está associada à divisão da sociedade de classes, ideologicamente produzida pelo Estado”. Portanto, é importante compreender as políticas sociais como um componente dinâmico da interação entre o Estado e o processo de acumulação de capital.

Diante das lutas de classe, surge o questionamento sobre a situação das mulheres, especialmente das trabalhadoras. Sua vida continua sob condições precárias, tanto no âmbito do trabalho quanto no social, pois algumas das políticas sociais não asseguram garantias efetivas de transformação, nem da classe trabalhadora, tampouco para a vida das mulheres.

Nos diversos momentos de crise do capital, os direitos das mulheres são os primeiros a

serem questionados acompanhado de novas medidas, transformações, reestruturações não só na escala produtiva, mas também nas questões referentes à política e à sociedade. Sendo assim, se torna possível a partir da exploração sobre o trabalho, o desmonte e descasos com a proteção dos (as) trabalhadores (as), transformando-os em seres vulneráveis.

Conforme Lessa (2007):

O Estado de Bem-Estar foi uma etapa preparatória para o neoliberalismo que estava por vir; a dívida externa dos países periféricos e a maior presença dos capitais imperialistas em suas economias, aliadas à quase inexistência da reação dos trabalhadores ao neoliberalismo nascente, fez com que a transição do Estado de Bem-Estar para o Estado neoliberal fosse surpreendentemente tranquila, levando-se em consideração o que os assalariados perderam (Ibid., 2007, p. 290).

O neoliberalismo, que conduz a economia para o máximo de liberdade do mercado e a livre iniciativa, busca intensamente um Estado não intervencionista. Com a economia sendo direcionada para os assuntos privados dos grupos dominantes, o objetivo do neoliberalismo de fazer com que as demandas da classe trabalhadora não se tornem agenda de prioridade do Estado são atingidas. De acordo com Santos (2008), a instalação do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990 anuncia o desmonte orçamentário no campo social, ela afirma que:

Como reação teórica e política contra o Estado intervencionista e benfeitor, o neoliberalismo promoveu a desestruturação da classe trabalhadora, dos mercados nacionais e a perda de conquistas sociais através da restrição das atividades de bem-estar e da precarização das relações de trabalho. Uma série de medidas foi tomada para assegurar o ajuste estrutural necessário para a sobrevivência de um capitalismo em crise (Ibid., 2008, p. 181).

A autora explica que o neoliberalismo, como resposta tanto teórica quanto política à abordagem do Estado intervencionista e assistencialista, impulsionou uma série de mudanças. Essas mudanças incluíram enfraquecer a classe trabalhadora, dismantelar os mercados nacionais e reduzir as conquistas sociais, principalmente por meio de restrições nas atividades de bem-estar social e tornando as relações de trabalho mais precárias. Um conjunto de medidas foi adotado com o propósito de realizar ajustes estruturais necessários para a manutenção de um sistema capitalista em meio às crises econômicas.

O capital como sistema de controle, sujeita, principalmente as camadas populares para que seus objetivos sejam alcançados. Mesmo que algumas concessões sejam feitas à classe trabalhadora em prol de estabelecer o controle da ordem, elas podem ser revogadas em

qualquer momento a depender dos interesses do capital. Reformas trabalhistas, da previdência, educação e do social, por exemplo, vem sendo aprovadas com frequência. O capital, numa ofensiva neoliberal, assume essas medidas extremas por não admitir mais concessões à classe trabalhadora, retirando direitos, até então conquistados a partir de muitas lutas.

A situação de retrocesso nas conquistas das classes populares, e em especial da figura feminina, inclui o avanço de medidas conservadoras pautadas num projeto ideológico de regressão a todos os direitos obtidos. Sobre esse definhamento, Martins, Santos e Monteiro (2022) ressaltam:

é necessário que os direitos conquistados pelas mulheres (e tantas outras maiorias sociais e grupos em condições de opressão) possam ser efetivados, e não que sejam considerados políticas de governo, que fica a cargo da ideologia e da vontade política de quem está no poder, garanti-los ou não (Ibid., 2022, p. 51).

Os autores estão enfatizando a importância de garantir que os direitos conquistados pelas mulheres e por outros grupos em situações de opressão sejam realmente postos em prática, em vez de serem apenas políticas temporárias sujeitas à ideologia e vontade política daqueles que estão no poder. Isso implica em transformar esses direitos em ações concretas e duradouras, independentemente das mudanças de governo e de orientações políticas.

O neoliberalismo submete o sonho de emancipação das mulheres ao cerne da acumulação de capital, constrói um discurso de empoderamento transformando diversas pautas feministas em opressão e exploração. Essas mulheres são responsabilizadas pela reprodução social e são as maiores vítimas da precarização das políticas públicas e do trabalho. Nesse sentido, o desafio é desenvolver a crítica ao Estado e ao capitalismo simultaneamente, ao mesmo tempo que permaneçam as reivindicações de seus direitos e na oposição à estrutura de uma sociedade patriarcal que retrocede cada dia mais.

SEÇÃO II – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BAIANO

A concepção de desenvolvimento está associada à noção de avanço, que envolve a assimilação dos métodos de produção em sua dinâmica de progresso. Isso indica que à medida que a sociedade capitalista introduz novas inovações tecnológicas, ocorre um progresso que estimula o desenvolvimento. Dessa forma, os procedimentos de industrialização e urbanização estão ligados à dimensão ideacional de avanço.

A formulação de políticas de desenvolvimento inspiradas nesse processo industrializante está profundamente interligada à ideologia do discurso de desenvolvimento. A busca por industrialização como meio de impulsionar o desenvolvimento econômico é sustentada pela crença de que a incorporação de tecnologias avançadas resultará em avanços sociais e econômicos. Nesse contexto, o progresso industrial é visto como uma etapa crucial para alcançar a evolução desejada e melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo.

Os países considerados subdesenvolvidos são aqueles que apresentam indicadores socioeconômicos baixos. E para superar essa condição devem buscar inspiração nas estratégias adotadas pelos países desenvolvidos. Gómez (2005) descreve:

No dia 20 de janeiro de 1949, em seu discurso de posse como presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman inaugura um poderoso instrumento de dominação: o “desenvolvimento”. (...) Truman estabelece os fundamentos de um instrumento que reforçará as estratégias de controle social existentes e estabelecerá uma nova geografia política: a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; a consolidação de um modelo de “desenvolvimento” à imagem e semelhança dos países desenvolvidos, que os subdesenvolvidos deveriam seguir; e, a direção de todo o processo nas mãos dos organismos internacionais de controle (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, etc.), dominados pelos países desenvolvidos (com os Estados Unidos na frente). (...), esses fundamentos, que aquele discurso seminal propunha, ainda hoje conformam as bases do mito/espectro/crença do “desenvolvimento” (Ibid., 2005, p. 54).

Pelo discurso do Truman, a superação da situação de subdesenvolvimento só ocorre quando, por força do progresso, o crescimento econômico é alcançado por essas áreas consideradas como não desenvolvidas. Para tanto, as estratégias políticas, sociais e principalmente econômicas, devem ser elaboradas para garantir a expansão industrial, modernização e aumento da produtividade já que esses mecanismos são considerados sinônimos de prosperidade.

A contradição desse discurso de desenvolvimento é que ele não ocorre de forma homogênea e benéfica para todos os estratos sociais, mas sim de maneira desigual e em favor

das classes dominantes. O discurso de desenvolvimento mascara as relações de exploração subjacentes ao sistema capitalista. O crescimento econômico e o avanço tecnológico frequentemente são apresentados como progresso e melhoria das condições de vida para todos. No entanto, na realidade, o desenvolvimento muitas vezes amplia as desigualdades, concentrando riqueza e poder nas mãos das elites.

Sendo assim, o discurso de desenvolvimento também pode ser visto como uma estratégia das classes dominantes para manter o status quo e perpetuar as estruturas de poder. A exploração da força de trabalho, a alienação dos trabalhadores e a concentração de capital são aspectos centrais do sistema capitalista que podem ser mascarados pela retórica de desenvolvimento.

O discurso de desenvolvimento é interpretado como parte integrante das dinâmicas capitalistas, e muitas vezes funciona para fortalecer as desigualdades de classe e encobrir as contradições inerentes ao sistema. No entanto, esse pensamento acerca do desenvolvimento carrega contradições em si mesmo, pois, ao estar inserido numa sociedade capitalista, acaba por explorar e precarizar o trabalho, gerar conflitos e ampliar as disparidades entre os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, Gómez (2006) pontua:

A leitura do desenvolvimento como um conjunto de discursos e práticas, que possuem uma continuidade e uma homogeneidade, complementa-se no nosso trabalho com o esforço de entender como, apesar dos fracassos do desenvolvimento, sua leitura continua sendo hegemônica a ponto de que acreditar nas suas promessas de uma vida melhor se acabou naturalizando e não enfrentando os questionamentos que seriam coerentes, em função do seu desempenho. **Nesse sentido, lançamos mão da ideia de que o desenvolvimento, além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social** (Gómez, 2006, p. 35, grifo nosso).

Como evidencia o autor, sob a esperança de melhorias, os trabalhadores são explorados e não conseguem questionar as contradições que envolvem o discurso do desenvolvimento. Há o interesse de manter esses trabalhadores na precarização do trabalho, uma vez que essa precarização faz parte das condições de reprodução do sistema capitalista.

O desenvolvimento promovido através da industrialização foi uma tendência que alcançou diversas partes do mundo, e no Brasil não foi diferente, o Estado passou a consolidar políticas de desenvolvimento a partir desse discurso advindo do processo industrial especialmente pós década de 1930.

Sobre o desenvolvimento no Brasil, Oliveira (2003) pontua:

A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (Ibid., 2003, p. 35, grifo nosso).

Essa transformação de um cenário econômico que até então se pautava no modelo agrário-exportador para um enfoque também industrial, propiciou mudanças nas regras do jogo econômico já que deu início a uma nova relação entre trabalho e capital com regulamentações de leis, estudos sobre legislação trabalhista e organização dos trabalhadores.

O Estado brasileiro sob esse discurso de desenvolvimento da nação adotou uma função importante de orientação em prol do crescimento e assumindo, segundo Santos (2008, p. 71), “um papel regulador, interventor, mas não se processou no país uma transformação das relações sociais e, desse modo, serviu à acomodação dos interesses de classe”. Apesar da função reguladora e interventora, o Estado, por estar vinculado aos interesses da classe dominante, não promove uma transformação real nas relações sociais. Nessa direção, as desigualdades sociais e econômicas (mesmo com os avanços no período de redemocratização), persistiram e continuam sendo um dos grandes desafios do país.

Na convicção de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil também pode configurar um Estado forte e desenvolvido, o planejamento conduzido por ele, de início, se pautava em dados quantitativos no âmbito nacional. Ao longo do tempo, com o aumento das desigualdades e mazelas sociais, as explicações a respeito do desenvolvimento foram se modificando e o enfoque passou a ser centralizado nas necessidades básicas dos sujeitos por uma escala regional. Para Gómez (2005):

Desde sua institucionalização, a partir dos anos 1950, os discursos e as práticas do “desenvolvimento” sofreram diversos ajustes. Mudaram os indicadores que mediam o nível de “desenvolvimento” (do Produto Interno Bruto per capita para o Índice de Desenvolvimento Humano), os setores que deviam servir como motor da economia (da indústria para o setor informal), as áreas de atenção prioritária (pobreza, meio ambiente), o público objetivo (camponeses, mulheres, comunidades de base), e também mudou a escala em que se pensavam as políticas de “desenvolvimento”, passando da escala nacional à escala regional e, posteriormente, à escala local (Ibid., 2005, p.

54).

A construção das políticas e programas de desenvolvimento sob o discurso da preocupação com as necessidades e desequilíbrios sociais incorporou um enfoque regional. A premissa é a de que uma maior proximidade geraria soluções mais eficazes. Como as estratégias adotadas para o desenvolvimento dos territórios no Brasil foram marcadas pela implantação de projetos que visavam a industrialização nas regiões, os programas e projetos desenvolvimentistas partiam do discurso de combate à desigualdade e alteração das condições de vida da população.

A proposta de integração nacional, formulada desde os anos 50, visava à criação de uma economia unificada no Brasil. Nesse contexto, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) surgiu como uma concretização dessa visão. Idealizada durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, essa instituição representou uma política de desenvolvimento regional destinada a impulsionar o progresso em toda a região Nordeste do país. Segundo Lisboa (2007), essa criação tinha como objetivo:

(...) promover uma reorientação na economia nordestina através da expansão industrial e agrícola. Os pontos destacados que constituíam o projeto original eram a intensificação do desenvolvimento industrial, a transformação da estrutura agrária na zona da mata, a expansão da fronteira na direção do Maranhão e sul da Bahia e a transformação da economia do Semi-Árido, com tecnologia. **As características das reformas empreendidas a partir daí subsidiaram o capital que se dirigia para a região** (Ibid., 2007, p. 127, grifos nossos).

A concepção de um país com a dicotomia moderno e arcaico legitimava um modo de pensar, colocando o Nordeste numa posição de inferioridade em detrimento do avanço industrial da região Centro-Sul, notadamente o estado de São Paulo. O Plano para mudar a economia do Nordeste, aumentando a produção industrial e agrícola na década de 1950 não obteve resultados satisfatórios já que não promoveu o desenvolvimento e a diminuição das disparidades, por conseguinte acabou reforçando ainda mais a hegemonia do Centro-Sul.

O processo desenvolvimentista brasileiro provocou grande assimetria entre as regiões do Brasil já que houve maior investimento no Sudeste em comparação às outras regiões do país. Os sujeitos que buscavam boas oportunidades para melhoria de suas vidas migraram para essas regiões. O discurso dominante (e que prevalece até hoje), em torno do Norte e do Nordeste além de atraso foi a de mera fornecedora de força de trabalho para outras partes do Brasil, o que acentuou ainda mais as disparidades regionais. Para Lisboa (2007):

A perspectiva de país dual, com uma estrutura atrasada e uma moderna, se manifestava nos relatórios, diagnósticos e estudos sobre o Brasil e sobre a região Nordeste, nos quais a superação do atraso era necessária, por que permitiria sobrepor um desenvolvimento econômico à estrutura tradicional que, por sua vez, era o grande impasse ao crescimento econômico do país (Ibid., 2007, p. 93, grifo nosso).

À medida que as diferenças regionais fossem resolvidas e a realidade do Nordeste se tornasse oposta a uma economia estagnada e dependente, as relações de produção capitalistas se intensificariam e o desenvolvimento nacional enfim, se consolidaria.

Buscar medidas para acelerar o desenvolvimento e o Brasil não ficar em uma situação complicada e de vulnerabilidade frente à economia mundial se tornou necessário, até mesmo porque através da expansão capitalista combatendo as distorções regionais, o processo de integração poderia ocorrer de forma satisfatória. Becker (2006) explicita que:

As políticas para a integração do território nacional corresponderam a uma ação rápida e combinada para, simultaneamente completar a ocupação do território, (...); modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional; estender o controle do Estado a todas as atividades e a todos os lugares (...) a integração do território foi usada como recurso simbólico para a construção do Grande Brasil (...) as políticas para a integração do território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna (Ibid., 2006, p. 144).

Como afirma a autora, além de visar o desenvolvimento econômico do país com a ampliação da presença do Estado e o estabelecimento de relações mais intensas com o mercado internacional, a integração territorial do Brasil foi utilizada simbolicamente para construir uma ideia nacionalista tendo em vista a ampliação do capitalismo.

Essa nova organização sobre o paradigma do desenvolvimento anteriormente partindo de uma escala operativa nacional e agora com a valorização da escala regional, ganhou um maior extensão nos debates políticos do Brasil, especialmente nos anos 80, por força da redemocratização do país. Como nos afirma Lisboa (2007):

O desenvolvimento local no Brasil, como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 80, com as reflexões sobre as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal. No entanto, o local visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento, ou como base de uma nova visão de desenvolvimento, somente surgiu na década de 90, quando foram exercitadas diversas experiências apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não

governamentais (Ibid., 2007, p. 153).

A descentralização do Estado no modelo neoliberal deu espaço para o debate sobre uma nova organização das políticas públicas e ações governamentais a partir da escala local. O Estado não assume mais a posição central como condutor do planejamento, uma vez que as responsabilidades de direcionar as escolhas e contribuir para o aprimoramento das condições de vida da comunidade serão desempenhadas pelos agentes sociais.

Esse enfoque local dentro do desenvolvimento parte do discurso de haver uma maior participação da comunidade, ou seja, uma organização integradora com o intuito de promover seu progresso através da participação, iniciativa e tomada de decisões dos sujeitos locais.

Nas palavras de Gómez (2006):

Existe um novo paradigma de entendimento e implementação do desenvolvimento que investe num rosto mais humano para o desenvolvimento, prestando atenção na participação da população, na sua identidade, no território em que vive ou nos valores que a configuram (Ibid., 2006, p. 119).

Através desse “convite” para participar das decisões que irão determinar o caminho para o crescimento econômico local, os sujeitos são levados a acreditar que planejam seus projetos e ações de acordo com suas necessidades. No entanto, nesse modelo capitalista de desenvolvimento, esses sujeitos são manipulados de modo que a dominação é exercida pelo consenso e ratificada por eles. Nessa visão, o entendimento de desenvolvimento parte da ideia que reforça os interesses do mercado, em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora. Esse caminho só seria diferente com o fim do modo de produção capitalista.

O território se tornou tanto um instrumento quanto um produto do capitalismo nacional, por isso que as políticas de desenvolvimento procuram explorar as suas potencialidades. Nesse sentido, os investimentos no local logo são transformados em lucro para o capital, dada a exploração do trabalho e das vantagens existentes nestes territórios. Sendo assim, Lisboa (2007) pontua:

Assim, o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para a inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo empresarial local. (Ibid., 2007, p.148).

Isso significa que o território é moldado para atuar como uma tática na política

econômica, buscando impulsionar o crescimento e aprimorar as estruturas produtivas da região. O território é percebido como o lugar ideal para implementar avanços tecnológicos e organizacionais, fortalecendo assim o setor empresarial local e suas atividades de produção.

O discurso do desenvolvimento local fundamenta a base para a formulação dos planos de desenvolvimento promovidos pelo Estado, configurando uma nova abordagem de organização estatal por meio do território. Essa notável mudança de enfoques surgiu de um discurso que promete uma implementação mais eficaz de políticas públicas.

Essa marcante mudança de perspectivas emergiu de um discurso que assegura uma maior efetividade na implementação de medidas públicas. No entanto, a valorização da escala local atua como uma tática de acumulação de capital e não como reforço das vivências e experiências locais de organização em torno de objetivos comuns.

Nessa análise, é crucial destacar a relevância da mobilização da classe trabalhadora na busca por seus direitos. O território se configura como um campo de confronto e oposição às disparidades originadas pelo sistema capitalista, exigindo que a comunidade local se una em favor de objetivos coletivos. Nessa trajetória, a luta deve se orientar em direção a opções de desenvolvimento que não se fundamentem na exploração do território nem na força de trabalho, mas que adotem um modelo capaz de promover o aumento do bem-estar de toda a população. Esse caminho envolve enfrentar as contradições inerentes ao sistema.

2.1. A Política Territorial da Bahia

Refletir sobre o território envolve a construção de uma visão crítica das relações sociais que ocorrem no espaço, ao mesmo tempo em que se reconhece que o capital cria territórios para serem utilizados e explorados de acordo com seus objetivos, pois como afirma Lisboa (2007, p.149), “esta idéia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins”. De acordo com Nunes (2021), o território é caracterizado:

como uma relação social de poder, de dominação política, produzido por [e produtor dos] conflitos e das contradições da realidade concreta, que vai se expressar na materialidade da terra (enquanto espaço concreto) e do terreno (enquanto espaço abstrato). Uma relação social que se inscreve na divisão social do trabalho e no conflito por ela produzida. [...] O Território é uma relação social que carrega em si: 1) relações político-econômicas da propriedade privada dos meios de produção, 2) relações político-estratégicas ou político-jurídicas de produção e reprodução de regras, normativos,

discursos e proposições científico-filosóficas, e, 3) técnicas de dominação político-espacial voltadas para privação, exclusão, apropriação do espaço (Ibid., 2021, p. 179).

O autor está enfatizando que o conceito de território vai além de uma mera área geográfica. Ele está sendo usado para descrever uma complexa rede de relações sociais que envolvem poder, política e conflito. O território não é apenas um espaço físico, mas um espaço de disputas políticas e sociais. Ele é moldado por interações de poder, dominação política e lutas sociais, refletindo as contradições e conflitos presentes na realidade concreta.

A ideia é que o território não é apenas um espaço vazio, mas um espaço onde ocorrem dinâmicas sociais complexas. Ele é influenciado pelas relações de propriedade dos meios de produção, pelas estratégias políticas que moldam as regras e normas, bem como pelas formas de dominação política e controle do espaço. Essa concepção de território também está ligada à divisão social do trabalho, onde diferentes grupos sociais disputam recursos e poder dentro desse espaço. Em resumo, o território é mais do que uma área física, é um cenário onde se desenrolam relações de poder, luta e interações sociais complexas.

É necessário compreender a dinamicidade que envolve a categoria território, principalmente percebê-lo como palco de conflitos e controle social, onde as relações e lutas de classes são reproduzidas neste espaço. A construção do território como espaço de produção, circulação e consumo é moldada pelas relações de poder e pelos interesses das elites que controlam os meios de produção e os bens naturais. A apropriação da terra e seus recursos é um dos principais fundamentos do sistema capitalista e de sua dinâmica de acumulação de riqueza e poder, pois é instituída a propriedade privada.

Historicamente, a expropriação dos camponeses e dos povos originários foi uma estratégia utilizada para que os grupos dominantes pudessem controlar a produção agrícola e extrativista, além de garantir a mão de obra necessária para as fábricas e indústrias emergentes. Essa expropriação foi realizada de diversas maneiras, como por meio de leis, guerras, tratados injustos, dívidas, violência, entre outras formas de opressão. Esse fenômeno é resultado de processos históricos, políticos e econômicos que refletem a disputa pelo controle da terra.

Conceição (2021) afirma que:

Compreende-se território a partir da concepção crítica marxista, fundamentado na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao refletirmos as relações sociais de produção, o território não se configura como uma relação individualizada, de pertencimento, de autonomia de

sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade
(Ibid., 2021, p. 17, grifos nossos).

Olhar o território como totalidade é compreendê-lo inserido no espaço que é condição de reprodução da sociedade, ambiente da luta de classes, da contradição entre trabalho e capital e das relações de poder. Isso significa que o território reflete as contradições do sistema capitalista, onde se manifestam as desigualdades. Assim, para uma transformação social, é necessário compreender a função do território como um campo de luta para a conquista de espaços de autonomia e construção de alternativas contra o sistema hegemônico.

O território é um elemento fundamental para a organização política e administrativa (o Estado), pois é nele que se estabelecem as fronteiras, os limites territoriais e a divisão administrativa do poder. Sendo agente e mediador que organiza e controla o território, o Estado interfere nas dinâmicas e oferece novos arranjos geográficos, territorializando o espaço. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no ano de 2000 e extinto em 2016, território é definido como sendo:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005, p. 07, grifo nosso).

A concepção de território defendida pelo MDA se sustenta no desenvolvimentismo, apoiada ainda numa leitura mais reformista do que a pretendida em nossa pesquisa, pois a ideia do Ministério afirma a noção de autogestão e responsabilidade do Governo para com o controle da sociedade. Em seu oposto, entendemos que o território não pode ser definido, portanto não deve ser cristalizado, especialmente por entendê-lo como parte de uma totalidade entre as relações e os seus sujeitos.

Esse conceito de território elaborado pelo MDA tem foco no desenvolvimento rural e objetiva organizar os espaços que já existem sob a ideia de implementação de ações participativas. Nesse processo, o Estado através do seu poder, atua na organização e na dinâmica socioespacial, elabora políticas de produção do espaço e tem o interesse de tornar o território base para intervenção e aplicação de políticas públicas, o que acarreta no entendimento simplificado do território como um conceito homogêneo e desconsidera suas

dinâmicas e contradições sociais.

Ademais, o território representa um espaço de enorme interesse econômico e estratégico para o Estado, onde se encontram os recursos naturais, as infraestruturas e os centros produtivos. Nesse sentido, a disputa pelo controle e exploração desses recursos pode ocasionar conflitos e tensões políticas e sociais, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Ao estabelecer novas dinâmicas territoriais e acréscimos financeiros, o Estado age como impulsor do processo de desenvolvimento e a sociedade civil passa a impulsionar o processo de desenvolvimento e o Estado entra nessa relação por meio de disputas, visando garantir a efetividade das ações governamentais. É dentro dessas relações de poder que se desenvolvem as abordagens políticas do processo de transformação e apropriação do espaço, com implicações não apenas no âmbito geográfico, mas também no social, econômico e político.

O Estado por desempenhar um papel fundamental na elaboração e estruturação do espaço é considerado o núcleo central da forma política capitalista. Segundo Mascaro (2013, p. 28), ele surge “de uma miríade de contradições, conflitos, arranjos e lutas” que tem o governo como seu núcleo dirigente e “a administração pública como corpo burocrático” (Ibid., 2013, p. 42).

O Estado é responsável por estabelecer as regras e normas que regem a produção, distribuição e consumo de bens e serviços no território, bem como por garantir o cumprimento dessas normas junto ao mercado capitalista. Além disso, o Estado detém o poder de impor suas decisões e de manter o controle sobre os conflitos que surgem no âmbito territorial.

Desde o final do século XX, o território tem ganhado crescente relevância no Brasil devido a alterações nas políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado. Esse fenômeno está relacionado à ascensão do neoliberalismo, o qual introduziu uma série de ações que resultaram na descentralização de algumas políticas anteriormente centralizadas a nível federal.

Conforme enfatizado por Santos (2007, p. 181) entre essas medidas políticas, elas “estão a privatização de empresas estatais, a abertura e liberalização da economia de mercado e a redefinição das funções do Estado que encontrou na descentralização a fórmula de gestão dos setores sociais”.

Sendo assim, os governos locais, basearam-se nas concepções de controle social. Essa ênfase em políticas voltadas para o desenvolvimento local deu início à abordagem do desenvolvimento rural a partir do enfoque territorial, ampliando a escala de atuação do Estado

por meio de um (novo) ordenamento que passou a considerar diversos aspectos, com destaque para o fator de identidade territorial.

É nesse campo que o nosso recorte espacial entra em discussão, a noção de territórios de identidade se apresenta como um projeto novo, enquanto iniciativa governamental e com forte apelo ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a escala local, mas que desde a base vem ignorando as desigualdades na região.

Além disso, o Estado passou a exercer um papel central na gestão, ordenação e regulação do território, seja por meio da implementação de políticas de planejamento territorial, resolução de conflitos territoriais ou da promoção do desenvolvimento regional. Durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto nº 1946, de 28/06/1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que sob a implementação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tinha o objetivo de potencializar a produção agrícola e promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais.

A consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) está relacionada às políticas com viés territorial do Brasil, e para isso apresenta como linhas principais de financiamento: custeio e investimento. No final da década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF-M criou uma linha específica de suporte financeiro, infraestrutura e serviços para municípios selecionados que possuíam uma forte presença da agricultura e um Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Posteriormente, sob o governo de Lula, essas políticas se transformaram em territórios rurais.

Com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no começo da década de 2000, houve um reforço nos conceitos e na abordagem territorial e no desenvolvimento de políticas públicas. Em 2003, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para consolidar a adesão do governo brasileiro a essa abordagem. Nesse mesmo ano, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) em substituição ao PRONAF, foi implementado em todo o país por meio dos chamados “Territórios Rurais”. A proposta do programa segundo Ferreira (2012):

se baseia na promoção de debates sobre o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial, tendo no conselho gestor bipartite o principal espaço para a construção de propostas e definição das prioridades de investimento dos recursos do Programa (Ibid., 2012, p. 194).

O autor enfatiza que o PRONAT adota uma abordagem que visa estimular o desenvolvimento rural por meio da participação da sociedade civil e do poder público em discussões sobre questões territoriais, a fim de definir prioridades de investimento dos recursos do programa e construir propostas que permitam o uso mais eficaz desses recursos.

Segundo a SEPLAN (S/D), o PRONAT tem como objetivo “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia”. O programa se insere numa proposta do Estado de transferir as responsabilidades da aplicação dos recursos públicos das esferas federais para as municipais, gerando novas configurações de relações. No entanto, é importante considerar que essa proposta não significa necessariamente um enfraquecimento do Estado e do Governo, mas sim uma mudança na forma como o poder é exercido.

A centralidade dos recursos públicos tende a gerar novas configurações de relações de poder entre os municípios, visto que alguns têm mais capacidade para gerir os recursos do que outros. Esse processo pode intensificar as desigualdades já existentes entre as diferentes regiões do país, resultando em disparidades socioeconômicas e, portanto, afetando negativamente as populações desses municípios. Essa descentralização pode ser vista como uma forma de reprodução das relações de poder capitalistas, uma vez que a distribuição desigual de recursos é inerente ao modo de produção capitalista, perpetuando as desigualdades estruturais e a exploração das classes sociais menos favorecidas.

Além disso, o Governo, continua a ser o principal agente mediador na definição das políticas públicas e a transferência de recursos para os municípios pode ser vista como uma forma de suborno, na medida em que os governos locais passam a depender dos recursos repassados pelo governo central para a realização de seus projetos.

A abordagem territorial promovida pela SDT e MDA é caracterizada por uma visão integradora que nega a existência da conflitualidade classista no campo. Isso significa que a abordagem territorial busca integrar diferentes espaços, sujeitos sociais, agentes econômicos, mercado e políticas públicas em uma visão conciliatória. Entretanto, essa visão conciliatória é uma forma de neutralizar os conflitos inerentes à sociedade capitalista. Nesse sentido, a abordagem territorial não promove a superação dos conflitos sociais, mas sim a sua neutralização através de um processo de mediação que não questiona as relações de poder e exploração presente.

Para tanto, a criação dos territórios rurais fomentou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e se estabeleceu com o objetivo de promover a integração de políticas públicas e ações em áreas rurais. Esses territórios rurais são espaços

geográficos delimitados que englobam municípios e comunidades rurais, e contam com a participação de agricultores, cooperativas, associações, prefeituras e outras entidades. Segundo o que consta nas Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003), Territórios Rurais:

São os territórios, conforme anteriormente, onde **os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial**, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. **Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados** (MDA, 2003, p. 34, grifos nossos).

Essa conceituação dos territórios rurais como áreas geográficas formadas por municípios próximos que compartilham características econômicas, sociais e ambientais e que possuem áreas com diversidade de atividades econômicas, com destaque para a agricultura, é a que foi adotada pelo MDA sob a visão de que é possível promover a diversificação produtiva, geração de renda, preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população local. A concepção é de que, ao identificar e valorizar as características próprias de cada território rural seja possível desenvolver políticas públicas específicas sob o objetivo da promoção do desenvolvimento rural sustentável e da inclusão social no campo.

Por esse entendimento, o rural se encontra subordinado à lógica do urbano, com baixo padrão de vida e condições restritas de produção, é conhecida como "rural do atraso". Por esse entendimento, o rural se encontra subordinado à lógica do urbano. Por outro lado, a concepção de "rural da possibilidade" destaca as potencialidades do meio rural para se desenvolver, com qualidade de vida, vantagens comparativas para a instalação de novos empreendimentos e produção intensa. Nessa abordagem, Geraldi (2022, p. 157) destaca que “a política de territórios rurais é uma técnica apropriada pelo MDA para despolitizar o desenvolvimento, transformando-o no movimento racional do simples progresso espaço-temporal do mundo”. Ainda segundo o autor:

O desenvolvimento deixaria de ser uma opção para se tornar uma obrigatoriedade e, conseqüentemente, um instituto inquestionável. Ao despolitizar o desenvolvimento, consegue-se impor políticas com o objetivo de auxiliar a territorialização do controle e da normatização da sociedade. Estas políticas tornam-se, então, técnicas de planejamento e intervenção social que, tendo sido despolitizadas, acabam sendo consideradas como a única opção possível (Ibid., 2022, p.158).

O autor entende que a política dos territórios rurais adotada pelo MDA é uma forma de alienar as comunidades que vivem no campo aos processos políticos e de tomada de decisão. Ao despolitizar o desenvolvimento, este é transformado em algo que não pode ser questionado, tornando-o uma obrigação que é aceita como natural. Essa despolitização permite a imposição de políticas que, na verdade, são técnicas de planejamento e intervenção social, as quais são consideradas como a única opção possível. Dessa forma, a despolitização do desenvolvimento rural é uma estratégia para manter o controle sobre as comunidades rurais, submetendo-as aos interesses do mercado e dos agentes econômicos dominantes.

Além disso, a despolitização do desenvolvimento rural também implica em uma simplificação dos problemas enfrentados pelas comunidades rurais, tratando-os de forma isolada e sem considerar a complexidade e interdependência dos diversos fatores envolvidos. Isso pode levar a soluções superficiais e limitadas, que não abordam as questões estruturais que geram desigualdades e exclusão social no campo.

A política de desenvolvimento territorial da Bahia está estruturada em torno do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDRS), que foram criados com o objetivo de promover a gestão integrada e participativa do desenvolvimento em todo o estado. Para Corrêa (2009):

A partir dos anos 1970, abre-se um debate acerca do perfil das políticas a serem adotadas para o desenvolvimento de uma determinada localidade e, considerando experiências europeias e norte-americanas, se aprofunda a ideia de que o desenvolvimento de um espaço depende parcialmente do nível de organização de sua sociedade em relação aos objetivos que lhes são comuns. Estas experiências abrem espaço para o que ficou conhecido como “abordagem territorialista” (Ibid., 2009, p. 24).

A política de desenvolvimento territorial da Bahia adota a abordagem territorialista como um dos seus princípios fundamentais, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. No entanto, essa abordagem na política de desenvolvimento pode ser analisada como uma tentativa de conciliar a lógica do capitalismo com a intervenção estatal.

O PTDRS é um instrumento de planejamento estratégico que orienta ações e investimentos para o desenvolvimento rural sustentável nos Territórios de Identidade da Bahia. Segundo a SEPLAN (2022), ele foi elaborado em um processo de construção participativa, que envolveu a participação de diversos atores sociais, como organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições públicas e privadas, entre outros.

O PTDRS define diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento rural sustentável

em cada um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, bem como estratégias e ações específicas para alcançá-los. Ele também estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar a implementação das ações previstas.

Já o Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDRS) é o conjunto de instituições, políticas, programas e projetos que operacionalizam o PTDRS. Ele foi criado para integrar as diversas iniciativas e ações de desenvolvimento territorial em uma única estrutura de governança, visando otimizar os recursos e maximizar os resultados.

O SEDRS é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR) e conta com a participação de diversos parceiros, como prefeituras municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa, entre outros. Ele atua em três áreas principais: planejamento e gestão territorial, desenvolvimento produtivo e inovação, e fortalecimento institucional e participação social.

Em resumo, a política de desenvolvimento territorial da Bahia está estruturada em torno do PTDRS e do SEDRS, que visam promover a gestão integrada e participativa do desenvolvimento rural sustentável nos Territórios de Identidade da Bahia, por meio de ações e investimentos direcionados para as demandas específicas de cada território. O SEDRS é o sistema responsável por articular as políticas públicas e garantir a integração entre os diversos órgãos e entidades governamentais envolvidos.

A configuração dos Territórios de Identidade na Bahia teve como base o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), sendo a Bahia uma das precursoras na implementação desse programa a nível estadual. Como o programa foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário⁵ (extinto em maio de 2016 no governo de Michel Temer, ainda durante o processo de impeachment da presidenta Dilma), foi inserido por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). O Decreto Nº 12354/10 em seu Art. 1º, § 1º define:

Território de Identidade, o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, Dec. 12354, 2010).

O Decreto em questão descreve os Territórios de Identidade como um conjunto de

⁵ Ressaltamos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi recriado no governo Lula (2023-2026). A aprovação final da estrutura do Governo na Câmara dos deputados foi em 01/06/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/967947-camara-aprova-mp-que-reorganiza-ministerios-do-governo-lula>. Acesso em: 05 jun. 2023.

municípios que possuem características e identidades em comum, sendo reunidos com base em critérios relacionados a aspectos sociais, econômicos e geográficos. Os Territórios tiveram seu surgimento em 2007 como sendo unidade de planejamento de políticas públicas no estado da Bahia quando o governador recém-eleito, Jaques Wagner (PT), reconheceu a legitimidade dessa divisão territorial. De acordo com Juncal e Xavier:

(...) O governo da Bahia, em janeiro de 2007, reconheceu a legitimidade da divisão territorial desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) (...) A partir desse trabalho da SDT e de novas discussões e estudos, que buscaram redimensionar e ampliar o foco dos territórios, visando superar a dicotomia entre o rural e o urbano, chegou-se em um mapa estadual formado por 26 Territórios de Identidade. Estes passaram a configurar a nova regionalização oficial do Estado da Bahia (Ibid., 2009, p. 34).

Os autores descrevem o processo de criação da regionalização oficial do estado da Bahia a partir da divisão territorial desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O governo da Bahia reconheceu a legitimidade dessa divisão territorial em 2007 e, a partir de novas discussões e estudos, foram criados 26 Territórios de Identidade, atualmente 27 (Mapa 03), que passaram a ser a nova regionalização oficial do Estado e a unidade de planejamento de políticas públicas:

Mapa 03
Bahia, Territórios de Identidade, 2024

Fonte: SEI BAHIA, 2024
Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2024
Elaboração: Ribeiro, José Lucas Costa, 2024

No início, nesse cenário, cinco territórios na Bahia foram identificados para participar do Programa, são eles: Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Velho Chico e Irecê. Posteriormente, o enquadramento do programa teve uma abrangência de mais nove territórios: Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo, Itaparica, Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe.

Por esse reconhecimento da divisão territorial e ele ter sido adotado como unidade de planejamento das políticas públicas do estado da Bahia, foi necessária a ampliação da representação das políticas trabalhadas nos colegiados dos territórios, portanto, foram acrescentadas ao rural as temáticas e entidades urbanas. Essa ampliação proporcionou não só a inclusão do Território Metropolitano de Salvador (26º território), como propiciou que os territórios rurais fossem chamados de Territórios de Identidade da Bahia sendo divididos por municípios que atendiam aos critérios geográficos e econômicos em comum.

Os Territórios de Identidade têm sido a principal unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia desde 2007, na gestão do até então governador Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua gestão adotou os Territórios de Identidade e propôs a elaboração do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 (PPA). O plano (PPA) é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo governo ao longo de um período de quatro anos. Segundo Ortega, Cerqueira e Silva (2016):

Como resultado, o PPA estadual 2008-2011 propôs uma política de desenvolvimento territorial, pois o planejamento com o uso do enfoque territorial foi considerado uma estratégia capaz de respeitar as especificidades de cada local, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável. Nesse plano, a partir do sentimento de pertencimento e da teia de relações sociais, o território baiano foi subdividido em territórios de identidade (TIs), os quais passaram a ter uma gestão social, por meio dos fóruns de desenvolvimento territorial, espaços formados pela sociedade civil e pelo poder público (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016, p. 66).

O PPA participativo tem como proposta metodológica a participação da sociedade na elaboração do plano por meio de consultas populares e audiências públicas, porém na prática, a sua aplicação é limitada, pois as metas e diretrizes definidas pelo governo não são necessariamente fruto da consulta popular, mas sim de propostas pré-estabelecidas que

atendem a lógica da acumulação capitalista e de interesses de grupos dominantes.

Nesse contexto, é relevante ressaltar que, embora haja iniciativas governamentais de promover a participação da sociedade na elaboração de planos como o PPA participativo, a implementação dessas propostas enfrenta desafios significativos. Como destacado pela SEPLAN (2021), apesar da oferta de assistência técnica e da criação de colegiados territoriais, o processo de construção dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) nem sempre reflete de fato as demandas e necessidades da população. Ao seguir as diretrizes da Política Territorial de Governo, os Territórios de Identidade estabelecem estruturas administrativas, mas é importante analisar se essas ações estão verdadeiramente alinhadas com os interesses da população.

Segundo a SEPLAN (2021), esse momento promoveu iniciativas das institucionalidades representativas, ofertando assistência técnica para o seu processo de articulação e operacionalização do colegiado territorial, composto por representações do território, apoiado na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), além de investimentos nas cadeias produtivas e infraestrutura rural. Conforme foram planejados seguindo a Política Territorial de Governo, os Territórios de Identidade possuem também secretarias executivas, regimentos internos e coordenadorias específicas.

Durante o período do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), a Bahia se destacou como precursora na criação da Coordenação Estadual dos Territórios (CET). Essa iniciativa, constituída por representantes da sociedade civil, estabelece uma rede estadual que desempenha um papel tanto na representação política dos colegiados territoriais quanto na articulação das diversas unidades.

Como o Governo da Bahia reconheceu a legitimidade da organização territorial (Figura 03), ela passou a ser tratada como Política de estado e não somente de Governo com a Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014, instituindo-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), os Colegiados de Desenvolvimento Sustentável (CODETER) e dispendo de princípios e diretrizes para a Política de Desenvolvimento Territorial da Bahia. Segundo o que consta no site da SEPLAN:

Em dezembro de 2014, através da Lei Nº 13.214, era instituída a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população. Para sua implementação, o Território de Identidade passou a ser a unidade de planejamento de políticas públicas do

Estado. Com princípios, diretrizes e objetivos declarados, está estruturado um arcabouço institucional envolvendo: Instâncias Colegiadas (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - Cedeter; Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - Codeter); e Instância Executiva (Diretoria de Planejamento Territorial - DPT, órgão da Secretaria do Planejamento e Coordenação Executiva do Cedeter) (SEPLAN, s.d.).

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) é composto por um conjunto de colegiados. É um órgão de caráter consultivo e de assessoramento vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do estado da Bahia, realizando a mediação dos interesses dos setores econômicos, do poder público e da sociedade civil (SEPLAN, s.d.).

Segundo a SEPLAN, o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETER) é o fórum de discussão e de participação social presente em todos os Territórios de Identidade. É um espaço de planejamento, cogestão e concertação de políticas públicas, programas e projetos. Sob a perspectiva do discurso da democracia participativa, o Colegiado é composto por representantes da sociedade civil, comunidades locais, com o objetivo de representar a diversidade social do território e de órgãos e instituições públicas municipais, estadual e federal, com composição proporcional da sociedade civil e do poder público.

Figura 03 – Fluxograma estrutural da Política Territorial no Estado da Bahia



Fonte: SEPLAN, 2021

Elaboração: Menezes, Jordana Rabelo de, 2021

Ao analisar o fluxograma que ilustra a estrutura da política territorial no estado da Bahia, podemos conhecer o sistema de coordenação e às iniciativas governamentais. Embora haja um esforço aparente para promover a integração e articulação entre os diversos sujeitos envolvidos, é importante questionar as relações de poder subjacentes a essas estruturas.

O papel dos programas, secretarias, colegiados e conselhos na estrutura da política territorial do estado da Bahia deve ser examinado criticamente, levando em consideração como essas instâncias podem ser influenciadas pelos interesses dos grupos econômicos e políticos que dominam o estado. Nesse contexto, é fundamental questionar como esses mecanismos são utilizados para manter as relações de poder existentes e perpetuar a concentração de recursos e benefícios nas mãos de poucos.

Programas governamentais muitas vezes são moldados de acordo com as demandas e interesses das classes dominantes, que buscam preservar e expandir seus interesses. Secretarias executivas podem ser cooptadas pelos poderosos para atender seus próprios objetivos. Colegiados e conselhos, por sua vez, podem se tornar espaços de mera representação simbólica, onde as decisões importantes são tomadas em instâncias superiores, alheias à participação popular.

Nesse contexto, é imperativo reconhecer que a verdadeira transformação ocorre por meio da modificação das estruturas fundamentais do sistema capitalista. A chave para a mudança reside na percepção aguda das contradições inerentes a esse sistema. Uma conscientização crítica, pode servir como catalisador para evidenciar essas contradições e impulsionar a luta por uma alteração estrutural.

2.2. Organização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II

Em 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu o Território de Identidade Região Nordeste II. Somente em fevereiro de 2007, após reuniões e assembleia com a participação de representantes da sociedade civil e dos governos municipal, estadual e federal, o estatuto foi aprovado e a coordenação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Semiárido Nordeste II do estado da Bahia (CODES) foi eleita. O estatuto do CODES foi aprovado em dezembro do mesmo ano.

Em seu contexto histórico, a área do atual Território Semiárido Nordeste II, segundo o

que consta no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário-PTDSS (2017)

já era habitada antes da chegada dos europeus pelos índios Tapuias que se distribuíam em várias comunidades e tinham diferentes denominações, conforme as localidades como Kariri, Pankararu, Pankararé, Aymoré, Tupi, Tupi-Guarini, Tupiniquim, Tupinambá, e outras, que se concentravam especialmente no em torno de bacias hidrográficas. O rio Itapicuru dava o devido amparo. Ainda hoje, encontramos remanescentes destas tribos, alguns com territórios demarcados a exemplo das Terras Indígenas de Pan Kararé e Brejo dos Burgos no município de Jeremoabo e dos Kikiris em Banzaê que ainda lutam por seus territórios (PTDSS, 2017, p. 20).

Atualmente, o Território Semiárido Nordeste II, situado no estado da Bahia, é composto administrativamente por 18 municípios e engloba uma área de 15.982, km² (conforme indicado na Tabela 01). Esse território apresenta características específicas e particularidades socioeconômicas que o distingue dos demais territórios.

Tabela 01
Território Semiárido Nordeste II - Área (km²)
2010

Municípios	Área (em Km ²)
Adustina	629.099
Antas	319.745
Banzaê	409.507
Cícero Dantas	819.969
Cipó	168.33
Coronel João Sá	797.434
Euclides da Cunha	2.025,368
Fátima	364.419
Heliópolis	313.438
Jeremoabo	4.267,488
Nova Soure	966.993
Novo Triunfo	251.032
Paripiranga	442.186
Pedro Alexandre	889.572
Ribeira do Amparo	644.229
Ribeira do Pombal	1.252,144
Santa Brígida	934.461
Sítio do Quinto	684.089
Total	16,028.006

Fonte: IBGE (2023)

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2023

Nesse contexto, é fundamental analisar criticamente as relações de produção e

apropriação presentes no território, buscando compreender como os mecanismos de exploração e dominação se manifestam e se perpetuam condicionando a vida do conjunto da população do Território de Identidade.

A implementação de políticas públicas deve ir além de ações paliativas, considerando as contradições do sistema capitalista que moldam as relações sociais na área em questão. Para uma abordagem crítica, é importante questionar as relações de propriedade, o acesso aos meios de produção, a distribuição de renda e as formas de organização política presentes.

Os municípios que compõem o Território de Identidade Semiárido Nordeste II são: Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (Mapa 04).

Esses municípios apresentam realidades que apontam a necessidade de políticas públicas mais efetivas e ações que visam a garantia da reprodução social de milhares de famílias. As características principais da economia desses municípios estão voltadas, principalmente à agropecuária, maior responsável pela geração de renda entre os munícipes.

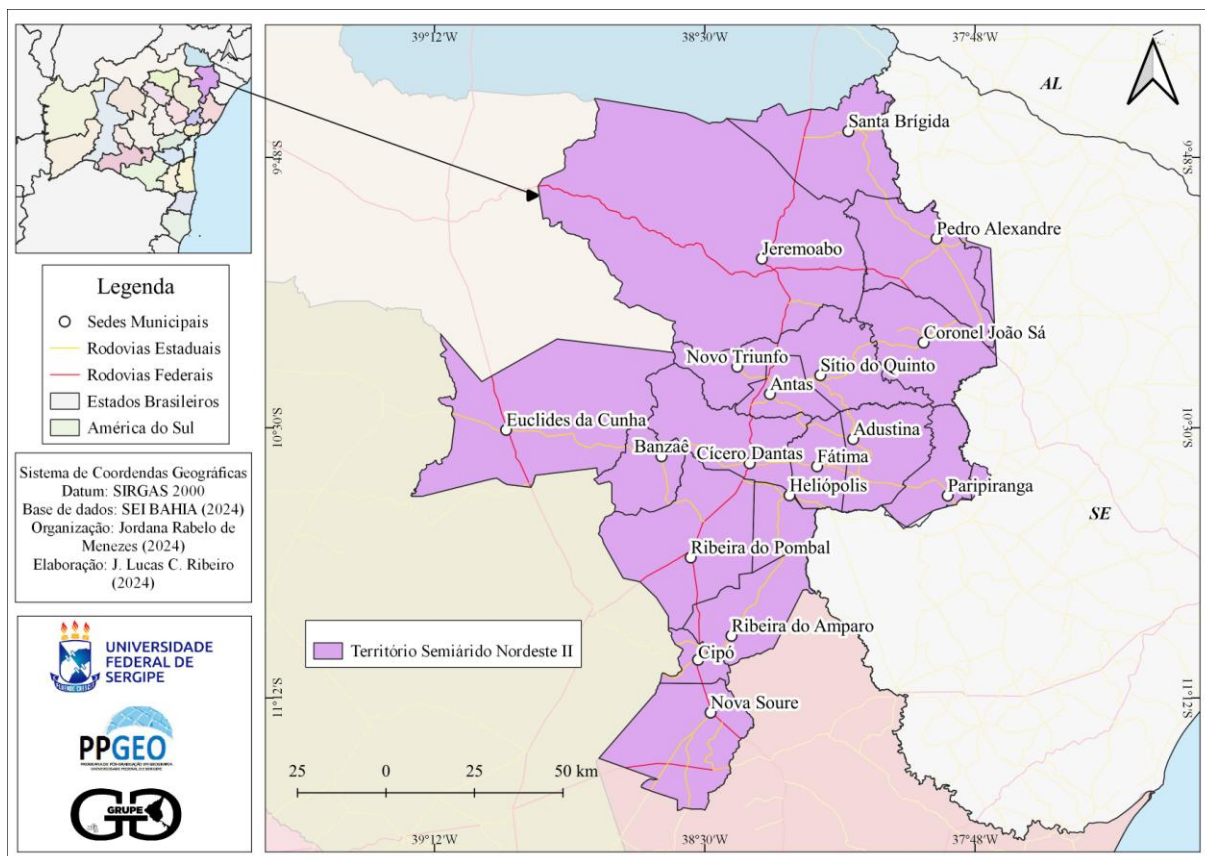
No entanto, é importante destacar que as demandas por políticas públicas não surgem de forma isolada, mas são reflexo das relações sociais e econômicas presentes nesses municípios e nos demais Territórios de Identidade da Bahia. A realidade concreta nos mostra como é um processo em que as determinações políticas têm um recorte de classe definido.

A ação governamental não deve se restringir apenas a suprir as carências imediatas, mas deve buscar questionar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades e promover transformações sociais mais profundas.

No Território de Identidade investigado, enquanto *lócus* do objeto de estudo, observamos uma realidade que mantém indicadores medianos quanto à questão social, sobretudo política, de planejamento territorial que segue os ditames das relações hierárquicas do sistema capitalista, bem como a relação de concorrência entre os sujeitos sociais. A realidade é de permanência de estruturas de poder e desigualdade social, de modo que a riqueza produzida através do trabalho é apropriada e concentrada nas mãos de poucos, e a pobreza se alastra nas mãos da maioria da população.

Assim, o Território de Identidade Semiárido Nordeste II é parte de uma totalidade maior de relações e determinações no curso histórico. Seu planejamento parte de uma divisão organizacional, que significa, sobretudo, um modelo de regionalização guiado pela iniciativa governamental visando destinar políticas públicas em seus territórios de gestão, ou seja, são territórios de controle estatal que não rompe com a lógica mercadológica.

Mapa 04
Bahia
- Território de Identidade Semiárido Nordeste II, 2024



Fonte: SEI BAHIA, 2024

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2024

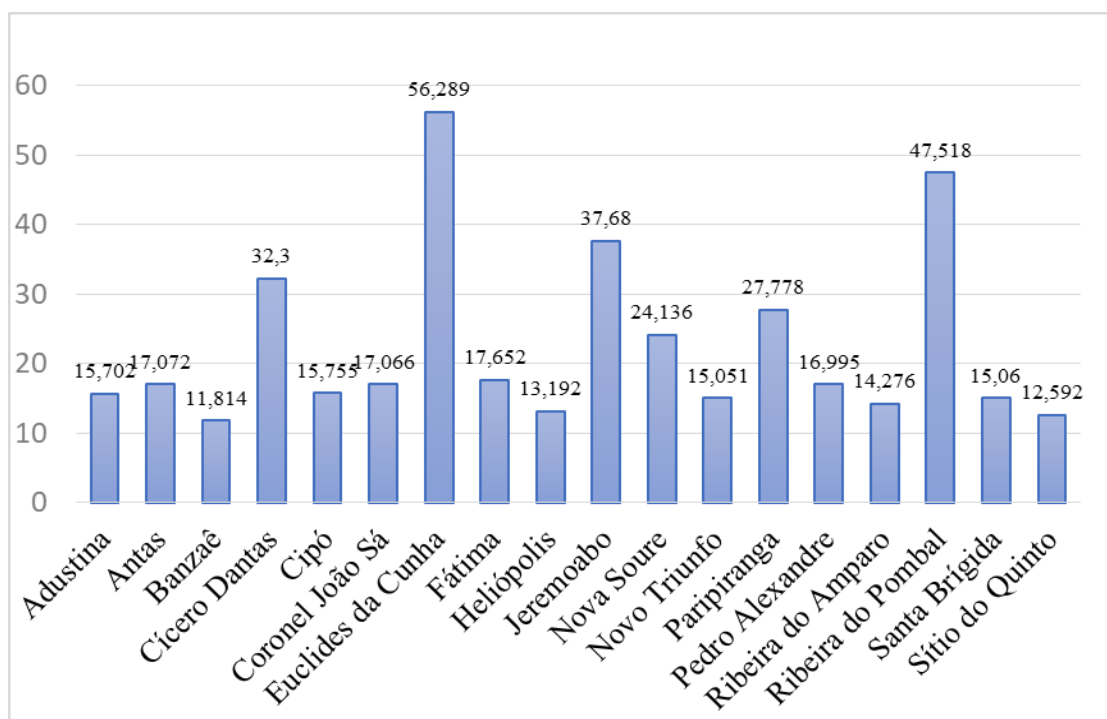
Elaboração: Ribeiro, José Lucas Costa, 2024

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população total era de 407.928 habitantes, com destaque para os municípios de Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Jeremoabo, que apresentavam as maiores populações do Território de Identidade (Gráfico 05).

Além disso, a população representava 2,8% da população do estado da Bahia, com densidade demográfica de 24,95 hab/km². O gráfico apresenta a distribuição da população total nos municípios que compõem o Território de Identidade Semiárido Nordeste II, no estado da Bahia.

É possível observar que os municípios com maiores populações é Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Cícero Dantas, com aproximadamente 60 mil, 50 mil e 30 mil habitantes, respectivamente. Por outro lado, os municípios de Banzaê, Ribeira do Amparo, Heliópolis e Sítio do Quinto possui as menores populações, com menos de 15 mil habitantes cada.

Gráfico 05
Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II:
População Total (hab.)
2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)
 Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2021

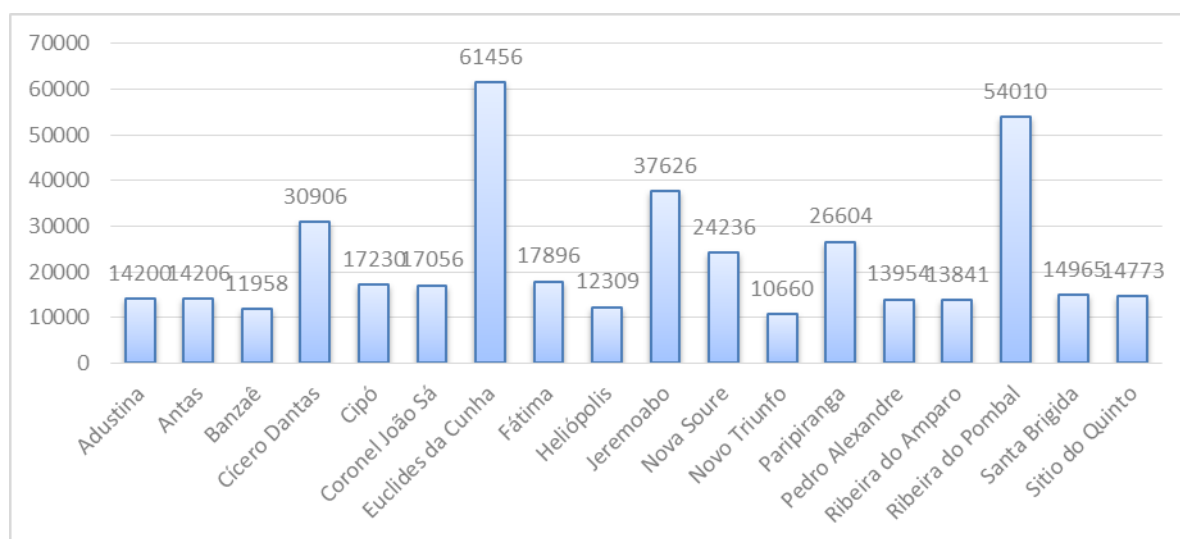
Como consta nos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (2018).

Na distribuição populacional com base no Censo, entre os 18 municípios que compõem o território, Euclides da Cunha tem a maior participação, com 13,8% da população do TI, representada por 56.289 habitantes. Logo depois vem o município de Ribeira do Pombal com 11,6% de participação na população total e 47.518 habitantes. Os demais municípios variam entre 7,9% e 3,1% na composição populacional do território Nordeste II, sendo que, do total de habitantes residentes no TI, 44,9% residem no meio urbano e 55,1% no meio rural, perfazendo um grau de urbanização bastante inferior à média do estado que é de 72,1%. A maioria dos municípios tem grau de urbanização abaixo de 50,0% (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2018, p. 18).

Em 2022, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, a população total dos municípios integrantes do Território de Identidade Semiárido Nordeste II totalizou 383.650 habitantes, conforme ilustrado no Gráfico 06. Nesse contexto, observa-se uma ligeira

diminuição populacional em diversos municípios. No entanto, é importante notar que os municípios mais populosos não experimentaram redução, mas sim um crescimento em sua população.

Gráfico 06
Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II:
População Total (hab.)
2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022)

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2023

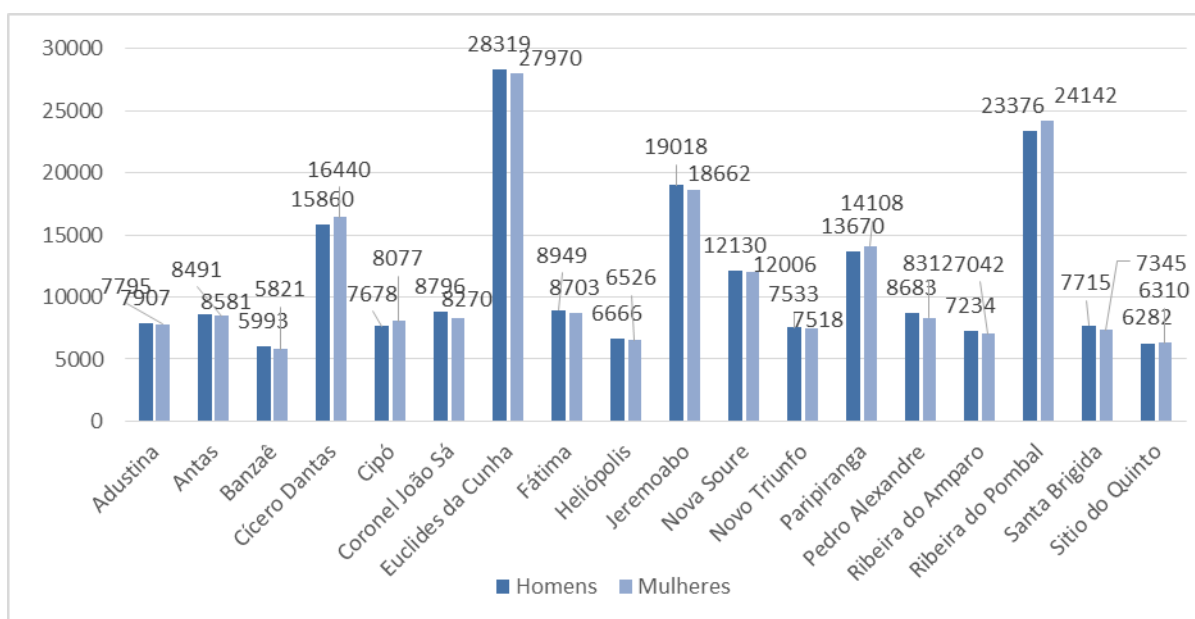
No ano de 2022, o gráfico ilustra a distribuição da população total nos municípios pertencentes ao Território de Identidade Semiárido Nordeste II, localizado no estado da Bahia. Uma análise desse gráfico permite constatar que os municípios de Sítio do Quinto, Paripiranga, Cipó e Antas apresentaram um aumento em suas populações quando comparados aos dados de 2010.

Quanto à divisão da população por gênero, o Território de Identidade é constituído por 49,9% da população do sexo feminino e 50,1% do sexo masculino, o que resulta, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018), em 99,1 mulheres para cada 100 homens.

Com base nos dados de 2010 referentes à distribuição da população por gênero, conforme ilustrado no Gráfico 07, é possível observar que a predominância do sexo masculino é uma tendência em grande parte dos municípios analisados. Essa realidade é ressaltada pela presença de uma proporção maior de homens em diversos municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II.

No entanto, um aspecto notável surge quando são examinadas mais de perto as estatísticas de algumas localidades. Especificamente, nos municípios de Cícero Dantas, Cipó, Paripiranga e Ribeira do Pombal, observa-se um fenômeno inverso: o número de mulheres supera o de homens.

Gráfico 07
Território de Identidade Semiárido Nordeste II:
População por gênero
2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de Menezes, 2023

O gráfico apresenta a distribuição da população por gênero no Território de Identidade Semiárido Nordeste II (com exceção dos dados de 2022, pois a divisão da população por gênero ainda não foi disponibilizada). A visualização revela um padrão comum, em que a maioria dos municípios do território possui uma proporção maior de homens em relação às mulheres. Essa predominância masculina é uma característica que se destaca na análise.

Entretanto, essa realidade não deve ser vista de maneira isolada, uma vez que as disparidades de gênero têm implicações abrangentes na vida das comunidades locais. As discrepâncias observadas nas proporções de gênero podem influenciar dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Desde o âmbito familiar até a participação nas esferas de decisão e atividades econômicas, as implicações podem ser significativas.

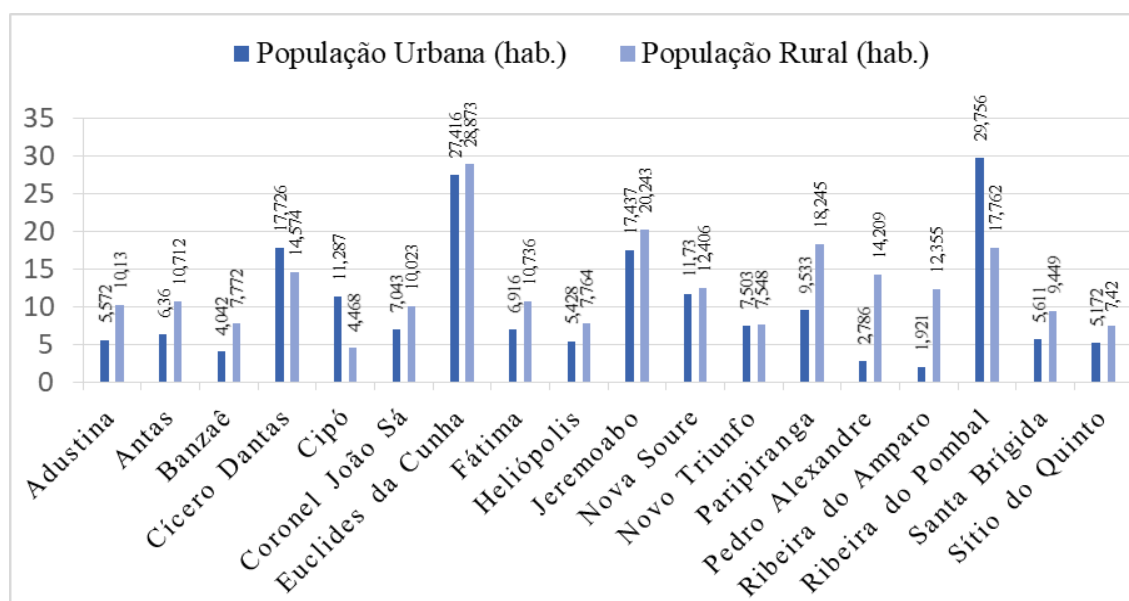
É fundamental reconhecer que a compreensão das nuances por trás dessas discrepâncias é crucial para uma análise mais aprofundada da dinâmica demográfica e das

relações de gênero no Território Semiárido Nordeste II. A análise desses dados contribui para um entendimento mais completo da composição da população.

A informação apresentada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018) também indica que o Território de Identidade Semiárido Nordeste II possui um grau de urbanização bastante inferior à média do estado da Bahia, com apenas 44,9% da população residente no meio urbano e 55,1% no meio rural. Isso significa que a maioria dos habitantes do território vive em áreas rurais, o que pode ser explicado pela predominância da agropecuária na economia local.

Além disso, é interessante notar que a maioria dos municípios apresenta um grau de urbanização abaixo de 50%, indicando um perfil mais rural. No entanto, três municípios se destacam por apresentarem um grau de urbanização mais elevado: Cipó, Ribeira do Pombal e Cícero Dantas (Gráfico 08).

Gráfico 08
Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II:
População Urbana e Rural
2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)

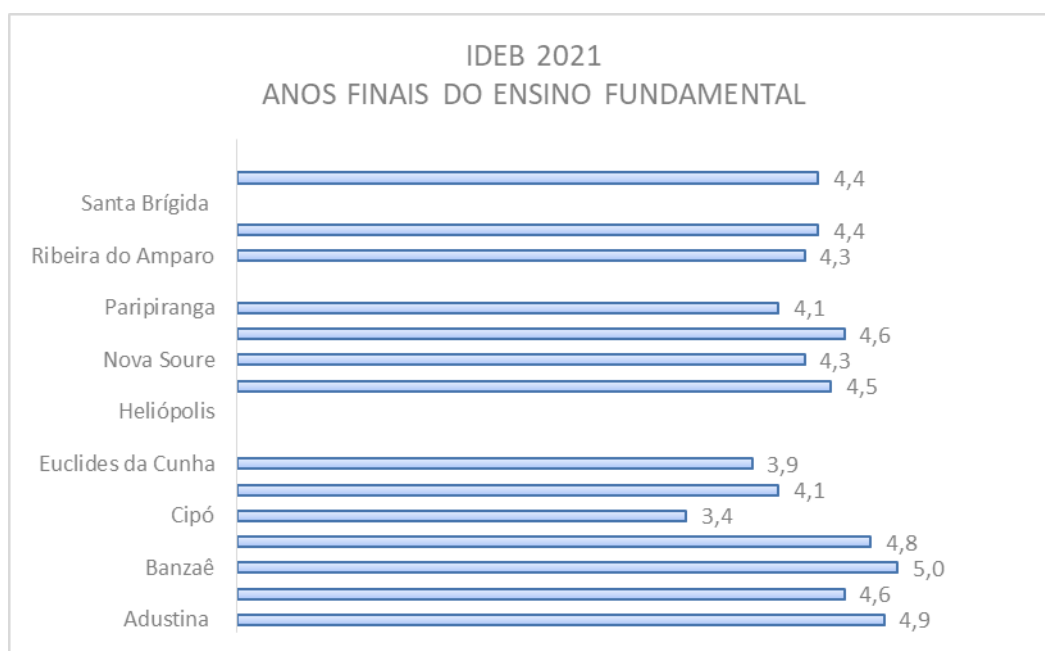
Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2021

A partir das informações apresentadas no gráfico, pode-se afirmar que o Território Semiárido Nordeste II possui uma taxa de urbanização relativamente baixa em comparação com a média do estado, que é, de acordo com o Censo 2010, de 72,1% (com exceção dos dados de 2022, pois a divisão da população por área urbana e rural ainda não foi

disponibilizada). Além disso, é possível notar certa disparidade nos índices de urbanização entre os municípios, com alguns apresentando taxas elevadas e outros com taxas baixas, o que sugere uma heterogeneidade na distribuição da população e no desenvolvimento urbano do território.

No que se refere à educação, é possível observar que os municípios desse território apresentam um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ligeiramente superior à média do estado da Bahia (Gráfico 09). Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2021, a média do IDEB para os anos finais do ensino fundamental na Bahia foi de 4,1. Contudo, merecem destaque os resultados dos municípios de Cipó e Euclides da Cunha, que alcançaram notas de 3,4 e 3,9, respectivamente. Esses resultados estão abaixo da média do estado.

Gráfico 09
IDEB dos Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II
2021



Fonte: INEP, (2021)

Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2023

O gráfico apresenta as notas do IDEB dos municípios que fazem parte do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, com dados referentes ao ano de 2022. É importante notar que, infelizmente, não foi possível obter os resultados dos municípios de Santa Brígida, Pedro Alexandre, Heliópolis e Fátima no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Os demais municípios estão representados no gráfico com suas

respectivas notas do IDEB, proporcionando um panorama da performance educacional na região.

Ainda sobre dados educacionais do território no que se refere ao ensino fundamental e médio, os municípios de Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal têm se consolidado como os principais provedores de escolas públicas e particulares nos últimos anos. Além disso, Euclides da Cunha destaca-se na oferta de ensino público superior, com um campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em sua cidade. Já os municípios de Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Paripiranga possuem polos de ensino superior privado e a distância (EAD), oferecem também ensino presencial (PERFIL DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, 2018).

Essa variação nos índices de educação entre os municípios ressalta a heterogeneidade nas condições educacionais dentro do território. Enquanto alguns municípios conseguem se aproximar ou superar a média estadual, outros enfrentam desafios que afetam seu desempenho educacional. Isso pode estar relacionado a fatores socioeconômicos, infraestrutura escolar, formação de professores e outras variáveis que impactam a qualidade da educação.

Além disso, é importante perceber que, mesmo quando os índices educacionais estão acima da média, eles podem ainda não refletir uma educação de qualidade para todos os estudantes, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. Portanto, para uma avaliação mais precisa da situação educacional, é necessário considerar não apenas os números, mas também as condições subjacentes que podem influenciar esses resultados.

Essas informações destacam a necessidade de adotar medidas específicas para a valorização das mulheres nos municípios com defasagens. É essencial reconhecer as contradições inerentes a essa abordagem. Enquanto se fala em igualdade e oportunidades, a estrutura socioeconômica subjacente, moldada pelo sistema capitalista, continua a perpetuar desigualdades de gênero.

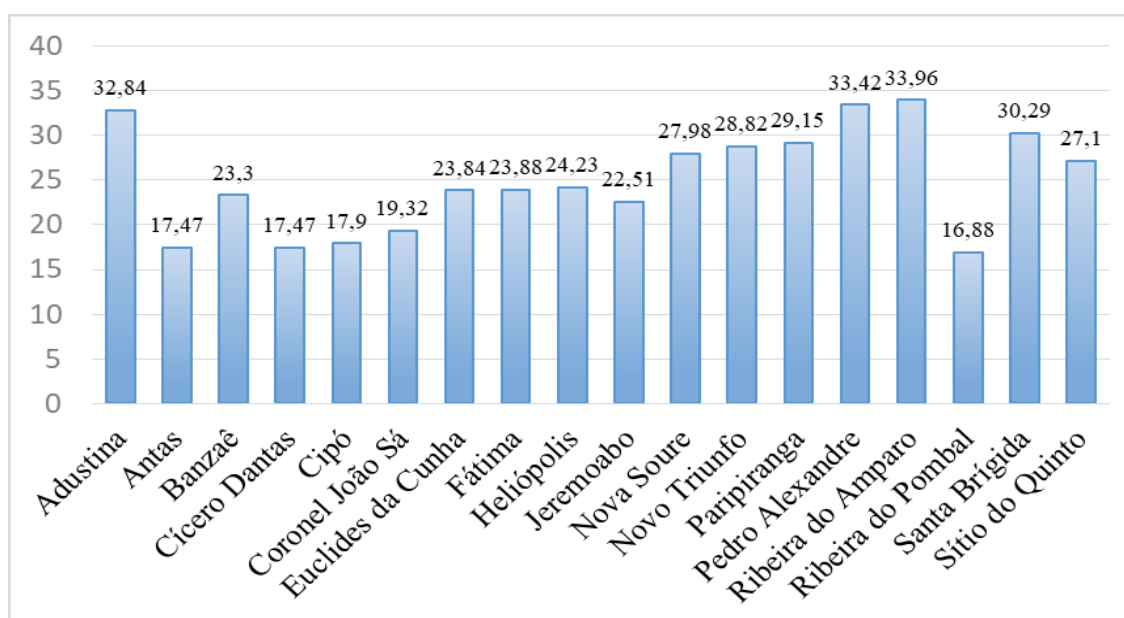
A criação de um ambiente educacional inclusivo é essencial, mas é crucial também reconhecer que o próprio sistema capitalista se baseia em relações de exploração que prejudicam as mulheres de maneiras únicas. A oferta de recursos e apoio é importante, no entanto, é fundamental reconhecer que as desigualdades não podem ser resolvidas apenas por medidas isoladas dentro de um sistema que mantém as divisões de classe e gênero.

A melhoria da educação pode de fato oferecer mais oportunidades para as mulheres, mas sem uma análise crítica das estruturas fundamentais, o progresso permanecerá limitado. Para efetivamente abordar as desigualdades de gênero, é necessário confrontar as contradições do sistema capitalista, explorar e marginaliza as mulheres de maneira sistemática. Investir na

educação das mulheres é apenas um passo, mas a transformação real requer uma análise profunda das estruturas que perpetuam as desigualdades e uma luta pela mudança sistêmica.

No conjunto dos municípios do Território, a porcentagem apresentada é de uma população vulnerável à pobreza, e um quadro de extremamente pobres elevado, o que é preocupante (Gráficos 10 e 11). Essa análise é baseada em dados de 2021 (com exceção dos dados de 2022, pois as informações sobre a taxa de extremamente pobres ainda não foram disponibilizadas)

Gráfico 10
Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II:
Porcentagem (%) dos extremamente pobres
2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)
Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2021

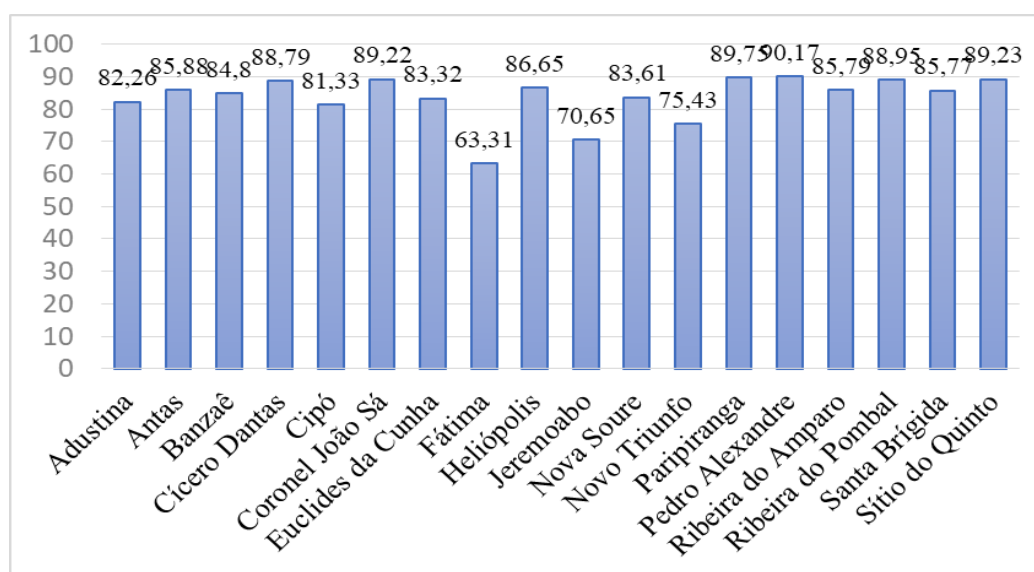
O Território Semiárido Nordeste II enfrenta desafios significativos no que diz respeito à pobreza e desigualdade socioeconômica.

Os dados revelam que um número preocupante da população desse território encontra-se em condições de extrema pobreza. Entre os municípios que compõem o território, Ribeira do Amparo, Adustina e Pedro Alexandre se destacam com percentuais preocupantes de 33,96%, 32,84% e 32,42% da população em situação de extrema pobreza, respectivamente, conforme evidenciado no Gráfico 10. Apenas o município de Ribeira do Pombal possui um índice menor que 17% de extrema pobreza.

Quanto à vulnerabilidade à pobreza (conforme apresentado no Gráfico 11), os

municípios ainda exibem índices elevados, o que nos mostra uma situação preocupante considerando a intensidade dessas condições e suas implicações socioeconômicas para o conjunto da sociedade, visto que, contraditoriamente, a proposta dos territórios de identidade da Bahia diz respeito à solução dos problemas sociais e econômicos que afetam os cidadãos.

Gráfico 11
Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II
Porcentagem (%) dos vulneráveis à pobreza
2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)
 Organização: Menezes, Jordana Rabelo de, 2021

O gráfico evidencia de forma clara e direta a proporção das pessoas vulneráveis à pobreza nos diversos municípios que formam o território de Identidade. Esses números são de fato alarmantes e chamam a atenção para a urgência de abordar questões socioeconômicas profundamente arraigadas. A alta porcentagem de vulnerabilidade à pobreza revela uma realidade complexa e desafiadora.

Esses números alarmantes não são apenas reflexos de circunstâncias isoladas, mas sim sintomas das contradições inerentes ao sistema capitalista. A concentração de recursos e a exploração de mão de obra desempenham um papel fundamental na perpetuação dessas desigualdades socioeconômicas.

Essa alta porcentagem de vulnerabilidade à pobreza é um resultado direto da lógica de acumulação de capital, onde a busca incessante pelo lucro sacrifica as condições de vida das classes menos privilegiadas. Sob essa perspectiva, é fundamental destacar que as mulheres são frequentemente as mais afetadas por essa situação. A exploração do trabalho feminino,

muitas vezes subvalorizado e precarizado, contribui para aprofundar as desigualdades.

Assim, enfrentar efetivamente essa realidade complexa exige uma abordagem que vá além de medidas superficiais, envolvendo uma análise crítica das estruturas subjacentes que perpetuam tais desigualdades, incluindo a exploração de gênero. A necessidade de ações abrangentes e eficazes para combater a vulnerabilidade à pobreza e promover a igualdade de gênero torna-se ainda mais urgente à luz dessa abordagem.

Isso implica não apenas em programas de assistência, mas em uma mudança fundamental nas relações de produção e distribuição de riqueza, considerando as dimensões de classe e gênero. A busca por uma melhoria substancial nas condições de vida das pessoas vulneráveis, especialmente as mulheres, requer, portanto, uma reavaliação radical das estruturas sociais e econômicas, visando a construção de uma sociedade equitativa e livre das amarras do sistema capitalista.

Entre Pedro Alexandre e Paripiranga, encontra-se uma área conhecida como Área de Tensão Ecológica de Caatinga. Nessa área, são comuns atividades agrícolas como o cultivo de feijão, milho e mandioca, além de pastagens, plantações de palma forrageira e sistemas de policulturas irrigadas. Essas práticas agrícolas são essenciais para a subsistência e o sustento da população local, adaptando-se às condições do ecossistema da Caatinga e contribuindo para a segurança alimentar da região (BAHIA, 2013).

Além disso, em Euclides da Cunha e Jeremoabo, também são realizadas atividades agropastoris, cultivo de castanha de caju e policulturas comerciais que envolvem mandioca, algodão, manga, mamona e sisal. Essas atividades desempenham um papel importante na economia local, aumento da renda e promovendo o comércio de produtos agrícolas.

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018), no que concerne o Produto Interno Bruto (PIB) do território:

o setor de serviço teve uma maior participação, de 75,0% para o ano de 2013. A agropecuária e a indústria foram respectivamente representativas em 6,0% e 19,0% do VAB. Os municípios de Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal apresentaram os maiores VAB setoriais em serviços do TI, com respectivas participações de 16,1% e 15,7% na totalidade deste setor. Ribeira do Pombal concentra 18,4% do VAB da indústria e Euclides da Cunha 18,1% do VAB do setor agropecuário do território. Há uma baixa predominância da participação do setor industrial no VAB do TI Nordeste II, uma vez que 94,0% de participação esta relacionada a serviços (75,0%) e agropecuária (19,0%) (Ibid., 2018 p. 18).

A agricultura no território de Identidade Semiárido Nordeste II apresenta lavouras permanentes de banana, coco-da-baía, goiaba, laranja e manga, embora essas culturas não

sejam muito expressivas em relação à produção total do estado. A exceção fica por conta da produção de castanha de caju, que é uma cultura permanente relevante para a economia agrícola do território. Os municípios de Euclides da Cunha e Cícero Dantas são os principais produtores dessa cultura.

Em relação à lavoura temporária no território, o cultivo predominante é de feijão, mandioca e milho (Tabela 02). Euclides da Cunha se destaca como o maior produtor de feijão e mandioca. Já Paripiranga é o maior produtor de milho no território. Essa região é marcada pela expansão da monocultura, em especial do milho, que é destinado à indústria agrícola, em detrimento de outras formas de cultivo tradicionais, como o plantio consorciado de feijão e milho ou mandioca, ou mesmo outras práticas agrícolas (Lima; Silva Júnior, 2009).

Tabela 02
Território de Identidade Semiárido Nordeste II, Bahia:
Produção dos principais cultivos e número de estabelecimentos,
2017

Cultivos	Produção (ton e grãos)	Número de estabelecimentos (unidades)
Fava	30	292
Feijão	29.795	30.514
Mandioca	2.939	2.244
Milho em grão	125.607	20.305
Milho forrageiro	185.919	2.326
Total	344.290	55.681

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017

Elaboração: Menezes, Jordana Rabelo de, 2023

O território abriga 55.761 agricultores familiares, 668 famílias assentadas, 3 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018). De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Território de Identidade Semiárido Nordeste II em 2010 (com exceção dos dados de 2022 que ainda não estão disponibilizados) era de 0,607, considerado médio.

No sistema capitalista, a renda é distribuída de forma desigual, favorecendo a classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. No caso do Território Semiárido Nordeste II, a desigualdade de renda se reflete na falta de acesso a serviços básicos e educação para as

camadas mais pobres da população, o que impede o pleno desenvolvimento do território. Isso ocorre porque a falta de recursos financeiros impede que essas pessoas possam investir em sua formação educacional e profissional, além de dificultar o acesso a serviços essenciais como saúde, saneamento básico e transporte de qualidade.

É necessário questionar e superar as relações de exploração e opressão que estão na base do sistema capitalista. Isso implica em promover uma profunda transformação das relações de produção e propriedade, buscando formas de organização social e econômica que coloquem os meios de produção sob controle coletivo e permitam a participação democrática nas decisões que afetam a vida das pessoas.

Além disso, é fundamental garantir o acesso universal e igualitário aos serviços básicos, como saúde, educação, moradia e saneamento. Isso significa não apenas fornecer esses serviços, mas também garantir que sejam de qualidade e estejam disponíveis para toda a população, independentemente de sua condição social ou local de residência.

SEÇÃO III – A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS FEMININAS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAIANO

Figura 04 – Cartaz Rosie the Riveter, Naomi Parker Fraley, 1943
(título original: “Cartel de propaganda de guerra creado por J. Howard Miller en 1943 para Westinghouse Electric”)⁶



Disponível em: <https://www.revistavanityfair.es/poder/articulos/rosie-the-riveter-rosie-la-remachadora-naomi-parker-fraley-we-can-do-it/28591>. Acesso em: 21 dez. 2023.

As mulheres têm competências e habilidades características que as tornam tão aptas quanto os homens para assumir posições de liderança, no entanto, enfrentam uma realidade desafiadora em relação à sua representação em cargos de poder. Mesmo com suas qualidades

⁶ O cartaz foi inspirado numa fotografia tirada da operária Geraldine Doyle nos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial. A imagem ganhou relevância política e propiciou dimensões significativas para os movimentos feministas na luta por seus direitos políticos, sociais e civis. Rosie the Riveter, conhecida personagem que representava as mulheres trabalhadoras no período de guerra passou a estampar o cartaz que ganhou conhecimento após a década de 1980, quando inúmeros movimentos sociais eclodiram mundialmente.

e capacidades, o número de mulheres em posições de liderança ainda é significativamente menor em comparação aos homens.

O cartaz que carrega a mensagem “Nós podemos fazer isso!” inspira inúmeras mulheres trabalhadoras que constantemente são silenciadas e subestimadas quando o assunto diz respeito à ocupação em espaços de poder/decisão política. Em tempo que nos mostra a incessante luta das mulheres no seio da sociedade capitalista, onde os símbolos dos movimentos feministas ecoam sobre o mundo quanto à questão da desigualdade de gênero.

Essa disparidade é resultado de diversas barreiras estruturais que persistem na sociedade, restringindo o avanço das mulheres em posições de destaque.

No contexto da sociedade atual, compreender as dinâmicas de classe e as relações de exploração é necessário. Ao analisar as lideranças femininas, é importante considerar as condições materiais em que essas mulheres estão inseridas, as relações de produção que moldam suas atuações e a influência do modo de produção em suas trajetórias. Líderes que se posicionam de forma crítica, questionando as desigualdades entre homens e mulheres e as estruturas que as sustentam, reconhecem e percebem que enfrentam desafios complexos.

As mulheres têm buscado romper com padrões tradicionais e superar as barreiras que limitaram seu acesso a posições de poder e influência. Por isso, é tão necessário refletir criticamente sobre o significado das lideranças femininas, ampliando o horizonte de análise. Isso nos permite perceber as relações de poder e as estruturas sociopolíticas e econômicas que permeiam a atuação dessas mulheres.

Destacamos a importância de reconhecer as normas estabelecidas pela atual sociedade, que colocam as mulheres líderes em uma posição de luta e resistência, enfrentando barreiras e estereótipos que limitam sua participação ativa nas esferas políticas e sociais.

As trajetórias e experiências das líderes são moldadas pelo contexto capitalista. As barreiras econômicas, a desigualdade salarial, a falta de oportunidades igualitárias, a divisão sexual do trabalho, reforçam a estrutura patriarcal direcionando a necessidade das lutas e conquistas. Compreender esses desafios estruturais é fundamental para uma análise mais profunda das lideranças das mulheres.

A sociedade capitalista, marcada pela busca de lucro e o acúmulo de riqueza, cria um ambiente desigual em que a condição da mulher parte do enfrentamento contra os obstáculos de ascender a posições de liderança. A divisão sexual do trabalho, comumente associada a papéis tradicionais de gênero, limita o acesso das mulheres a determinados setores e funções, perpetuando desigualdades salariais e oportunidades de crescimento profissional.

Nesse contexto, é importante também considerar a limitada participação política das

mulheres como uma expressão das contradições do sistema econômico vigente. A imposição de barreiras para a liderança feminina promove desigualdade e desequilíbrio nas relações de poder, perpetuando a subordinação em distintos espaços, além de reforçar a lógica do lucro.

A pouca representação política das mulheres é tanto um fator quanto um resultado da lógica de exploração e dominação presente no atual cenário, que mantém as estruturas de poder controladas predominantemente por homens. Isso posto, para Gonçalves (2007):

Em relação à participação política, homens e mulheres não ocupam posições simétricas, do mesmo modo que os conteúdos politizados por um e por outro não são os mesmos. Ao longo da história, muitas das reivindicações das mulheres não foram consideradas (Gonçalves, 2007, p. 201).

O autor destaca a assimetria na participação política entre homens e mulheres, indicando que ambos não ocupam posições equivalentes nesse âmbito. Além disso, ressalta que as questões políticas enfrentadas por eles podem diferir, uma vez que suas perspectivas e interesses são moldados por experiências distintas. Historicamente, as reivindicações das mulheres têm sido frequentemente ignoradas ou subestimadas, reafirmando que as posições de lideranças têm sido influenciadas pelas vozes e interesses masculinos.

As interações entre homens e mulheres têm uma dinâmica singular e, ao mesmo tempo, estão entrelaçadas com outras manifestações de disparidade, subjugação e poder. Quando abordamos as dinâmicas de poder, fica claro que o que está em jogo é o favorecimento de uns em detrimento de outros.

A obtenção de espaços e cargos de liderança por parte de algumas mulheres, confronta a estrutura patriarcal existente e aumenta sua visibilidade no campo social e político. Deparar-se com a chegada de mulheres líderes é sinal de um movimento de mudança no contexto em que elas se inserem. A análise cuidadosa do impacto dessas mulheres em seu exercício de liderança em várias esferas da sociedade é fundamental para compreender o alcance e a importância de suas contribuições. No entanto, uma análise crítica do papel dessas lideranças no contexto capitalista implica considerar as possíveis limitações advindas desse sistema.

Embora algumas mulheres tenham alcançado posições de destaque e poder, como aponta Gonçalves (2007, p. 202): “as restrições à participação vividas pelas mulheres em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizam, mas as despertam para criar outras formas de participação”. É importante considerar que a sociedade capitalista e patriarcal busca assimilar e neutralizar movimentos de resistência. A influência desse sistema sobre as lideranças femininas pode resultar na diluição ou má interpretação das pautas feministas,

levando a abordagens superficiais que não questionam de forma significativa as estruturas de poder dominantes.

Apesar da existência de mudanças e avanços relevantes por meio dos movimentos feministas e da insistência das mulheres em assumir posições de liderança lutando por igualdade de direitos e oportunidades, essa realidade ainda não foi efetivamente alcançada. Moreira (2022) nos mostra que:

Considerar os territórios de poder a partir do viés de gênero significa compreender que os espaços, especialmente os públicos, como locais de poder e fala, são restritos ao papel de provedor construído e mantido pelo patriarcado como símbolo de dominação e controle. Nessa lógica, pode-se observar que, apesar das mudanças sociais e das conquistas dos movimentos feministas, ainda não se constituem como realidade a igualdade e a oportunidade de direitos entre os sexos, bem como não se mostra notadamente documentada a participação feminina em todos os espaços sociais em que se faz presente e com destacada atuação (Moreira, 2022, p. 196).

A luta do movimento de mulheres é para ocupar o lugar que ao longo da história lhes foi negado, como ter autonomia sobre suas vidas, visto que os pequenos poderes concedidos a elas são desiguais. A busca por igualdade visa criar condições justas para que possam participar ativamente na tomada de decisões e ter voz nos assuntos que lhes dizem respeito. A reivindicação das mulheres por um espaço na estrutura de poder acarreta um redimensionamento de sua atuação, ou seja, à medida que as mulheres se tornam sujeitos, são capazes de se posicionar de maneira diferente e se redefinir.

É notável a falta ou redução da participação feminina em todos os espaços sociais, e quando as mulheres exercem uma atuação destacada, muitas vezes não recebem a devida notoriedade e reconhecimento. Gonçalves (2007) considera que:

Mulheres que ocupam cargos de liderança precisam desenvolver estratégias que lhes possibilitam superar ou burlar as restrições, manipulando estereótipos tradicionais para desarmar os oponentes. Apesar de todas as restrições sociais, o êxito das mulheres como liderança política não é um fenômeno novo e há mulheres que exercem esta função com grande influência. A obtenção de poder, por parte das mulheres, desafia as definições de gênero existentes e aumenta sua visibilidade política (Ibid., 2007, p. 202).

O autor nos revela que as mulheres que ocupam cargos de liderança precisam encontrar maneiras de lidar com as dificuldades e limitações impostas a elas, muitas vezes usando estratégias inteligentes para superá-las ou contorná-las. Mesmo enfrentando restrições

sociais, há mulheres que têm sido bem-sucedidas como líderes, mostrando que isso não é algo novo e que algumas delas têm uma influência significativa nessa função.

É importante ressaltar que o avanço das mulheres em cargos de liderança tem sido lento devido à persistência da discriminação e do preconceito baseados nos estereótipos atribuídos às mulheres pela sociedade. Ainda é incipiente a aceitação das mulheres em posições de comando, apesar das condições especiais que elas possuem quando se trata de liderança. A discrepância entre a quantidade de homens e mulheres em posições de poder é notável, com a maioria dos cargos de destaque sendo ocupados ainda por homens.

Nesse sentido, a leitura que pretendemos realizar nesse momento do texto diz respeito à realidade de diversas mulheres que ocupam cargos de liderança em espaços da administração pública, enquanto entendimento de sua “emancipação política”. Mesmo reconhecendo as limitações e barreiras impostas pelo capital na exploração do trabalho (conforme discutido ao longo da escrita), que reverbera no anseio e desejo de buscar a plena emancipação das mulheres frente à estrutura capitalista-patriarcal, a presente discussão não pretende esgotar as inúmeras análises acerca da temática em questão, e sim nos convida e provoca a reflexão sobre conteúdos tão significativos para a nossa sociedade atual.

3.1. O CODETER e a atuação das mulheres líderes

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETER) é uma instância de governança que estabelece como objetivo promover o desenvolvimento sustentável de um território específico, por meio da articulação entre diferentes atores e instituições locais, ele é considerado uma das principais ferramentas utilizadas na política de desenvolvimento territorial no Brasil.

O CODETER é fruto da administração pública dessa divisão do planejamento territorial dos territórios de identidade na Bahia, e dentre eles o Território de Identidade Semiárido Nordeste II, como foi visto na seção anterior. O processo histórico de construção e efetivação do Colegiado acompanha o cenário e estratégia política do governo em nível Federal.

Esse processo ganhou relevância a partir do funcionamento legal do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT) em 2005, que resulta na criação dos Territórios Rurais. Essa criação, por sua vez, demanda a implementação de uma instância de governança responsável pela gestão social desses territórios.

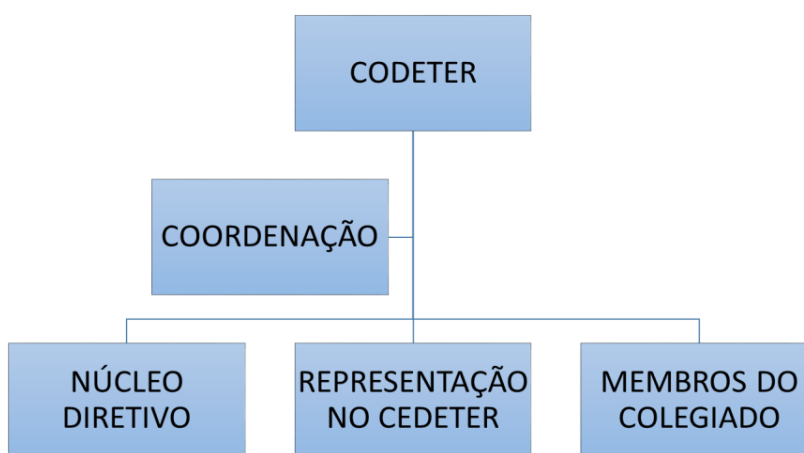
A estrutura do CODETER do Território de Identidade Semiárido Nordeste II (Figura

05), é composta por diversos segmentos. Segundo o relato da entrevistada S.C.L., 57 anos, a organização atual do CODETER consiste em:

A Coordenação, formada por 03 pessoas, incluindo 01 mulher, tem a responsabilidade de articular o trabalho do colegiado. Já o colegiado conta com 108 membros, dos quais 35 são mulheres. A representação é composta por 06 membros por município, sendo 03 representantes da sociedade civil e 03 representantes do poder público, com o importante critério de incluir jovens e mulheres.

Além disso, o CODETER possui um núcleo diretivo, que é formado por onze (11) pessoas, sendo quatro (04) mulheres. O núcleo diretivo atua de forma mais próxima da coordenação, auxiliando nas tomadas de decisões estratégicas e na implementação de ações. Também há uma (01) representante designada para o CODETER, contribuindo para a integração e diálogo entre as instâncias territoriais.

Figura 05 – Fluxograma estrutural do CODETER (Território de Identidade Semiárido Nordeste II)



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2022

Elaboração: Menezes, Jordana Rabelo de, 2023

Essa atual configuração foi registrada em Ata e permanecerá até a próxima reestruturação, que está marcada para o final do ano. Essa dinâmica de reestruturação periódica permite a atualização do Colegiado. No entanto, é possível observar contradições sobre a atuação das mulheres na política de desenvolvimento do Território de Identidade.

Embora haja uma menção à presença de mulheres no CODETER, as proporções entre homens e mulheres ainda são desequilibradas. O fato de haver apenas trinta e cinco (35) mulheres entre os cento e oito (108) integrantes e apenas quatro (04) mulheres no núcleo

diretivo de onze (11) pessoas revela uma sub-representação significativa das mulheres nessas instâncias de poder e tomada de decisão.

Apesar de serem membros do Colegiado, as mulheres não são reconhecidas como líderes na mesma proporção que os homens. Isso pode ser evidenciado pela baixa representatividade feminina em cargos de coordenação e de núcleo diretivo da instância. Essa contradição é preocupante, pois indica que as mulheres têm acesso limitado às posições de liderança. Mesmo que tenham poder de tomada de decisão no Colegiado, a distribuição desigual de lideranças entre homens e mulheres reflete as persistências das desigualdades de gênero e de poder na sociedade.

Ao desenvolver o sentido da alienação, Marx ignorou os preceitos religiosos e quaisquer tipos de moralismos predominantes na sociedade moderna. Ele analisou, minuciosamente, o movimento da história e percebeu que a alienação é originada na vida econômica, ou seja, depende das condições materiais de existência, sobretudo na medida em que a classe dominante exerce suas formas de dominação e dita o que a classe dominada deve produzir para gerar riqueza.

Na pesquisa, os interesses particulares dos homens (sob a égide do patriarcado), sobrepõe os interesses gerais, em tempo que as mulheres são silenciadas e são obrigadas a aceitarem os primeiros interesses como seus, em virtude da exploração do capital e o controle exercido por ele.

Observou-se como a alienação é presente entre homens e mulheres que internalizam as desigualdades de gênero como relações comuns, mesmo em espaços de decisão como é a liderança feminina. Na contramão dessa realidade, a busca pela emancipação na perspectiva marxista nos revela que outro caminho é possível, conforme Mészáros (2011, p. 262) nos mostra: “em outras palavras, a emancipação não poderia ser pensada na esfera da “alma e da interioridade”, mas somente por meio da “revolução social real”, que implica o controle consciente do “sistema de formas” objetivamente dado pelos homens em sua vida real”.

É importante analisar a representação do CODETER considerando as relações de classe e poder que permeiam essa instância. Ainda que os membros do Colegiado representem diferentes setores da sociedade civil e do poder público, é necessário questionar se os interesses da política territorial e suas instituições estão verdadeiramente alinhados com as necessidades e demandas das classes dominadas, ou seja, da classe trabalhadora.

Os membros do Colegiado são representantes de diferentes setores da sociedade civil e do poder público que atuam no território. Entre eles, encontram-se representantes de associações de produtores rurais, cooperativas, sindicatos, organizações não governamentais,

prefeituras municipais, entre outros. A inclusão de uma ampla gama de sujeitos tem como objetivo garantir a presença e participação nas tomadas de decisão relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Outrossim, o fato de muitas mulheres ocuparem posições de contrato está relacionado a diversas questões, principalmente sobre a precarização do trabalho, a falta de oportunidades de emprego estáveis e a desigualdade de gênero persistente no mercado de trabalho. Essa situação reforça as estruturas de poder existentes, uma vez que as mulheres são frequentemente relegadas a posições mais vulneráveis e menos valorizadas.

As instituições, incluindo o Colegiado, muitas vezes reproduzem as desigualdades sociais já existentes na sociedade. Mesmo com uma composição diversa, é importante estar atento às dinâmicas de poder que influenciam as decisões em favor de grupos dominantes, em detrimento da maioria. Isso implica em questionar como as decisões são tomadas, quem realmente tem influência na formulação de políticas e projetos, e como os interesses das classes mais vulneráveis são considerados.

A coordenação é responsável pela liderança e articulação do trabalho do Colegiado. Geralmente, essa coordenação é composta por um representante eleito entre os membros do colegiado. Suas responsabilidades incluem organizar as reuniões, definir as pautas e a agenda de trabalho, conduzir as discussões e por ser responsável pelas demandas burocráticas dessa instância.

No entanto, a coordenação no CODETER do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, após a última reestruturação e aprovação pela Coordenação Estadual dos Territórios, passou a ser composta por três coordenadores (02 homens e 01 mulher). Cada um deles tem funções específicas, com um responsável pela diretoria de articulação, outro pela parte de finanças e um terceiro responsável pela administração. Essa mudança na composição da coordenação foi pensada entre os membros do núcleo diretivo visando trazer novas dinâmicas no trabalho.

O núcleo diretivo, formado por representantes de diferentes instituições do território, é um grupo menor de membros do Colegiado que atua de forma mais próxima da coordenação, auxiliando nas tomadas de decisões estratégicas e na implementação de ações. No Território de Identidade Semiárido Nordeste II, o núcleo diretivo, é composto por membros que integram a diretoria administrativa, financeira e o conselho fiscal.

Se a representação do CODETER é dividida para que diversos setores da sociedade estejam envolvidos nas discussões e se cada membro do colegiado representa os interesses de sua instituição ou comunidade, é importante questionar como as mulheres são apresentadas

nesse contexto.

É relevante ressaltar que no território em questão também foi criado o Comitê Territorial de Mulheres, composto por aproximadamente vinte (20) integrantes. Apesar de ainda não estar regulamentado, esse Comitê tem como objetivo discutir propostas em prol das mulheres, que são apresentadas e debatidas em reuniões do CODETER, como afirma a entrevistada S.C.L., de 57 anos:

O objetivo do Comitê de Mulheres ou Também chamado de Grupo Gestor de mulheres (GT de mulheres) é estarmos organizadas para pleitear a política pública dentro do estado e pautar nossas reivindicações, nossas demandas específicas para as mulheres.

Segundo ainda as informações obtidas através da fala de nossa entrevistada, sobre o Comitê Territorial de Mulheres:

Em meados de 2008 a 2009 o Centro Feminista 08 de março executou uma ação aqui no território Semiárido Nordeste II, ao organizar grupos de mulheres, e a partir dessa iniciativa, surgiu o Comitê Territorial de Mulheres. Nós conseguimos organizar através de reuniões, capacitações, troca de experiências e visitas, com a participação de mulheres dos 18 municípios do Território. Nesse meio tempo já fomos contempladas com projetos direcionados às mulheres e hoje nós temos muitas mulheres recebendo assistência técnica especialmente voltada para elas. Esses resultados são frutos das pautas de reivindicações do Comitê de Mulheres. No entanto, a trajetória tem sido desafiadora e ainda está sendo, porque já alcançamos muito e queremos mais. “LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER”.

No encontro mais recente do Colegiado Territorial (Figura 06), o Comitê de Mulheres discutiu uma nova reestruturação, e a instância passa agora a se chamar Câmara Temática de Mulheres do Semiárido Nordeste II.

Segundo a entrevistada:

Todas as mulheres do encontro fazem parte do Território Semiárido Nordeste II dos vários municípios e nos diversos segmentos: agricultoras, vereadoras, secretaria da ação social, da agricultura, de educação. Estamos reestruturando o que a gente já tinha, inclusive nós temos muitas mulheres que já fazem parte do GT de mulheres e do CODETER, nós procuramos trazer mais outras e também as jovens para ampliar a participação.

É importante destacar que, embora todas as mulheres presentes no encontro façam parte do território e de diversos segmentos, a busca por trazer mais mulheres e jovens para ampliar a participação sugere que o número de mulheres participantes ainda é pequeno em

relação ao total de mulheres envolvidas no território. Isso indica que nem todas as mulheres estão efetivamente representadas ou participando ativamente desses espaços de decisão, revelando a necessidade de uma maior inclusão e diversidade de vozes nas discussões e tomadas de decisão do CODETER.

Além disso, a menção de que o Comitê Territorial de Mulheres ainda não está regulamentado sugere uma falta de reconhecimento e valorização das demandas e propostas específicas das mulheres. Embora exista um espaço para a discussão dessas questões, a falta de regulamentação pode indicar que as necessidades das mulheres não são priorizadas ou tratadas com a devida seriedade.

Essa contradição entre a existência de espaços e comitês destinados às mulheres, por um lado, e a sub-representação e falta de regulamentação efetiva, por outro, evidencia a persistência das desigualdades entre homens e mulheres e a reprodução das relações de poder patriarcais na política de desenvolvimento do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. Essa contradição vai de encontro aos princípios de igualdade e revela a necessidade de uma análise mais profunda sobre o porquê que ainda não há uma participação efetiva das mulheres em todos os espaços.

A figura a seguir é ilustrativa:

Figura 06 – Encontro Territorial de Mulheres realizado pelo Colegiado Territorial em parceria com a ARCAS



Fonte: Ascom Arcas, 2023

A figura apresenta o Encontro Territorial de Mulheres realizado pelo Colegiado Territorial em parceria com a Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido (ARCAS) na cidade de Cícero Dantas, Bahia, em 2023. Durante o evento ocorreu a visita em uma feira, explanações sobre experiências de produção das mulheres do Território e a apresentação da Peça Teatral intitulada “Alice no Paraíso das Águas”, vinculada à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa).

É necessário analisar mais profundamente o contexto em que ocorre esse Encontro Territorial de Mulheres e as ações promovidas pelo Colegiado Territorial. Apesar do evento ser apresentado como uma iniciativa para promoção de autonomia, emancipação e a participação ativa das mulheres no desenvolvimento territorial, é importante questionar se essas ações são de fato capazes de enfrentar as estruturas de desigualdade e exploração presentes nesses espaços.

A abordagem centrada no “empoderamento individual” das mulheres pode ser vista como uma resposta superficial às questões de gênero e pode acabar mascarando as desigualdades sociais mais amplas. Ainda que o evento proporcione momentos de reflexão e aprendizado, é fundamental questionar se essas discussões abordam as raízes das desigualdades entre homens e mulheres e se estão buscando transformar as estruturas sociais e econômicas que perpetuam essas desigualdades.

A presença de comitês e instâncias destinadas às mulheres pode ser vista como uma resposta às lutas feministas e demandas por maior representação e participação. No entanto, a sub-representação e falta de regulamentação efetiva desses espaços indicam que sua criação pode ser apenas simbólica, sem garantir efetivamente o poder de decisão das mulheres. Isso pode ser resultado da resistência por parte de estruturas patriarcais de poder, que historicamente têm marginalizado as mulheres e limitado seu acesso aos cargos de lideranças, conforme foi observado o número de mulheres líderes.

Os desafios institucionais que dificultam a participação plena das mulheres, como estigmas arraigados, falta de acesso a recursos e oportunidades, e discriminação institucionalizada, levam a uma contradição entre o discurso de inclusão e a realidade de exclusão que ainda persiste. O quadro atual aponta a permanência de relações misóginas que dominam todos os âmbitos da vida em sociedade.

Ademais, o CODETER do Território Semiárido Nordeste II, não possui uma sede própria designada para suas atividades e intervenções. As reuniões são realizadas nas instalações da ARCAS, como evidenciado na Figura 07. Essa parceria proporciona um espaço

adequado para a realização das discussões, planejamentos e debates que ocorrem nos encontros do Colegiado.

A figura a seguir apresenta o prédio da associação que também é utilizado para as reuniões do Colegiado. Essa parceria acontece porque muitos dos membros do CODETER também são integrantes da ARCAS.

Figura 07 – Prédio da ARCAS e Sede do CODETER, Cícero Dantas, Bahia, 2022



Fonte: Menezes, Jordana Rabelo de, 2022

Segundo o site oficial, a ARCAS (2023):

é uma entidade civil de interesse público, constituída em forma de Associação sem fins lucrativos, oficialmente registrada em cartório, com área de atuação na região Nordeste da Bahia, podendo estabelecer sub sede em qualquer município que esteja na sua área de atuação (Arcas, 2023).

Portanto, é uma entidade civil de interesse público, constituída em forma de Associação sem fins lucrativos. É uma organização selecionada, via Chamada Pública, para prestar o serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) a agricultores familiares do Território Semiárido Nordeste II.

O CODETER, em parceria com a ARCAS, promove a Feira Territorial da Agricultura Familiar (Figura 08), na qual diversos agricultores têm a oportunidade de apresentar, divulgar

e vender seus produtos. Entre os expositores, encontram-se mulheres do projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural a mulheres rurais, o Ater Mulher.

O destaque é que muitas das mulheres participantes do projeto Ater também são membros do CODETER, o que mostra uma intersecção entre essas duas iniciativas no território. Essa convergência permite que as mulheres tenham participação tanto no Colegiado quanto na Feira Territorial da Agricultura Familiar, tendo a oportunidade de divulgar e comercializar seus produtos agrícolas.

Portanto, fica evidente que além de fazer parte do CODETER elas também participam de outros projetos que existem dentro Território.

Figura 08 – Feira Territorial da Agricultura Familiar no Município de Cícero Dantas, Bahia, 2022



Fonte: Menezes, Jordana Rabelo de, 2022

Na imagem, podemos observar uma barraca na Feira Territorial da Agricultura Familiar, localizada no Município de Cícero Dantas, Bahia. O ambiente estava repleto de produtos agrícolas diversos, com pessoas vindas dos 18 municípios que compõem o Território de Identidade Semiárido Nordeste II.

Além da exposição de alimentos e artesanato, nesse mesmo ambiente ocorrem palestras com temas voltados para a agricultura. Há membros do CODETER tanto vendendo os produtos, quanto na condição de palestrantes ou organizando a feira.

Pode-se observar na Feira Territorial de Agricultura Familiar, a comercialização de

alimentos produzidos por mulheres camponesas dos municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. Essas mulheres são integrantes do projeto ATER Mulher, uma iniciativa que busca prestar assessoria técnica para atividades produtivas de Mulheres em seis municípios do Território.

A figura a seguir ilustra essa realidade:

Figura 09 – Mulheres do projeto ATER Mulher vendendo seus produtos na Feira Territorial da Agricultura Familiar em Cícero Dantas, Bahia, 2023



Fonte: Menezes, Jordana Rabelo de, 2022

O ATER Mulher é uma realização do Governo da Bahia, por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR). No território do Semiárido Nordeste II, esse projeto é executado pela Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido (ARCAS).

Ademais, é importante questionar se a participação das mulheres no Colegiado e em outros projetos no âmbito territorial realmente lhes concede o poder de influenciar efetivamente as decisões e de assumir papéis de liderança nessas instâncias. A presença delas nessas iniciativas é genuinamente inclusiva? Será que a participação é realmente ativa, ou ainda existem barreiras e desigualdades que limitam seu poder de decisão e acesso a posições de liderança? Todas as mulheres conseguem estar presentes nesses espaços de liderança?

Diante dessas indagações evidencia-se a necessidade de uma análise mais profunda das contradições presentes considerando o contexto que as envolve.

É fundamental examinar de forma crítica e detalhada as estruturas de poder, as dinâmicas de participação e os obstáculos enfrentados pelas mulheres que buscam atuar ativamente nessas instâncias. Essa análise permitirá identificar as barreiras que limitam o pleno exercício da participação feminina, bem como compreender as nuances da inclusão aparente *versus* a real influência e liderança que as mulheres conseguem assumir.

Para Mészáros (2011), nas sociedades pós-capitalistas o papel que a mulher assume na divisão do trabalho não exclui sua sobrecarga cotidiana, em tempo que afirma a falsa aceitação das mulheres em espaços para além do seio doméstico:

O chamado, com razão, “segundo turno” das mulheres, que se inicia ao chegarem em casa depois do trabalho, serviu apenas para enfatizar a natureza problemática de todas essas realizações, inclusive a estranha “falsa admissão política” praticada nesse tipo de sociedades, que nada podia fazer para alterar as relações de força estabelecidas e o papel subordinado das mulheres na força de trabalho estruturalmente subordinada (Ibid., 2011, p. 293, grifos nossos).

Segundo o autor, o espaço das mulheres no capitalismo pode ser compreendido como uma relação de dependência (mesmo com a falsa concepção de liberdade ao vender sua força de trabalho para outrem), e que a causa histórica da emancipação das mulheres só será possível se forem questionadas também as formas de domínio do capital e de sua exploração.

3.2. Luta das Mulheres: superação da dominação e resistência

A trajetória das mulheres que alcançam posições de liderança é marcada por muita luta e resistência. Apesar de oferecer a oportunidade de representar os interesses e demandas de outras mulheres, essa trajetória ainda enfrenta diversas barreiras e desafios. As estruturas patriarcais, profundamente enraizadas na sociedade dividida em classes sociais, são responsáveis por gerar a permanência e os preconceitos em relação às lideranças femininas.

Enquanto alguns homens acreditam que as mulheres têm as mesmas oportunidades de carreira, como afirmado pelo entrevistado F. S. P., de 67 anos: “Tivemos um momento em que verdadeiramente as mulheres não tinham o mesmo acesso. Hoje, vejo estas oportunidades muito equiparadas” (Entrevista concedida em abril de 2013, Jeremoabo, Bahia), por outro lado, é importante destacar que essa percepção não reflete a realidade vivenciada pelas mulheres, como afirma a entrevistada: S.C.L de 57 anos:

“Quando iniciei militar a área da política territorial, eu e mais algumas gatas pingadas ou muitas vezes apenas eu representando as mulheres, não foi fácil ocupar e representar o papel das mulheres nesse espaço, eu não desejava apenas ocupar um lugar na garantia de ter uma mulher, mas sim ocupar esse espaço com voz e vez. Confesso que algumas mulheres se inspiram em mim e começaram a participar.” (S.C.L., fev. 2023).

Ao mencionar suas dificuldades iniciais em entrar na área da política territorial, a entrevistada destaca a importância de ocupar espaços com autonomia, buscando representar de fato as mulheres nesses ambientes. Segundo a mesma, sua trajetória e presença inspirou outras mulheres a participar, e isso demonstra que para ela, a representatividade feminina é importante para promover a inclusão e emancipação das mulheres.

A contradição nesse pensamento está na ideia de que a representação feminina por si só pode levar à emancipação das mulheres, sem a necessidade de mudanças nas estruturas subjacentes. A entrevistada destacou a importância de ocupar espaços com autonomia e representar as mulheres na política territorial, o que é louvável em termos de visibilidade e inspiração para outras mulheres.

No entanto, a mera presença feminina em determinados ambientes não garante a transformação das estruturas opressivas e desiguais que muitas vezes limitam as oportunidades das mulheres. A verdadeira emancipação exigiria não apenas representatividade, mas também uma abordagem estruturante que questionasse e reformulasse as normas, as práticas e os valores profundamente enraizados que perpetuaram a desigualdade de gênero e reforçaram as relações de poder vigentes.

Em nossa entrevista, B.M.J nos relatou sobre o assunto:

Na minha área principalmente, antigamente era predominantemente masculina. Atualmente, ainda existe uma certa resistência quando se trata de trabalho de extensão, o trabalho diretamente com o agricultor principalmente, só pelo fato de ser mulher. Já na área da educação essa resistência é menor, pelo menos eu percebo (B.M.J., março, 2023).

Esse relato, aponta que mesmo em sua área, que antes era predominantemente masculina, ainda enfrenta resistência no trabalho de extensão. Essa resistência baseada no gênero reflete os limites da atuação das mulheres em determinadas relações de trabalho.

Segundo V.J.A. (38 anos) é uma relação de disputa, pois para ela,

Homens e mulheres compartilham da mesma motivação e ambições para chegar à liderança, no entanto as oportunidades não são as mesmas,

principalmente quando se trata de cargos de lideranças, onde mulher é vista como sexo frágil ou incapaz de realizar trabalhos que demandam coordenação de grupos masculinos (V.J.A., fev. 2023).

Por sua vez, a entrevistada destacou que homens e mulheres compartilham das mesmas motivações para alcançar a liderança, porém as realidades são distintas. O estigma de que as mulheres são frágeis ou incapazes de liderar grupos masculinos ainda permeia as estruturas sustentadas pelo patriarcado, limitando suas chances de avançar em suas carreiras.

As experiências relatadas pelas mulheres entrevistadas reforçam a existência de desigualdades sexuais no mercado de trabalho presentes também em cargos de lideranças. Ainda que alguns homens possam acreditar que as oportunidades são equiparadas, a realidade vivenciada pelas mulheres é marcada por obstáculos e resistências, o que reforça a ampliação de sua jornada de trabalho.

As trajetórias das mulheres em busca de posições de liderança são permeadas por desafios que vão além das questões individuais, pois estão profundamente enraizadas nas estruturas capitalistas vigentes. Essas barreiras limitam o acesso das mulheres, e se cria uma competição/rivalidade entre elas em áreas dominadas por homens.

Embora as mulheres tenham conseguido alcançar níveis hierárquicos mais elevados em diversos setores, ainda é evidente que sua presença nas cúpulas de decisões e poder é pouco sentida.

Os tabus associando as mulheres a características consideradas “emocionais” e “delicadas”, enquanto os homens são vistos como “autoritários” e “fortes”, esses “clichês” criam uma percepção distinta de liderança com base no sexo, como bem destaca Oliveira (2015, p. 17): “Tradicionalmente a liderança é vista como sendo tipicamente masculina. Atributos como instrumentalidade, autonomia e orientação para resultados são vistos como característicos dos líderes, entretanto não é assumido como típico das mulheres”. Essa percepção acaba colocando as mulheres em posição de desvantagem no ambiente de trabalho, pois são vistas como menos capazes de assumir cargos de liderança.

A autora ainda conclui que:

a diferença do estilo dos homens contra o das mulheres de liderança é visto como particularmente importante para essa desigualdade. Os estereótipos de gênero são apontados sempre como fator dificultador do acesso feminino aos cargos mais altos das organizações (Oliveira, 2015, p. 17).

Oliveira (2015) ressalta a percepção de que a discrepância nos estilos de liderança

entre homens e mulheres desempenha um papel significativo na existência da desigualdade existente entre ambos. A maneira como os homens e as mulheres são tradicionalmente ensinados contribui para a limitação das oportunidades das mulheres em alcançar cargos de maior prestígio.

Essa circunstância é reforçada pelo impacto dos estereótipos, crenças arraigadas sobre os papéis e comportamentos tidos como apropriados para o ser feminino e o ser masculino, que atuam como obstáculos ao progresso das mulheres em direção a posições de liderança mais elevadas dentro das organizações.

É importante destacar que esses estereótipos são reproduzidos tanto por homens quanto por mulheres, o que revela a internalização dessas construções sociais. Nas falas dos entrevistados, fica evidente como essa percepção distinta entre eles está enraizada nas estruturas sociais. A entrevistada J.D. de 28 anos de idade nos afirma que:

A liderança feminina é representativa e acolhedora, é visível a diferença de uma coordenação de grupos realizada por uma mulher, no seu formato organizacional, na empatia e sensibilidade pelo pessoal, assim como o rendimento na execução das atividades trabalhistas uma vez que lideranças masculinas são tendencialmente mais autoritárias. Há possibilidade de espaços para mulheres ocuparem novos cargos de lideranças, uma vez que é visível o rendimento de uma equipe liderada por elas (J.D. fev. 2023).

A entrevistada está enfatizando que a liderança exercida por mulheres é caracterizada por ser representativa e acolhedora. Ela observa uma diferença notável na maneira como uma mulher coordena grupos, destacando a empatia e sensibilidade demonstradas no contexto organizacional. Ressalta também que o desempenho nas atividades de trabalho é influenciado positivamente pela liderança feminina, uma vez que ela contrasta com o estilo mais autoritário frequentemente associado às lideranças masculinas. Além disso, acredita que há espaço para que as mulheres assumam novos cargos de liderança, pois a eficácia da liderança feminina é evidente, especialmente na melhoria do rendimento de equipes sob sua orientação.

A visão de outros entrevistados, como M.N.S. é de que “muitas mulheres ocupam cargos de liderança. As mulheres sabem lidar melhor principalmente com pessoas” (Paripiranga, junho de 2023). E o entrevistado J.M.B afirma que: “Admiro demais as mulheres com “n” funções. Em parte, as mulheres são mais atenciosas, detalhistas, mais humanas por instinto” (J.M.B., março, 2023). Todavia, em nenhum momento se questionaram sobre a ínfima participação efetiva de mulheres ocupando cargos de posições e decisões.

As falas dos entrevistados revelaram como as questões de gênero influenciam na

percepção de liderança e o reconhecimento das habilidades das mulheres. Enquanto algumas entrevistadas destacam a liderança feminina como mais representativa, acolhedora e empática, apontando para a diferença positiva que essa abordagem pode trazer na coordenação de grupos e no rendimento das atividades de trabalho, outros entrevistados também associaram essas características a uma visão estereotipada da mulher, enfatizando aspectos subjetivos e emocionais, delegando-a uma versão da leveza e do lar.

Essa percepção machista sobre a mulher como mais atenciosa, detalhista e “humana por instinto” reflete a construção social de papéis de gênero, que atribuem a ela a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar dos outros. Essa visão, por um lado, pode ser vista como positiva ao valorizar características que muitas mulheres possuem, mas, por outro lado, também pode reforçar a ideia de que a liderança feminina é mais adequada para determinadas funções, enquanto os cargos de poder e tomada de decisões ainda são vistos como mais adequados para homens.

Essa contradição entre a valorização das características femininas e a resistência em conceder igualdade de oportunidades e reconhecimento em cargos de liderança revela como a cultura patriarcal ainda está presente na nossa sociedade.

Uma outra noção evidenciada é a de que, além da distinção entre lideranças femininas e masculinas, alguns homens acreditam que esses espaços são acessíveis para ambos, não percebendo a dificuldade enfrentada pelas mulheres para conseguir estar nesses espaços e atuar em cargos de liderança. Isso fica evidenciado no pensamento do entrevistado P. S. F., de 67 anos de idade quando coloca:

As mulheres, ao longo do tempo, aprenderam a ser gestoras, impondo uma liderança muito mais harmoniosa. Neste sentido, os espaços estão abertos e já existem muitas oportunidades. Basta querer chegar. Mas, por outro lado, é preciso que os homens também colaborem no surgimento de lideranças, confiando, abrindo espaços e trazendo-as para a parceria (P.S. F. Jeremoabo, abril, 2023).

O entrevistado enfatiza que as mulheres adquiriram habilidades de gestão ao longo do tempo e têm exercido uma liderança mais harmoniosa. Ele sugere que há espaços abertos e oportunidades disponíveis para as mulheres ocuparem posições de liderança, desde que estejam dispostas a alcançá-las. No entanto, também ressalta a importância da colaboração dos homens nesse processo. Ele destaca que os homens têm um papel crucial em promover a ascensão de lideranças femininas, ao confiar nas capacidades das mulheres, abrir espaços para elas e envolvê-las em parcerias igualitárias.

A problemática encontrada nessa fala reside na aparente contradição entre o reconhecimento das habilidades e conquistas das mulheres em cargos de liderança e, concomitantemente, na dependência da colaboração masculina para que essas conquistas se concretizem. Embora o entrevistado destaque as competências adquiridas pelas mulheres e a abertura de espaços, a ênfase na necessidade da colaboração masculina coloca em questão a genuína igualdade de oportunidades.

Isso nos revela a persistência de uma estrutura patriarcal e de privilégios, onde a ascensão das lideranças femininas ainda está condicionada à validação e autorização masculina, perpetuando a subordinação das mulheres.

A contradição está na coexistência de um discurso de emancipação feminina com a manutenção de uma dinâmica que exige a aprovação dos homens. Essa contradição demonstra como as barreiras não são apenas estruturais, mas também internalizadas na consciência, com a necessidade de validação masculina se tornando uma barreira invisível e poderosa.

A colaboração dos homens, embora em alguns casos bem intencionados, reforça a ideia de que a liderança feminina é dependente da aprovação deles. Portanto, a questão vai além de simplesmente abrir espaços para as mulheres, trata-se de questionar os sistemas de poder profundamente incorporados que perpetuam essa dinâmica desigual.

As mulheres enfrentam obstáculos também quando lideram indivíduos do sexo masculino, especialmente aqueles de maior idade, uma vez que essa situação desafiadora pode gerar reações peculiares e falta de receptividade. Além disso, a presença feminina em posições de liderança não é comum, o que resulta em maior visibilidade para elas, sujeitando suas ações a uma vigilância frequente e minuciosa. Isso as coloca sob intensa pressão, dando margem a comentários discriminatórios, ataques pessoais e, até mesmo, situações de assédio.

Quando indagados sobre experiências em que se sentiram constrangidos ou tratados de maneira distinta devido à ocupação de cargos de liderança, os entrevistados do sexo masculino negaram tais situações, ao passo que as entrevistadas do sexo feminino compartilharam exemplos de tratamento diferenciado. Um desses relatos é evidenciado na descrição fornecida por L.C.S., de 57 anos de idade:

Já fui destrutada em uma reunião e mandada sair, ou que apresentasse a credencial para permanecer no local. Esse local era um lugar público, e esse homem estava à frente dessa instituição. Eu permaneci até o final e, na próxima reunião com a mesma temática, esse mesmo homem falou com todos os presentes, menos comigo, por que só tinha eu de mulher. Confesso que foi constrangedor, mas eu impus a minha presença e mim fiz ser ouvida. (L.C.S. Cícero Dantas, fevereiro, 2023).

A entrevistada compartilha uma experiência pessoal marcante ao relatar ter sido alvo de tratamento desrespeitoso durante uma reunião, quando lhe foi exigido que saísse ou apresentasse uma credencial para permanecer no local. Ela aponta para situações em que a sua presença e autoridade foram questionadas devido ao fato de ser mulher.

O discurso ganha um aspecto ainda mais pertinente quando ela relata que, em uma reunião subsequente, o mesmo homem interagiu com todos os presentes, exceto com ela, a única mulher. Esse padrão de tratamento diferenciado claramente causou desconforto, mas enfatiza a sua ação em impor a sua presença e assegurar que a sua voz fosse ouvida.

O relato apresentado evidencia um caso manifesto das intrincadas estruturas de poder e disparidades presentes em nossa sociedade. A situação mencionada, na qual uma mulher é alvo de desrespeito e marginalização durante uma reunião, espelha as sutilezas da discrepância entre a busca por um tratamento equitativo e a realidade de um tratamento diferenciado com base nas posições associadas aos sexos masculino e feminino. O comportamento discriminatório e excludente de um homem ocupando uma posição de liderança ressalta a persistência das dinâmicas do patriarcado que atravessam as esferas públicas e privadas.

Além dessas complexidades, é importante também observar a jornada dupla enfrentada pelas mulheres que atuam no CODETER. A indagação sobre se essas mulheres recebem ajuda ou suporte na esfera doméstica se torna importante para compreendermos a extensão das barreiras que ainda persistem. A conciliação entre as responsabilidades profissionais no CODETER e as atividades domésticas representam um grande desafio como apontam as entrevistadas, M.J.B de 43 anos e J.D de 28 anos:

A vida é feita de escolhas. Por experiência própria, reconheço que a vida pessoal e familiar fica um pouco prejudicada, principalmente por conta do tempo para gerenciar a educação dos filhos. Gostaria de poder estar mais presente nas atividades escolares, mas reconheço que a vida pessoal, profissional e espiritual precisam “andar” juntas, e tento seguir assim. (M.J.B. Paripiranga, abril, 2023).

Conciliar trabalho e vida familiar é um desafio diário. É impossível exercer um cargo de liderança sem distanciar dos vínculos familiares. Para execução de tais atividades, tenho o apoio de uma rede, rede sem vínculo familiar, que é contratada para executar as atividades familiares (babá). (J.D. Jeremoabo, fevereiro, 2023).

As respostas dessas entrevistas destacaram a complexidade de conciliar as demandas da vida pessoal, profissional e familiar. A entrevistada reconhece que, em sua própria experiência, a vida pessoal e familiar muitas vezes são afetadas devido à necessidade de gerenciar o tempo para cuidar da educação dos filhos. Ela expressa o desejo de estar mais presente nas atividades escolares, mas também reconhece a importância de equilibrar diferentes aspectos da vida, incluindo a espiritualidade e o compromisso profissional.

No segundo trecho da entrevista, a entrevistada ressalta o desafio diário de conciliar trabalho e vida familiar, enfatizando que ocupar um cargo de liderança muitas vezes implica em afastamento dos laços familiares. A estratégia mencionada de contar com uma rede de apoio não familiar, como uma babá, revela uma tentativa de mitigar os conflitos entre as responsabilidades profissionais e familiares. Ambas as entrevistas abordam as tensões inerentes à busca de equilíbrio entre essas esferas diferentes da vida, evidenciando as escolhas e compromissos que as mulheres enfrentam nesse processo.

Quanto aos homens, ao serem questionados sobre a conciliação do trabalho no CODETER com as atividades domésticas, eles descrevem ser bem possível. O que se percebe em suas descrições é que para eles é mais tranquilo do que para as mulheres, como bem observado na resposta do entrevistado P.S.F de 67 anos:

Plenamente possível, e conheço várias mulheres que conduzem com maestria a sua vida doméstica e os cargos que exercem. Consigo conciliar sim, mas, como homem, parece mais fácil. Tenho uma filha sempre parceira. Não há problemas (P.S.F abril de 2023).

Nessa declaração, o entrevistado enfatiza que é plenamente viável conciliar o trabalho no CODETER com as atividades domésticas, e ele reconhece diversas mulheres que conseguem fazer isso de maneira habilidosa. Ele compartilha que, como homem, encontra essa conciliação mais tranquila, sugerindo que talvez haja menos desafios ou obstáculos em sua experiência. Além disso, ele menciona a presença de sua filha como uma parceira constante nesse equilíbrio entre vida profissional e familiar, indicando um apoio mútuo. No geral, ele retrata a conciliação como uma realidade possível e livre de dificuldades significativas em sua situação.

Em conjunto, esses relatos refletem as contradições e problemáticas subjacentes ao desafio de conciliar múltiplas esferas da vida. Para as mulheres, em particular as líderes femininas, essas contradições são amplificadas pelas estruturas sociais e econômicas. A ideia de conciliação muitas vezes esconde as verdadeiras dinâmicas de exploração presentes na

sociedade capitalista, onde as mulheres são frequentemente relegadas a uma posição de desvantagem.

Nos exemplos apresentados, a questão de conciliar trabalho e vida familiar se torna uma expressão clara das tensões entre a esfera privada e a esfera pública, um conflito fundamental em uma sociedade orientada para a produção e acumulação de capital. As demandas de um sistema que valoriza o lucro acima de tudo colidem com a responsabilidade das mulheres de cuidar da família e da casa. A estrutura patriarcal se entrelaça com a exploração capitalista, resultando em um cenário onde as mulheres, especialmente as líderes, enfrentam obstáculos constantes para buscar seus interesses e aspirações.

Além disso, o fato de que as mulheres são frequentemente vistas como as principais responsáveis pela conciliação reforça a divisão de trabalho entre homens e mulheres, na qual o trabalho doméstico não remunerado é considerado uma extensão natural do papel feminino. Essa exploração invisível e dinâmica reforça a reprodução das desigualdades e a exploração das mulheres, permitindo que o sistema capitalista se beneficie de sua força de trabalho não remunerada e a mantenha presa à lógica do lucro.

Dito isto, a aparente busca por conciliação entre trabalho e vida familiar mascara as relações profundas de opressão e exploração presentes no sistema do capital. As mulheres, especialmente as da classe trabalhadora, enfrentam o ônus de uma conciliação que não é apenas difícil, mas profundamente enraizada nas estruturas desiguais do capitalismo e do patriarcado. Para verdadeiramente abordar essas contradições, é fundamental ir além de soluções superficiais e confrontar as estruturas fundamentais que perpetuam a exploração das mulheres e a desigualdade em todas as esferas da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação das lideranças femininas dentro do Território de Identidade Semiárido Nordeste II possibilitou uma compreensão importante sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres na conquista de espaços, especialmente os de liderança. Durante todo o processo de pesquisa da presente dissertação, houve a preocupação em entender a realidade das mulheres, com um enfoque especial às mulheres líderes. Isso foi alcançado por meio da reflexão sobre suas lutas, avanços e conquistas, assim como o seu movimento oposto, ou seja, a exploração, a dominação e as desigualdades às quais as mulheres foram submetidas ao longo do tempo.

Este objeto de estudo mergulha na complexa interconexão entre mulher, capitalismo, desenvolvimento territorial e mulheres líderes, proporcionando uma análise crítica que revela as complexas dinâmicas subjacentes à nossa realidade social. As discussões em torno das desigualdades entre homens e mulheres dentro do contexto capitalista vão além de uma mera constatação, expondo como essas disparidades são e estão intrinsecamente tecidas às estratégias de desenvolvimento territorial.

Através dessa análise, emerge uma compreensão das dinâmicas de poder, profundamente influenciadas pelo sistema econômico, que moldam as vidas das mulheres, restringindo suas oportunidades e ampliando as disparidades entre elas e os homens, reforçando cada vez mais a desigualdade de gênero.

No cerne dessas contradições está o Estado, que desempenha um papel fundamental na manutenção do sistema capitalista. Esta instituição, longe de ser imparcial, sustenta a acumulação de capital e a exploração da força de trabalho de milhões de sujeitos. Suas formas políticas e condições favoreceram a classe dominante em detrimento da classe trabalhadora, reforçando assim as desigualdades estruturais, como, por exemplo, a desigualdade salarial entre os sexos.

Além disso, o Estado age como um aparato ideológico, transmitindo valores que justificam a ordem social existente e perpetuam as hierarquias, viabilizando a alienação do capital sobre a classe trabalhadora.

A investigação conduziu a esse exame atento de Estado, uma entidade aparentemente neutra, mas que, ao aprofundarmos, torna-se evidente estar enredada nas complexas teias do capitalismo e do patriarcado. O alinhamento do Estado com esses interesses capitalistas perpetua as desigualdades entre homens e mulheres, tornando-os competitivos entre si, mesmo entre os sujeitos da classe dominada.

Dito isto, a partir de uma economia sustentada no receituário neoliberal, que sustenta e legitima a propriedade privada do capital, bem como intensifica as relações de exploração e precarização do trabalho, anuncia também um Estado refém das amarras capitalistas e a desestruturação da classe trabalhadora e de suas conquistas sociais.

Dentre essas distinções, a divisão sexual do trabalho nos revelou a permanência das normas tradicionais de gênero, relegando às mulheres o papel de cuidadoras e executoras do trabalho doméstico. Essa realidade contribuiu para a limitação das oportunidades das mulheres na esfera pública, ao mesmo tempo que subestima suas contribuições em outras áreas, pois se mantém o discurso de que a mulher precisa ser “doce, recatada e do lar”.

É pertinente ressaltar que, na presente dissertação, a mulher não foi compreendida como um ser isolado da sociedade ou das relações de poder, mas sim como sujeito de força que utiliza estratégias e formas de resistência para enfrentar a dominação e as disparidades de gênero.

Isso evidencia um cenário de luta complexo e multifacetado, confrontando as estruturas sociais que historicamente marginalizaram e oprimiram as mulheres. Um amplo espectro diversificado de abordagens e ações tem emergido, ilustrando a luta das mulheres em desafiar as normas e padrões estabelecidas/os.

As mulheres, especialmente as trabalhadoras, têm enfrentado uma série de desafios e opressões inerentes ao sistema capitalista. A exploração do trabalho feminino e a subordinação às estruturas patriarcais de poder são obstáculos significativos que elas enfrentam. Nesse contexto, a atuação das mulheres na Política de Desenvolvimento do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, na Bahia, pode ser compreendida como uma resistência e luta contra as desigualdades estruturais. Cada vez mais, as mulheres têm se organizado para enfrentar as condições de opressão e exploração a que estão submetidas, conseguindo ocupar cargos comumente marcados pela presença dos homens.

A reflexão que se tornou central no desenvolvimento da presente dissertação é que a luta por igualdade entre homens e mulheres é uma contradição intrínseca ao capitalismo. A dominação masculina e a divisão sexual do trabalho perpetuam desigualdades profundas, e a busca por posições de liderança pelas mulheres enfrenta barreiras enraizadas nas estruturas de poder e propriedade privada.

A atuação das mulheres líderes na Política de Desenvolvimento do Território está profundamente ligada à sua posição dentro das relações de produção e revela contradições significativas, sobretudo as relações de subordinação e dependência.

Ainda segundo Mészáros (2011), a relação de subordinação das mulheres também se

fazia presente em análises de Kant, por exemplo. De modo que, intrinsecamente, para o autor, as relações de igualdade sob o capitalismo são incompatíveis a partir da dinâmica de controle do capital:

No plano kantiano das coisas, as mulheres recebiam uma posição subordinada porque era impossível conceber-se a satisfação das exigências de uma verdadeira emancipação da mulher por meio de concessões legalistas formais. Para terem algum significado, as concessões adotadas e as mudanças consequentes teriam de ser substantivas. **Mas a estrutura de comando do capital sempre foi – e para sempre será – totalmente incompatível com a ideia de conceder a qualquer pessoa igualdade substantiva na tomada de decisões,** até mesmo às “personificações do capital” que devem operar rigorosamente sob seus ditames materiais (Mészáros, 2011, p. 277, grifos nossos).

Mesmo havendo alguns avanços, as mulheres ainda enfrentam desafios para conquistar uma verdadeira emancipação dentro de um sistema patriarcal. Apesar dos esforços conquistados, esse sistema persiste e continua a limitar o poder e a liberdade das mulheres, mantendo-as em uma relação de opressão e exploração. Somente em outro modo de produção, em outra sociabilidade real, seria possível uma emancipação efetiva das mulheres em todo o mundo, somente com o fim do capital.

A emancipação humana significa a sua verdadeira liberdade. Uma liberdade efetiva, sem as amarras do capital e as contradições de classe/s. O que se pretende pela emancipação das mulheres da classe trabalhadora é a luta não só pela emancipação política, como investigamos na presente dissertação, mas por uma emancipação plena, que abrange a totalidade das dimensões humanas.

Para Marx e para a teoria marxista, a luta pela emancipação humana dos trabalhadores será produto dos próprios trabalhadores, e ela existirá através da revolução proletária com a necessária consciência de classe de todos os sujeitos sociais. De acordo com Tonet (2005, p. 79), a “emancipação humana para Marx nada mais é do que outro nome para comunismo, embora a primeira enfatize a questão da liberdade e o segundo, o conjunto de uma nova forma de sociabilidade”.

Dessarte, é também a necessidade de enfraquecer o movimento capitalista-burguês, que procura alienar e subordinar toda a classe trabalhadora às suas exigências e explorações. É, assim, a leitura da luta e resistência na condição de movimento histórico que lançará luz para a classe oprimida se desvencilhar das relações puramente mercantis, para dissolver a propriedade privada moderna e superar as suas contradições.

Essas contradições se manifestam claramente na sub-representação das mulheres em

posições de poder e tomada de decisão. Quando as mulheres não veem outras mulheres ocupando posições de liderança, podem ser desencorajadas a buscar esses espaços, pois sentem que não são bem-vindas ou que não terão suas vozes ouvidas. O número reduzido lideranças femininas pode limitar as aspirações e a confiança das demais mulheres em assumir posições de destaque.

A estrutura de representação no CODETER, como foi exposto ao longo do texto, com a presença de mulheres em cargos de coordenação, no núcleo diretivo e no Comitê Territorial de Mulheres, parece sugerir uma abertura para a participação ativa das mulheres no processo de tomada de decisões. No entanto, é perceber que essa representação não é suficiente para promover uma transformação significativa no sistema político e social vigente, que historicamente perpetua desigualdades e opressões contra a classe trabalhadora.

A presença restrita de mulheres no CODETER e no núcleo diretivo reflete a persistência das barreiras estruturais que dificultam o acesso equitativo das mulheres aos espaços de influência política. Isso corrobora para a manutenção das relações desiguais e a marginalização delas em diferentes espaços.

Além disso, as mulheres também enfrentam desafios adicionais devido à sua dupla opressão, como trabalhadoras e como mulheres, dentro do sistema capitalista. Elas são frequentemente exploradas no mercado de trabalho, recebendo salários mais baixos e tendo menos oportunidades de progressão na carreira.

Ao mesmo tempo, são responsáveis pelos cuidados domésticos e pelas demandas familiares, o que limita sua disponibilidade para assumir cargos de liderança ou outras esferas de trabalho que demandem maior dedicação, tempo e energia. As mulheres são forças de trabalho barata e funcional à exploração no capitalismo, como nos mostrou Marx.

Embora as mulheres tenham desempenhado um papel importante na política de desenvolvimento do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, é necessário reconhecer os desafios inerentes a essa atuação. Poucas mulheres conseguem estar nesses espaços de liderança, a maioria persiste na desigualdade e fora das decisões. Isso não se configura emancipação.

A verdadeira emancipação das mulheres requer a destruição das estruturas patriarcais e a superação das disparidades de gênero profundamente ligadas ao sistema capitalista, que também é sexista e misógino. A representação no CODETER é importante, mas é preciso considerar as relações de classe e poder que permeiam essa instância. No contexto capitalista, as instituições tendem a reproduzir as desigualdades sociais existentes, e o CODETER não está imune a isso.

Contudo, é crucial promover a conscientização, incentivar o engajamento coletivo e manter uma luta incansável. Além disso, o reconhecimento das contradições inerentes ao sistema do capital e às estruturas patriarcais se mostra fundamental. As vozes das mulheres líderes, unidas às vozes de todas as mulheres e homens trabalhadores, possuem o potencial de antever um futuro em que a transformação profunda da base socioeconômica, política e cultural esteja intrinsecamente ligada à emancipação concreta das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCAS. Quem Somos. **ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido**, 2023. Disponível em: <https://arcas.baruksoft.com/quem-somos/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: MARTUSCELL, Danilo Enrico (org). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó, Coleção Marxismo21, 2020, p. 111-127.

BAHIA. **Decreto nº 12354/10 de 25 de Agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e da outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em 09 set. de 2021.

_____. **Secretaria de Planejamento**. Política Territorial. Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politicaterritorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia_v3.pdf. Acesso em 18 out. de 2021.

_____. Secretaria do Planejamento; **Secretaria do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar**. Salvador: SEPLAN; SEMA, 2013
BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio E,G. **Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BONETI, Lindomar W.. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: UNIJUI, 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

_____. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/584821/publicacao/16370783>. Acesso em: 20 set. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013. 408p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n.32, p. 7–21, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13582>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. Regional, Urbano e Ambiental, 03, dez. 2009, IPEA.

DELPHY, Cristine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena (Org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 173-178.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz Neto; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ENGELS, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa - Mulheres, o Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Rodrigo de Souza. Itinerário da Política Pública: o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. **Revista IDEAS**, Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, vol.6, n. 2, p. 193-215, 2012.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FRASER, Nancy. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GARCÍA, María Franco; MONTEIRO, Karoline dos Santos. Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: entraves e estratégias das camponesas quilombolas no espaço agrário da Paraíba. In: MIDITIERO JUNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 309-362.

GERALDI, J. G.. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: O Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 39, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/318](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/318). Acesso em: 20 nov. 2022.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**, 438 p. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

_____. **O “Desenvolvimento” como mecanismo de controle social: Desdobramentos escalares**. Revista Pegada, vol.6, nº 1, jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1296>. Acesso em: 31 nov. 2022.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 201-204, jun. 2007. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/issue/view/28>. Acesso em: 06 jun. 2023.

HAESBART, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2001.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, set./dez. 2007, p. 595-609.

JUNCAL, Benito; XAVIER, Thiago. Os Territórios de Identidade da Bahia. Revista Bahia de Todos os Cantos, Salvador, EGBA, n. 1, ano 1, 2009.

LENER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança**. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia), Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LIMA, A. A. F.; SILVA JÚNIOR, C. D. da. Diagnóstico sócio-econômico da produção de feijão no município de Poço Verde - SE. **Revista da Fapese**, Aracaju, v. 5, n. 1, p. 47-56, jan./ jun. 2009.

MACHEL, Samora et al. **A libertação da mulher**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1976.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. Brasília: SDT/MDA, 2005.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Censo agropecuário 2017**: o que revela o censo do golpe?. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Breve História do Feminismo Marxista. In: MARTUSCELL, Danilo Enrico (org). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó, Coleção Marxismo21, 2020, p. 129-137.

MOREIRA, Ozileide Matos. O Gênero para a Geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres. **Revista da ANPEGE**, v. 18, nº. 36, ano 2022.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In:

ROCHA, Maria Izabel B. (org). **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: ED. 34, 2000, p. 171-186.

NUNES, Pedro Paulo de Lavor. **Crítica dos estudos do território: para além de antinomias e metáforas**. 2021. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

OIT. **Um novo normal com igualdade salarial entre homens e mulheres**. Bureau Internacional do Trabalho, Genebra: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_755717/lang-pt/index.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20as%20%C3%BAltimas,esse%20n%C3%BAmero%20%C3%A9%20de%2017%25. Acesso em: 20 de abr. 2022.

OLIVEIRA, Flávia Danielle Santos. **Liderança e gênero: estilos, estereótipos e percepções masculinas e femininas**. Recife: O Autor, 2015.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o onitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTEGA, Antonio César; CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de Silva; SILVA, Felipe Prado Macedo da. As políticas territoriais Rurais e a Articulação Governo Federal e Estadual: um estudo de caso da Bahia. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES. Murilo José de Souza (org.). **As políticas públicas de desenvolvimento no Estado da Bahia: Evolução e características**. Brasília: Ipea, 2016.

OXFAM. **Relatório “Tempo de Cuidar”**. Oxfam, Brasil, Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 01 abr 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O que é marxismo**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS. **Território de Identidade Semiárido Nordeste II**. Cícero Dantas, abril 2017. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_NE_2_280917.pdf. Acesso em 23 abr. 2021.

PRADO, Danda. **O que é família**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira;

BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Ana Rocha dos. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização**: as interfaces escalares na conformação do Sistema Único de Saúde em Sergipe. São Cristóvão, 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Laiany Rose Souza; SANTOS, Josefa de Lisboa. Protagonismo das mulheres camponesas: sem feminismo não há agroecologia. In: CAROSIO, Alba... [et al.]; (org). **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2017, p.191-2013.

SANTOS, Laiany Rose Souza. **A espacialização da luta das mulheres camponesas em sergipe: Feminismo e Resistência**. São Cristóvão, 2019. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. **Perfil dos Territórios de Identidade** / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).

SEPLAN. (s.d.). **Política Territorial do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://www.seplan.gov.br/ppp>. Acesso em 23 de nov.2022.

SILVA, Nelmires Ferreira; PAIVA, Natália Silva. **Pedagogia de classes e mulheres nas periferias urbanas**. In: XX Colóquio Internaciona: Educação e Contemporaneidade. Educon, Aracaju, 2019. v. 13, p. 01-11.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 10-11, p. 99-130, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos municípios baianos**. Salvador, 2012. 350 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que diria Heleieth Saffioti (1934-2010), a feminista marxista, pioneira, sobre os dias de hoje?. In: MARTUSCELL, Danilo Enrico (org). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó, Coleção Marxismo21, 2020, p. 101-110.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide. **Revista Marxismo Vivo**. S/D, p. 1-27. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/cecilia-marxismo_o_genero_nos_une.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?**. Maceió: Edufal, 1997.

_____. **Educação e Emancipação Humana**. Marília, Faculdade de Filosofia e

Ciências, Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). 2005. 217 f. (Tese de doutorado em Filosofia).

_____. **Método Científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

APÊNDICES

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA MEMBROS DO CODETER

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Endereço (Município):

01.Qual função ou cargo você ocupa no CODETER?

Fora sua (as) atividade (es) no CODETER, qual sua profissão e qual trabalho você exerce?

O salário é o mesmo para homens e mulheres nesse ambiente de trabalho?

02.Você participa de associações, sindicatos, ONGS, projetos ou movimentos sociais? Qual(is)?

Qual atividade ou função exerce nesses espaços e quais eventos participa?

03. Homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades na carreira profissional?

E no CODETER as possibilidades oferecidas para homens e mulheres são as mesmas?
Comente.

04. Quanto aos cargos de liderança, você acredita que homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades para alcançar?

Quais os maiores desafios enfrentados pelas mulheres para a ocupação desses cargos?
Comente.

05. Como você percebe a liderança feminina nos dias atuais?

Quais as principais diferenças no estilo de liderança feminino e masculino na sua opinião?

É possível abrir mais espaços para a liderança feminina no ambiente de trabalho ou de movimentos/instituições sociais? Comente.

06. Você já vivenciou ou presenciou algum tipo de situação em que pelo fato de ocupar um cargo de liderança tenha se sentido constrangida (o) ou teve tratamento diferenciado pela condição de ser mulher ou homem? Comente.

07. Você considera possível se dedicar a um cargo de liderança sem abrir mão da vida familiar?

Você consegue conciliar o trabalho no CODETER e fora dele com as atividades domésticas e familiares?

Recebe ajuda/apoio de alguém (esposo (a), filho (a), pai, mãe ou outro)?

De que forma a instituição, empresa ou órgão em que você trabalha reage em caso você precise se ausentar do trabalho por questões pessoais ou familiares?

08. Você acredita que características ditas masculinas como: objetividade, dureza, racionalidade e frieza para tomar decisões, são usadas com frequência como justificativa da não ocupação de mulheres para determinados cargos de liderança?

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA - COMUNIDADE

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Endereço (Município):

01.Qual sua profissão e qual trabalho você exerce?

O salário é o mesmo para homens e mulheres nesse ambiente de trabalho?

02.Você participa de associações, sindicatos, ONGS, projetos ou movimentos sociais? Qual(is)?

Qual atividade ou função exerce nesses espaços e quais eventos participa?

03.Homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades na carreira profissional?

E Quanto aos cargos de liderança, você acredita que homens e mulheres possuem as mesmas chances para alcançar?

04.Quais os maiores desafios enfrentados pelas mulheres para a ocupação desses cargos? Comente.

05.Como você percebe a liderança feminina nos dias atuais?

Quais as principais diferenças no estilo de liderança feminino e masculino na sua opinião?

É possível abrir mais espaços para a liderança feminina no ambiente de trabalho ou de movimentos/instituições sociais? Comente.

06.Você já vivenciou ou presenciou algum tipo de situação em que pelo fato de ocupar um cargo de liderança tenha se sentido constrangida (o) ou teve tratamento diferenciado pela condição de ser mulher ou homem? Comente.

07.Você considera possível se dedicar a um cargo de liderança sem abrir mão da vida familiar?

Você consegue conciliar o trabalho com as atividades domésticas e familiares?

Recebe ajuda/apoio de alguém (esposo (a), filho (a), pai, mãe ou outro)?

De que forma a instituição, empresa ou órgão em que você trabalha reage em caso você precise se ausentar do trabalho por questões pessoais ou familiares?

08.Você acredita que características ditas masculinas como: objetividade, dureza, racionalidade e frieza para tomar decisões, são usadas com frequência como justificativa da não ocupação de mulheres para determinados cargos de liderança?